resenha

de política exterior do brasil

número 6. julho, agosto e setembro de 1975

1. adalberto pereira lembra a segurança econômica coletiva
2. o brasil em face da américa latina
3. silveira propõe novas regras para o comércio norte-sul
4. as visitas dos chanceleres do lesotho, guiné-bissau e zâmbia
5. política externa brasileira é otimista
6. vocação para o progresso une japão e brasil
7. chanceler fala a comissões do senado
8. crise mundial, talvez prenúncio de tempos melhores

ministério das relações exteriores

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net)

resenha

de política exterior do brasil

ministério das reiaçōes exteriores

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

síntese

1. A instituição de um verdadeiro sistema de segurança económica coletiva, para o desenvolvimento, é um dos pólos de convergência de interesses da família de nações latino-americanas e um motivo a mais para o estreitamento das relações Guatemala-Brasil, declara o Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos, ao saudar, no Palácio Itamaraty de Brasília, o Vice-Presidente guatemalteco, Mário Augusto Sandoval Alarcon, que visitou o Brasil em setembro. Adalberto Pereira dos Santos louva o espírito pan-americanista do visitante e ressalta que sua vinda a nosso País demonstra a cordialidade que sempre pautou os laços oficiais entre guatemaltecos e brasileiros. Página 5.

2. Na instalação do Centro de Documentação sobre a América Latina (CEDAL), da Universidade de São Paulo, o Chanceler Azeredo da Silveira faz um estudo das posições brasileiras em face da América Latina, sublinhando que a relativa pluralidade de centros de poder no Continente é benéfica para todos, na medida em que desencoraja a formação de blocos monolíticos que poderiam assumir características negativas. No terceiro trimestre de 1975, estiveram no Brasil os Chanceleres da Venezuela, Ramón Escovar Salom,- do Peru, Miguel Angel de la Flor Valle; e da Argentina, Angel Federico Robledo. Essas visitas traduzem, uma vez mais, a prioridade dada pelo Governo Geisel às relações com a América Latina. Páginas 7,15, 21 e 25.

3. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, propõe à VII Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU a negociação de um Acordo Geral entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento que estabeleça novas regras para o comércio Norte-Sul. A proposta é reiterada na abertura dos debates da XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, quando o Chanceler brasileiro defende, também, a reforma da própria ONU. O Brasil promove em Nova York homenagens ao Secretário Geral das Nações Unidas e a Representantes de países latino-americanos, árabes e africanos, durante as quais Azeredo da Silveira reafirma a necessidade de um amplo entendimento entre os hemisférios Norte e Sul, para a reestruturação da economia mundial. Em almoço oferecido pelo National Foreign Trade Council, o Chanceler brasileiro lembra que a cooperação deve ser o corolário imediato da interdependência, cada vez mais presente nas relações económicas internacionais. Páginas 29, 35, 39, 40, 41, 42 e 45.

4. A vocação anti-racista e anticolonialista do Brasil é mencionada pelo Ministro de Estado Azeredo da Silveira durante a visita de três Chanceleres africanos a nosso País em agosto e setembro de 1975: Victor Maria Saúde, da Guiné-Bissau,- J. R. L. Kotsokoane, do Lesotho; e Rupiah B. Banda, da Zâmbia. Aos dois primeiros, Azeredo da Silveira diz que as afinidades entre Brasil e África levaram o Presidente Ernesto Geisel a conferir especial atenção a todas as iniciativas tendentes à maior aproximação brasileiro-africana. Em discurso ao Chanceler zambiano, o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, assinala que o povo brasileiro repudia todas as formas de desrespeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana. Páginas 47 e 49.

5. Como paraninfo dos bacharelandos da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, o Chanceler Azeredo da Silveira analisa a política externa do Governo Geisel, que procura conduzir nosso relacionamento internacional de modo a

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

maximizar a compreensão e a minimizar as divergências.
0 Brasil — destaca Silveira — tem uma ação exterior otimista, não acredita que o progresso deva ser um privilégio e não aceita a estratificação da riqueza e do poder de mando no plano universal. Página 51.

6. Ao recepcionar o Vice-Primeiro-Ministro do Japão, Takeo Fukuda, Azeredo da Silveira salienta que o segredo do "milagre nipônico" é a capacidade permanente do povo japonês de absorver e transformar valores culturais. Afirma que a História do Japão apresenta uma sucessão de milagres e que a vocação para o progresso aproxima japoneses e brasileiros. Em resposta, Takeo Fukuda diz que o fato de o Brasil possuir vasto território e imensas riquezas naturais vai conduzi-lo, em futuro breve, a uma posição ainda mais elevada na comunidade internacional. Silveira e Fukuda pedem o fortalecimento dos vínculos políticos, económicos, sociais e culturais Japão-Brasil. Página 59.

7. Perante as Comissões de Relações Exteriores, Minas e Energia, e Economia do Senado, o Ministro de Estado Azeredo da Silveira assevera que o Acordo Nuclear assinado com a República Federal da Alemanha terá uma dimensão sem precedentes no que se refere à cooperação internacional no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, cobrindo plenamente os interesses brasileiros. Sobre a criação do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), observa que "não podemos, em princípio, ser contrários à ideia da cooperação sub-regional para a consecução dos objetivos que nos são comuns". Aborda também a revisão das relações económicas internacionais, insistindo no empenho brasileiro em prol do estabelecimento de uma ordem económica mundial mais eqüitativa. Página 63.

8. A crise atual nas relações internacionais prenuncia mudanças e exige de todos e de cada um capacidade criadora e vontade de cooperação, acentua Azeredo da Silveira, em discurso ao Vice-Presidente da Comunidade Económica Europeia (CEE), Sir Christopher Soames. Acrescenta que "esse potencial de mudanças abre talvez a perspectiva para que se alcance uma velha aspiração dos povos — a construção de um quadro internacional de relações harmónicas". Expressa a satisfação do Governo do Brasil ao receber a visita de um dirigente da CEE, o principal mercado de produtos brasileiros. Segundo Christopher Soames, nosso País é um "exemplo de desenvolvimento económico dinâmico". Página 73.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

adalberto pereira lembra a segurança econômica coletiva

Discurso do Vice-Presidente da República, General Adalberto Pereira dos Santos, no almoço oferecido no Palácio Itamaraty de Brasília ao Vice-Presidente da República da Guatemala, Mário Augusto Sandoval Alarcon, em 23 de setembro de 1975

Senhor Vice-Presidente,

É com especial honra e satisfação que recebemos Vossa Excelência. Sua visita ao Brasil nos dá a grata oportunidade de expressar a extrema cordialidade que sempre caracterizou as relações oficiais entre nossos países e os sentimentos de profunda simpatia que a Guatemala e seu povo despertam tradicionalmente entre os brasileiros.

De nenhum modo poderia deixar de mencionar também. Senhor Vice-Presidente, o profundo espírito americanista de Vossa Excelência. De fato, são fartamente conhecidos e admirados a convicção, o idealismo e o entusiasmo com que Vossa Excelência permanentemente se tem batido, no transcurso de toda a sua vida pública, pela imperiosa necessidade de uma colaboração mais estreita e objetiva entre os países da América Central, como parte da indispensável e maior aproximação entre todos os países da América Latina.

prioridade para as relações com a américa latina

Como sabe Vossa Excelência, as relações do Brasil com os países latino-americanos merecem atenção prioritária por parte da política externa brasileira. E isso, naturalmente, não em virtude de mera decisão apriorística, mas pelo simples reconhecimento de que a satisfação de seus interesses convergentes, sua união de esforços e a defesa de suas posições comuns são tarefas a desafiar todos os dias, e cada vez mais intensamente, a capacidade realizadora de todos os países irmãos do Continente.

Também é do conhecimento de Vossa Excelência que, em todas as ocasiões, o Brasil se tem colocado, de modo decidido, ao lado dos demais países em desenvolvimento, deste Hemisfério e de outros continentes, que advogam a necessidade de uma profunda modificação da presente ordem económica internacional. Para o Brasil, a crise por que atualmente atravessa a comunidade das nações não é apenas consequência da vigência de um sistema inadequado para satisfazer as expectativas de prosperidade do maior número possível de países. Constitui, por igual, uma oportunidade para se traçarem outras regras de relacionamento entre os povos, capazes de levá-los a alcançar destinos à altura de todas as suas verdadeiras possibilidades.

novo motivo de aproximação continental

Creio não me equivocar. Senhor Vice-Presidente, ao afirmar que a consecução desse objetivo e a instituição de um verdadeiro sistema de segurança económica coletiva para o desenvolvimento, de

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

que a revisão dos esquemas de comércio internacional é um dos pontos fundamentais, constituem um dos pólos de convergência de interesses da família de nações latino-americanas, e, portanto, certamente, também um motivo a mais para o maior estreitamento das relações entre o Brasil e a Guatemala.

Imbuídos dos sentimentos de fraterna amizade votados pelo Brasil à sua nobre pátria, ergo a minha taça pela felicidade do Excelentíssimo Senhor Presidente Kjell Eugênio Laugerud Garcia, pelo progresso da Guatemala e pelo bem-estar de Vossa Excelência, cuja visita ao Brasil tanto nos desvanece.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

o brasil em face da américa latina

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, em São Paulo, em 14 de agosto de 1975, na sessão solene de instalação do Centro de Documentação sobre a América Latina (CEDAL), da Universidade de São Paulo

Tem um grande significado para mim falar aos Senhores, por ocasião da instalação do Centro de Documentação sobre a América Latina da Universidade de São Paulo. Como os Senhores sabem, desde os primeiros momentos do seu Governo, o Presidente Ernesto Geisel destacou a importância especial da América Latina como cenário para a política externa do País. E o Ministério das Relações Exteriores, como principal executor da política externa, vem fielmente cumprindo essa diretriz, dando atenção prioritária ao bom desenvolvimento das relações continentais.

Poder-se-ia pensar que essa atenção prioritária para a problemática das relações com a América Latina seria uma conseqüência natural de nossa própria posição geográfica no Continente. E, de fato, nunca o Brasil se perdeu da perspectiva hemisférica que lhe é fundamental. 0 que o Presidente Geisel salientou, porém, foi a necessidade da reavaliação de nossa política externa, à luz do progresso nacional realizado e das mudanças ocorridas em países do Hemisfério, e em outros quadrantes do mundo, que resultavam num novo sistema de poder relativo no Continente e numa nova posição da América Latina no cenário mundial.

De fato, **o extraordinário crescimento económico do Brasil nos últimos dez anos havia projetado o País em escala nunca vista no cenário latino-americano. Com isso, aumentaram nossos interesses e nossas responsabilidades na área. Inevitavelmente, essa presença maior do Brasil afeta tanto a nossa política externa quanto a dos demais países do Continente.**

Como o Brasil, outros países latino-americanos passaram por transformações que aumentaram substancialmente seus interesses regionais e sua capacidade de atuação externa.

Por outro lado, o cenário mundial sofreu importantes modificações no curso dos últimos anos, com inevitáveis repercussões sobre o relacionamento dos países do Continente com o resto do mundo e entre eles próprios. A emergência de novos focos de poder económico no plano mundial, de que participam países menos desenvolvidos, inclusive nações latino-americanas, tem levado a uma redefinição das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que afeta, também, a evolução das relações intracontinentais nas Américas. **A reação norte-amerícana às novas realidades de distribuição do poder económico e político no plano mundial tem imediatas repercussões na política hemisférica pelo próprio peso específico daquele país no Continente. A própria** détente **enquanto representa, sobretudo, uma tentativa de acomodação entre as superpotências, não deixa de influir no curso das relações interamericanas.** É característico, nesse sentido, que a grande maioria das nações que patrocinaram o levantamento das sanções contra Cuba — recen-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

temente efetivado em Costa Rica — tenham esgrimido em favor de suas teses, argumentos baseados na **détente** e não no exame estrito das relações interamericanas e nos aspectos jurídicos **e** políticos da questão no âmbito exclusivo do TIAR.

o fenómeno das corporações transnacionais

Outra transformação importante do cenário político-econômico mundial — e esta de impacto direto na região latino-americana — **é** o surgimento aí de novos atores que hoje se perfilam ao lado do Estado-Nação. Refiro-me às corporações transnacionais — este ente ainda algo misterioso e a cuja ambigüidade o Presidente Geisel aludiu em um dos seus primeiros pronunciamentos à Nação, ao assinalar que ainda não nos era dado saber se a sua presença acrescida nas relações internacionais se faria sentir "para o bem ou talvez para o mal". Obviamente, o fenómeno de empresas com operações transnacionais, inclusive no setor da produção, não é peculiar desta fase em que vivemos. E não cabe aqui recapitular como toda a evolução das modernas economias de mercado se fez simultaneamente com o estabelecimento de uma vasta rede de operações produtivas, comerciais e financeiras que transcendiam em muito as fronteiras nacionais. Mas é indiscutível que foi neste século e, muito particularmente, em sua segunda metade, que os investimentos internacionais se expandiram enormemente e penetraram em setores tais como os da produção de manufaturas e da intermediação financeira, até há pouco reservados, em forma dominante, aos capitais nacionais.

Na América Latina, o impacto desse novo fenómeno é particularmente sentido. Por um lado, a região é uma das que tem recebido maior aporte de técnicas e de capitais, com todos os seus reflexos positivos nas exportações, no nível de emprego e no próprio crescimento económico de cada país. Por outro, é também um fato que a maneira como operam muitas transnacionais tem sido razão de atritos entre Governos de países da região e daqueles de onde se originam muitas dessas empresas, com reflexos para o conjunto das relações intracontinentais.

É assim que o Brasil, embora sem maiores problemas ele próprio nesse terreno, tem apoiado a realização de estudos que permitam alcançar um maior disciplinamento da atuação destes novos agentes, seja através de um código de conduta, seja através de um conjunto de normas indicativas negociadas e livremente acordadas entre Governos. Como os senhores sabem, era este um dos temas propostos como parte do **novo diálogo** com os Estados Unidos da América e que chegou a ser objeto de algumas reuniões intergovernamentais realizadas em Washington. Quando da interrupção das negociações sobre esse tema, por motivos políticos estranhos ao seu objeto específico, já havia sido possível chegar-se a uma posição comum da América Latina sobre algumas normas gerais. Tenho a esperança de que o **diálogo** com os Estados Unidos da América seja retomado ao nível formal que propôs o Secretário Kissinger e que a posição comum fixada pela América Latina constitua a base de um texto que possa ser subscrito também por aquele país.

os objetivos brasileiros no continente

Assinalei até aqui algumas tendências importantes das relações internacionais e como elas repercutem na América Latina. Quero agora delinear os objetivos básicos do Brasil na região, para poder, em seguida, mostrar como eles se concretizam em ações diplomáticas, tanto no plano bilateral como no multilateral.

Em suas relações globais com a América Latina, o Brasil é movido por algumas preocupações fundamentais ligadas ao seu desenvolvimento e à sua segurança.

Uma delas — comum, aliás, à maioria dos países americanos — é a de que, na medida do possível, não se altere o **status quo** territorial. O Continente tem estado razoavelmente livre de conflitos armados em razão de disputas de fronteiras. Para o Brasil, país com dez vizinhos e uma das mais vastas fronteiras terrestres do mundo, é importante que essa situação não se modifique. Isso não quer dizer que deixamos de reconhecer a legitimidade de certas pretensões de inequívoco significado político para todo o Continente, nem que deixamos de dar o nosso apoio às aspirações de populações do Continente à liberdade contra a presença colonial. Em qualquer hipótese, porém, nosso interesse é o de que essas mudanças ocorram através da negociação e do entendimento e não de conflitos armados.

Quanto às disputas entre Estados americanos pela soberania sobre territórios contestados, nossa posição segue sendo a de oferecer o exemplo brasileiro de haver resolvido problemas semelhantes

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

sempre pela via da conciliação e do arbitramento. Temos procurado exercer a nossa ação nesse sentido e, pelo menos num caso, como também o fizeram outros países vizinhos, servimos de instrumento para a reaproximação entre dois países com problemas de fronteira: o Chile e a Bolívia.

Da mesma maneira, espera o Brasil que a evolução política interna de cada país se processe por vias pacíficas, com o mínimo de radicalização e de violência, para que não se perturbe o clima de cooperação indispensável ao progresso ordeiro da região. Nesse sentido, nossa atuação junto aos demais Governos tem de ser, necessariamente, a mais cuidadosa. **Recusa-se o Brasil a interferir nos assuntos internos dos seus vizinhos por convicções éticas e por saber quão ilusório é o equilíbrio resultante de pressões externas.** A ênfase de nossa política externa no quadro latino-americano é, assim, colocada no esforço de convencimento de que as relações de colaboração são mais eficientes do que as de antagonismo, para os fins do progresso material e social de todos.

Uma terceira preocupação da nossa diplomacia é a de evitar que predominem na América Latina tendências para a aglutinação sub-regional em nódulos de países com espírito confrontativo ou aspirações de rivalidade. Para nós, os elementos comuns entre os diversos países da região predominam e devem prevalecer sobre os de diferença ou divergência. Longe de nos sentirmos separados dos nossos vizinhos pelas características a nós peculiares, a eles, a cada um deles, nos sentimos unidos pelas inúmeras coincidências raciais, culturais, sócio-econômicas e muitas outras, ou pela convergência de interesses nacionais. Esse espírito, que domina nossas relações bilaterais com cada país, procuramos infundir às relações continentais como um todo. Para cultivá-lo, fez o Brasil objetivo principal de sua política externa na área criar com cada vizinho, individualmente, e com todos, coletivamente, vínculos reais de interesse económico que tornem as boas relações um imperativo e não uma contingência.

o brasil e a argentina

Dos nossos vizinhos, a Argentina é, obviamente, o mais importante. Seus recursos humanos e territoriais, bem como o grau de desenvolvimento que muito cedo alcançou em sua economia e sua cultura dela fazem um país de grande peso e influência na América Latina.

As relações entre o Brasil e a Argentina foram sempre tingidas por um sentimento ambíguo de admiração e de receio de cada parte com relação à outra. Tem sido preocupação dos estadistas esclarecidos de cada país ressaltar o lado positivo desses sentimentos e procurar revelar as enormes virtual idades, para o progresso de ambos os povos, que estariam reprimidas pelas desconfianças recíprocas e que poderiam ser liberadas por uma cooperação mais descontraída.

A principal tarefa da diplomacia brasileira com respeito à Argentina tem sido precisamente esta de dissipar o lado negativo do nosso relacionamento e de explorar todos os pontos de aproximação para cultivá-los e ampliá-los.

Os íntimos contatos entre nossas populações, favorecidos pelos modernos hábitos das viagens internacionais, têm prestado importante serviço nesse sentido. No plano governamental, todo incentivo é dado à expansão do comércio e da cooperação económica.

A Argentina é e será sempre o principal parceiro comercial do Brasil no Prata, embora não necessariamente nosso maior parceiro económico. Mesmo na atual conjuntura, foi possível, até o ano passado, expandir nosso comércio muito além do ritmo de crescimento julgado viável há apenas seis anos atrás. A médio e longo prazo, a tendência é para o crescimento absoluto e relativo desse comércio, o que terá importantes reflexos para o estreitamento da cooperação noutros planos.

Como com outros países vizinhos, acreditamos que a cooperação no aproveitamento conjunto de recursos naturais realmente compartilhados ou situados em áreas de fronteira pode ser de grande significado para o relacionamento bilateral. Esperamos ultrapassar as dificuldades que têm surgido nesse sentido, no benefício dos povos de ambos os países.

O Itamaraty procura manter com a Chancelaria argentina um diálogo constante e franco. São numerosas as ocasiões em que, tanto no plano bilateral como no multilateral, nossas opiniões se assemelham ou coincidem. Assim, procuramos evitar fazer das divergências existentes o ponto fulcral da nossa relação com o maior dos nossos vizinhos. Nesse, como em outros casos, trata-se, para o Brasil, de explicitar as áreas de convergências, multiplicando os contatos mutuamente

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

vantajosos, enquanto, por outro lado, procuramos, através da negociação, resolver, atenuar ou, em último caso, circunscrever os pontos de divergência.

o brasil e outros países do prata

No que respeita às nossas relações com o Paraguai, o problema de criar vínculos reais e permanentes de interesse comum na preservação do bom entendimento e da colaboração bilateral não é menos importante.

É esse o sentido do programa que começou a tomar forma com a Declaração de 26 de abril de 1973 sobre o desenvolvimento integral do Alto Paraná. É essa a razão do empenho que vem colocando o Governo na realização da grande obra que será a usina hidrelétrica de Itaipu.

Não se pode subestimar o enorme significado que teve, para esse resultado, a assinatura, em 1966, da Ata das Cataratas, pela qual o Brasil e o Paraguai se reconheciam o direito à repartição igualitária dos benefícios do aproveitamento hidrelétrico de rios contíguos, o que abriu para os países platinos todo um campo novo para a defesa de seus recursos naturais. A Ata das Cataratas é, assim, um vivo exemplo da seriedade com que o Brasil persegue sua política de realizar, com os seus vizinhos, uma repartição equânime dos benefícios de cooperação recíproca.

o brasil e a bolívia

Também com a Bolívia as relações do Brasil se encontram em fase de pleno desenvolvimento e ampliação. Favorece esse resultado a circunstância de atravessar aquele país andino a mais longa fase de estabilidade que conheceu há muitos anos, o que permite ao Governo de La Paz mais largas perspectivas de planejamento e de engajamento nacional.

Graças ao bom entendimento entre Brasília **e** La Paz, tem sido possível concluir importantes acordos para estruturar a cooperação permanente entre os dois países. O Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, firmado no ano passado em Cochabamba, na presença dos Presidentes Geisel e Banzer, é o principal desses instrumentos. Permitirá ele a instalação de um pólo de desenvolvimento industrial em território boliviano, com ajuda brasileira, ligado a um programa de fornecimento de gás da Bolívia ao Brasil.

Como com as demais nações platinas, uma atenção especial é dada ao problema da integração da rede de transportes. O Brasil vem colaborando com a Bolívia na expansão de suas redes rodoviária e ferroviária com vistas à integração desses sistemas aos brasileiros. A importância desse empreendimento ressalta quando se considera que ele ensejará para a Bolívia uma saída para o Atlântico, de enorme significado para aquele país mediterrâneo.

o brasil e os demais países andinos: chile, peru, colômbio, equador e Venezuela

Nossas relações com os países andinos se encontram hoje, também, em período de intensificação.

É bem revelador da importância adquirida pelo Brasil que esses países, naturalmente voltados para o Pacífico, venham procurando, de forma crescente, uma aproximação com o nosso País. Já aludi à Bolívia, país ao mesmo tempo andino e platino e com o qual mantemos estreitas relações.

Com relação ao Chile, o Brasil tem dado o apoio material necessário para ajudá-lo a superar a difícil situação económica que atravessa. Nossa política com aquele país se caracteriza por um relacionamento correto e construtivo, onde é fundamental a nossa preocupação de ajudá-lo a superar suas crises correntes e a retomar seu papel no Continente.

Brasil e Peru sempre tiveram boas relações, nunca empanadas por qualquer questão bilateral. Sobre essa base de cordialidade, temos procurado dinamizar as relações económicas entre os dois países.

Assim, já em agosto de 1974, reuniu-se no Itamaraty a Comissão Mista Brasileiro-Peruana que, criada em 1957, se havia reunido apenas uma vez em 1972, sem resultados, nessa mesma ocasião, muito positivos. A reunião do ano passado teve completo êxito e, desde então, vêm sendo examinados operacionalmente os mais variados projetos, na área do comércio, dos transportes e da cooperação científica e técnica.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Há poucos dias, recebi em Brasília, em visita oficial, o Chanceler peruano. General Miguel Angel de La Flor Valle. Pudemos então fazer um balanço das relações bilaterais e das possibilidades de cooperação entre nossos países em organismos internacionais. Nossas conversações foram muito positivas e serviram para indicar que muito será possível realizar em benefício de nossos povos e do próprio Continente.

Nossas relações com a Colômbia têm sido igualmente reexaminadas com vistas à identificação de novas áreas onde seja de interesse comum a cooperação bilateral. Refiro-me, mais uma vez, a programas e projetos de envergadura e que envolvam a cooperação regional nas zonas de fronteira. O mais destacado plano surgido nesse contexto foi o da exploração conjunta do carvão colombiano, numa operação que envolvia aspectos de comércio, de investimento e de financiamento de grande vulto.

0 exame do projeto não chegou a ser concluído, pois a própria novidade do conceito de exploração conjunta de recursos naturais dificulta seu entendimento. Acredito, porém, que esse tipo de dificuldade tenderá a diminuir à medida que os países da região se aperceberem dos benefícios reais desse tipo de cooperação que, conduzida com honestidade de propósitos, não representa qualquer perigo para os países que a praticam.

Com o Equador, embora não tenhamos fronteiras comuns, mantemos estreitos contactos nas áreas económica e cultural e nossas relações têm-se caracterizado por uma constante harmonia. O Brasil vem se esforçando por dar prosseguimento ao programa de cooperação para construção da via interoceânica que ligará o Pacífico ao Atlântico por um sistema de transporte fluvial-rodoviário e ferroviário. O Equador é, talvez, o país andino onde mais ativo é o programa de cooperação técnica com o Brasil.

A Venezuela constitui exemplo destacado das transformações por que vêm passando os países latino-americanos. A súbita e recente afluência de recursos para aquele país, em decorrência da elevação dos preços do petróleo, criou para o Governo de Caracas condições inéditas de projeção e de atuação no plano continental.

Para o Brasil, o surgimento de nações na América Latina com maior personalidade e poder representa um fato positivo. A relativa pluralidade de centros de poder no Continente é benéfica para todos, na medida em que deseneoraia a formação de blocos monolíticos que poderiam assumir características negativas. O que é importante é que saibamos conduzir nossas relações com cada um desses centros de modo equilibrado. Isso só pode ser obtido através do diálogo e não pela via do isolamento.

A recente visita do Chanceler Escovar Salom a Brasília foi, nesse sentido, um marco de importância. Com ela se criaram as bases para amplos entendimentos entre nossos Governos com vistas à cooperação nos mais variados setores.

Ao regressar a Caracas, fez questão o Chanceler de dizer claramente que o que viu e ouviu no Brasil o autorizava a negar que houvesse de nossa parte qualquer ambição hegemónica, e que as suspeitas levantadas contra o Brasil são da mesma natureza e proporção das que se dirigem contra a Venezuela e tão infundadas quanto elas.

conclusões sobre a américa do sul

Estes exemplos de colaboração bilateral com os principais países da América do Sul dão uma ideia da preocupação brasileira de construir, ao longo das áreas mais próximas ao nosso País, uma teia de relações em que a cooperação apareça claramente não como o propósito exclusivo de uma das partes, mas como um esforço mutuamente vantajoso. Lançamos assim os alicerces de uma interdependência verdadeira, que além de construir a base para futuros projetos mais ousados de integração, possa servir de modelo para a interdependência que desejamos ver estabelecida no plano mundial: a interdependência horizontal, caracterizada pela eqüidade e não pela subordinação.

o brasil e os países da américa central

A nossa cooperação com o México tem-se tornado mais operativa desde que o Presidente Echeverría aqui esteve e como resultado mesmo dos entendimentos que então manteve com o Presidente Geisel.

Países em estágio semelhante de desenvolvimento, Brasil e México têm grandes possibilidades de complementarem seus esforços, sobretudo no terreno da tecnologia industrial. Os trabalhos realizados pelo Comité Permanente da Comissão Mista Brasil-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

A/léxico, nos campos da siderurgia, da indústria farmacêutica e da indústria aeronáutica, conquanto ainda preliminares, revelaram a existência de boas possibilidades para a intensificação do intercâmbio de técnicas e mercadorias entre os dois países, com grande proveito para ambos.

A Chancelaria mexicana, cônscia da importância do Brasil para a política intralatino-americana e interamericana tem sempre realizado consultas **co**nosco com relação a temas de relevância de natureza multilateral, como é o caso do SELA e do chamado **novo diálogo** com os Estados Unidos da América.

Quanto aos demais países da América Central, nosso relacionamento é necessariamente menos amplo em razão da separação geográfica **e** de suas limitadas dimensões económicas. Ainda assim, mantemo-nos atentos em explorar as possibilidades de comércio e de cooperação económica bilateral com cada um deles e em praticar estreitas consultas com seus Governos em assuntos de interesse regional e multilateral.

No que respeita aos países das Caraíbas, o Brasil, apesar das boas relações que com eles mantém, pode ainda ampliar em muito a sua presença nessa região de grande relevância estratégica para o conjunto do Continente americano. As comprovadas riquezas minerais da área fazem com que esses países detenham uma importância nas relações entre os Estados maior do que o tamanho de sua área geográfica e de suas populações poderia fazer supor. Por outro lado, as nações de fala inglesa das Caraíbas compõem, com a Guiana — país nosso vizinho — um grupo que, por suas tradições étnicas e culturais, representa um elo importante entre a América Latina e o restante do Terceiro Mundo.

Do exposto, é evidente a modificação ocorrida no clima geral que cerca o Brasil no continente latino-americano. É esse resultado eloqüente demonstração do acerto da política externa do Presidente Geisel, voltada para o cultivo sistemático das relações de cooperação. **A maneira direta e convincente com que temos conduzido as nossas negociações com os países vizinhos tem sido uma constante demonstração da sinceridade de nossos propósitos.** Quando dizemos que em nossos acordos buscamos sempre a melhor repartição de benefícios, pois só os acordos equânimes são duradouros, estamos retratando a prática de nossa diplomacia, e disso estão hoje convencidos os países amigos vizinhos.

o brasil e a cooperação regional

Dissemos no início que o mesmo espírito que anima as nossas relações bilaterais procuramos infundir às relações multilaterais no Continente. Não regateamos, pois, nossa participação nas iniciativas latino-americanas com vistas à cooperação intra-regional. Pelo contrário, as apoiamos **e** procuramos a elas dar o melhor de nossa contribuição.

A recente criação do Sistema Económico Latino-Americano, o SELA, é um exemplo em pauta.

Compreendemos as razões profundas que conduziram ao surgimento da ideia do SELA. Os países latino-americanos reconhecem, cada vez com mais nitidez, que a cooperação hemisférica em assuntos económicos tem encontrado imensas barreiras ao passar do plano intencional para o real. Isso os leva a pretender reforçar os mecanismos de cooperação económica ao nível sub-regional latino-americano.

Até certo ponto, o SELA é o resultado da frustração latino-americana com o insucesso do esforço de cooperação continental a que se denominou de novo diálogo. **Daí porque se pensou que o SELA pudesse surgir com intuitos de confrontação com relação ao parceiro do diálogo interrompido. Na verdade, nem o diálogo está terminado nem o congraçantento latinoamericano pretende substituí-lo** .

Estas reflexões nos levam a meditar sobre o sentido que tenderão a tomar no futuro as relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América. Muitos falam de crise nessas relações, com a conotação negativa que se costuma emprestar a esta palavra. Para mim, o conceito de crise é eminentemente positivo, e carrega consigo, conforme sua etimologia, as ideias de distinção, de escolha, de decisão **e** de solução. Nesse contexto, **a "crise" nas relações interamericanas não é senão o resultado de um longo processo através do qual a América Latina procura afirmar a sua maturidade e a sua capacidade de dialogar com** os **Estados Unidos da América como um parceiro cuja autonomia e especificidade de interesses se deve respeitar. A essa realidade distinta, precisa, deve corresponder o reconhecimento de que novas formas de relacionamento hemisférico se impõem.**

Diálogo é aqui a palavra-chave. Por detrás de toda as suas manifestações de insatisfação, pode-se ler o desejo da América Latina de entreter com

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

os Estados Unidos da América um relacionamento mais construtivo. Esse relacionamento, se pressupõe pontos-de-vista diferentes, não os estima necessariamente conflitantes. O Secretário de Estado Kissinger soube, a certa altura, apreender esse estado de espírito. A reação favorável da América Latina à sua proposta de formalização de um novo esquema de relações, na forma que chamou de **novo diálogo,** demonstrou claramente que não prevalecia no Continente o espírito de confrontação. É de lamentar-se que tão fugazmente se tenha esbatido o que por um momento se chamou de "o espírito de Tlatelolco". Não devemos perder as esperanças, porém, de que será possível retomar o diálogo na totalidade de suas intenções originais.

o papel dos estados unidos

O Continente latino-americano é e se sente parte da comunidade de nações que reparte a crença nos valores fundamentais da civilização ocidental. Como país mais poderoso do Continente, os Estados Unidos da América têm uma responsabilidade acrescida na condução das suas relações com os demais países do Hemisfério, para que sejam realizadas as aspirações dominantes dos países da região, derivadas daqueles mesmos valores que são o nosso património comum. Ao se transformarem em realidade, essas aspirações terão de significar para todos os países oportunidades crescentes de desenvolvimento económico, e social, maior capacidade de atuação no plano internacional para a defesa dos interesses nacionais, e a possibilidade de projetar-se no futuro com a certeza da paz e a esperança da concórdia.

Meus Senhores,

Esbocei um quadro muito geral das relações do Brasil com a América Latina. A brevidade com que o fiz, devido à natureza desta cerimónia, não me permitiu aprofundar a análise dos múltiplos aspectos dessas relações, que não se cingem, obviamente, ao plano intergovernamental. Mas a riqueza de elementos dos laços reais entre os povos do continente transcende os objetivos de uma curta palestra. Ela é tarefa para historiadores, sociólogos, cientistas políticos e economistas. Para o seu bom desempenho, muito contribuirá o centro de documentação cuja criação celebramos. Espero que esta ocasião sirva de prelúdio a um contato intenso, nos mais diversos níveis, entre a Universidade de São Paulo e o Itamaraty, do qual muito terão a lucrar ambas as instituições.

Muito obrigado.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Venezuela: diálogo e solidariedade continental

Discursos do Chanceler Azeredo da Silveira e do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Ramón Escovar Salom, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 14 de julho de 1975, durante jantar oferecido ao Chanceler venezuelano. Comunicado do Itamaraty, de 17 de julho de 1975

discurso de silveira

Senhor Ministro Escovar Salom,

Ao renovar-lhe a expressão de nossas boas-vindas, quero deixar público testemunho da grande satisfação com que o recebemos em terra brasileira. A presença de Vossa Excelência entre nós constitui um marco tangível da política de real aproximação e permanente diálogo que caracteriza o quadro atual das relações entre o Brasil e a Venezuela. Aos respeitáveis princípios jurídicos que sempre presidiram a perfeita convivência política entre nossos dois países, **acrescenta-se, agora, o entendimento de que o Brasil e a Venezuela estão dispostos a conjugar recursos e esforços em favor da consecução dos prospectos de desenvolvimento harmónico latino-americano e da reafirmação de seus impostergáveis interesses no plano mundial. Esse tipo de cooperação é o desdobramento natural das concepções políticas de Simon Bolívar, o grande venezuelano que procurou estruturar, em bases firmes, o processo de solidariedade continental.**

Foram-se, certamente, os tempos em que nos deixávamos iludir pela retórica de improváveis hipérboles com que, nas relações internacionais, procura-se freqüentemente enfeitar a pobreza de realizações concretas. Os propósitos que nos unem não ocupam o universo dos compromissos meramente verbais, mas situam-se no campo da cooperação efetiva, do trabalho em comum, da colaboração leal e flagrante. Os frutos que lhe destina o futuro não nascerão de circunstâncias fortuitas, mas da força de nossas vontades e da segurança de nossos conhecimentos.

Senhor Ministro,

Vivemos numa comunidade internacional que, embora formalmente apregoe o respeito ao conceito da igualdade jurídica de seus membros, continua a reservar para alguns poucos países a exclusividade ou a preponderância de influência nas estruturas mundiais de poder político e económico. Parece óbvio que, para a boa ordem internacional, deva corresponder a cada país parcela de responsabilidades compatível com a projeção e comando de suas potencialidades nacionais, tanto políticas quanto económicas. Ao mesmo tempo, os direitos inerentes à condição de nação soberana não devem sofrer, em qualquer país, restrições decorrentes do menor grau de responsabilidades que ele possa assumir na ordenação dos negócios internacionais, em razão do seu peso específico na comunidade das nações. Mais ainda, **não é possível concordar com a manutenção do** status quo **de um mundo dividido entre nações ricas e pobres, entre nações fortes e fracas, de modo a retardar ou mesmo a impedir o direito de cada país de**

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

assumir as responsabilidades que lhe competem, mediante a completa utilização de seus recursos e o cabal desenvolvimento de suas pofencialidades.

reforma das regras da política internacional

Daí a urgente necessidade de proceder-se a reformas das regras do jogo político-econômico internacional, às quais deformadamente se ajustam, para benefício dos países já desenvolvidos, **o** comércio, o movimento de capitais e a criação de oportunidades para a aplicação da nova tecnologia industrial. Vemos, com satisfação, que já começam a aparecer condições propícias ao rompimento do círculo vicioso que vinha acentuando a desigualdade entre os índices de crescimento apresentados pelas nações ricas e por grande parte dos países em desenvolvimento. Mas o que deve primordialmente concorrer para rompê-lo é a tomada de consciência dos países em desenvolvimento de que o progresso a que aspiram depende fundamentalmente do esforço interno de suas sociedades e da solidariedade com que se dispuserem a enfrentar os problemas comuns a todos eles.

Essa consciência vem levando os países latino-americanos a organizarem-se internamente para a mobilização de seus recursos e, no plano regional, a concertarem suas vontades de ação em busca do mesmo denominador comum de progresso, segurança e paz. É inegável que os esforços de cooperação têm sido crescentemente bem sucedidos. As correntes de comércio aumentam e diversificam-se. Realizam-se investimentos conjuntos em obras de grande porte e, mediante consultas rápidas e efelivas, acordam-se posições comuns em face de problemas económicos emanados de fora da região. Sob essa perspectiva otimista, em que os próprios benefícios alcançados estimulam a imaginação criadora, é que continuamos empenhados em aperfeiçoar e dinamizar o processo de desenvolvimento geral e solidário das nações latino-americanas, mediante contínua reavaliação da eficácia de seus mecanismos. Deve-se, porém, ter em mente que a reestruturação dos mecanismos existentes **e** a aplicação de recursos técnicos, financeiros **e** humanos em novas iniciativas conjuntas, sem prejuízo dos altos ideais que ulteriormente perseguem, precisam sempre ater-se a normas operativas **e** obedecer a critérios gradualistas **e** pragmáticos. No plano interno, como no da cooperação internacional, **o** grande desafio que enfrentam os países em desenvolvimento **é** o da eficácia.

aumento do comércio intra-regional

Parece-me que, desde já, poderiam ser definidas bases sólidas e pragmáticas sobre as quais conviria expandir o sistema de cooperação político-econômica latino-americana. **Sem dúvida, desejamos encorajar o progressivo aumento do comércio intra-regional, de tal forma que todos os países, grandes e pequenos, possam contar com mais firmes oportunidades de mercado, principalmente para seus produtos manufaturados.** Estimamos, igualmente, construtiva a intensificação dos programas de cooperação técnica e de co-participação financeira em projetos de interesse de mais de um país. Nesse campo, podemos incluir a criação de empresas multinacionais latino-americanas, como valiosa contribuição ao pleno emprego de nossas potencialidades produtivas, ao fortalecimento de nossa posição competitiva no mercado mundial e ao desenvolvimento da nova tecnologia industrial em bases próprias. **Em relação às pressões entorpecedoras de nosso progresso, exercidas de fora para dentro do Continente, poderíamos robustecer a ação conjunta dos países latino-americanos na neutralização das práticas comerciais discriminatórias contra os interesses regionais e na defesa dos preços dos produtos primários exportados pela América Latina.**

Sobretudo, Senhor Ministro, parece-me indispensável que, **a** par **dos esforços** que **se** vêm despendendo a nível multilateral **para incrementar a eficácia dos foros regionais, nova e mais forte ênfase seja conferida à cooperação bilateral.** Também sob esse aspecto, guardo a firme convicção de que o Brasil e a Venezuela estão seguramente destinados — e não num futuro próximo ou remoto, mas agora, neste presente palpitante que vivemos — a representar o papel modelar de fraternos parceiros na mesma campanha em que se empenham pelo progresso de seus povos. Como bem salientou o Presidente Ernesto Geisel, uma nova realidade surge no Continente: **"a evidência de que, no sistema continental, não cabem, nem surtem frutos, processos de desenvolvimento autárquico ou que não levem em conta o peso dos interesses solidários".** As conversações que venho mantendo com Vossa Excelência já nos permitiram identificar múltiplos e proveitosos campos a serem técnica e economicamente explorados pela ação conjunta de nossos dois países. A confiança recíproca, que preside as relações entre nossos povos e Governos e a certeza de que os benefícios decorrentes dos empreendimentos que encetarmos **serão** distribuídos com equidade, constituem ga-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

rantia do alto senso de responsabilidade com que encaramos as perspectivas que se abrem no sentido da mais estreita, concreta e frutífera cooperação brasileiro-venezuelana.

Senhor Ministro,

Permita-me Vossa Excelência agradecer-lhe pela oportunidade que nos deu de cordialmente examinarmos temas de tão profunda significação para o relacionamento entre nossos dois países. Queira Vossa Excelência transmitir à nobre nação venezuelana, e ao Governo que tão dignamente representa, os mais sinceros votos do povo e do Governo brasileiro pela sua felicidade e contínuo progresso. É com esse espírito que elevo minha taça pela felicidade pessoal de Sua Excelência o Presidente Carlos Andrés Perez e pela crescente prosperidade do povo venezuelano.

discurso do chanceler venezuelano

Excelentísimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores y Señora,

Sus palabras, Señor Ministro, expresan un sentimiento y una voluntad que Venezuela y su Gobierno comparten sustancialmente. Esta visita me ha proporcionado la vivência concreta de todo cuanto es posible entre nosotros. Disponemos dei escenario y tenemos ahora la voluntad y la disposición política para acercamos y para organizar esfuerzos y recursos con fines creadores e imaginativos.

Las conversaciones que hemos tenido y continuaremos teniendo con ocasión de esta visita, podrán servimos para identificar coincidências y para definir las líneas de nuestra aproximación. Estamos asociados por la geografia y pertenecemos a la misma cultura y a las mismas fuentes de alimentación histórica, pêro el hecho geográfico, lejos de acercamos interpuso entre nosotros, por voluntad de la naturaleza, una distancia física y psicológica que nos hizo sentimos vecinos distantes y que más bien contribuyó a desarrollar la impresión de buenos amigos lejanos en lugar de actores cercanos de un solo destino y de una misma comunidad.

Hay entre nosotros múltiples posibilidades de aproximación. Tendríamos que pensar como Usted lo acaba de decir, Excelentísimo Señor Ministro, debemos intercambiar, en el âmbito de nuestra comunicación bilateral, impresiones y opiniones constantes para estabilizar mecanismos de consultas permanentes. Sé que esto es posible y la honrosa y afectuosa recepción de que he sido objeto en el Brasil, así me lo confirman.

Por otro lado, como países identificados con el Tercer Mundo, con los pueblos en desarrollo de África y de Ásia, tenemos un vasto horizonte de solidaridad internacional que nos exige seria, constante y creciente atención.

Problemas como los de las matérias primas, dei desarrollo y la energia, se están ensanchando y tienden a hacer crecer cada dia más nuestra fundamental identificación en el manejo multilateral de los asuntos internacionales. La acción multilateral debe fortalecerse en la más directa y en la más franca comunicación bilateral. Estas dos acciones, simultâneas y complementarias, piden mucho de nuestra atención, de nuestra capacidad y de nuestra reflexión.

Nuestros dos países están participando en la creación de un contexto racional que permita examinar y corregir el desorden económico mundial. La crisis de la energia nos ha puesto dramaticamente presente las indesligables conexiones entre matérias primas, desarrollo, energia y, en el orden moral, la urgência de definir, en términos prácticos, las líneas esenciales de la justicia internacional.

Los desequilíbrios mundiales actuales no se basan solamente en el predomínio de los centros de poder que se originaron ai final de la Segunda Guerra Mundial. Se originan también en una defectuosa idea de la justicia y en una concepción fragmentaria dei mundo. Para ser justo, el Sistema Internacional ha de fundamentarse en un equilíbrio mundial. Y no habrá orden global sin que las naciones en desarrollo contribuyan a sustentar este equilibrio. No se puede reordenar el mundo sin señalarle limites a los sectores de poder. Sectores de poder que se han vuelto ahora más complejos por la presencia de los grandes intereses y empresas transnacionales.

Ha mencionado Usted, Excelentísimo Señor Ministro, la necesidad de aproximamos dentro de una política real y pragmática. Quiero identificar mis palabras plenamente con las suyas en este punto. Comparto su declaración según la cual

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

la retórica internacional es el modo de que se dispone para olvidar realidades y para ignorar las alternativas.

Entre su país y el mio hay posibilidades de acuerdos precisos. Con ocasión de esta visita y de otros encuentros semejantes en diferentes niveles, podrán desarrollarse. Debemos pensar en que la integración económica no es un ideal abstracto ni una prisión dialéctica sino un juego sin fronteras y sin rigideces conceptuales. No hay un solo camino para la integración y para la cooperación y estamos en el deber de explorar, de identificar las nuevas posibilidades que se vayan presentando.

Venezuela y Brasil tienen recursos naturales y regiones que nos están pidiendo cada vez más, una mayor imaginación para coordinarlos y hacerlos productivos.

Cuando se vuela sobre el Brasil, no puede dudarse de que el equilíbrio ecológico y la administración de los recursos en términos positivos es una tarea de creciente complejidad. Este, que ha sido un país de descubrímientos, podrá enseñarnos a inventar posibilidades y alternativas para una política hacia la naturaleza. Venezuela se preocupa cada vez más por estos problemas y puedo decirle que esta es una des las mayores inquietudes dei Presidente de Venezuela.

Venezuela ha decidido nacionalizar el hierro y está ahora en el umbral de la nacionalización petrolera. Lo hacemos como un país serio en donde existe un sistema de legalidad que aspira a definir su nacionalismo económico en términos no agresivos y en pacífico entendimiento con países, gobiernos e inte reses.

Venezuela quiere conducirse, en las relaciones internacionales como un país serio, estable, pacífico y cooperador. Por eso nos interesa manejar, en términos racionales. la política exterior. Aspiramos a que este Continente sea una comunidad de pueblos pacíficos que usan sus recursos, sus posibilidades, en favor dei destino humano en su totalidad.

No puedo terminar, Excelentísimo Señor Ministro, sin decirle lo muy contento que estamos mi Sehora, mis colaboradores y yo, con esta visita y con este encuentro. Saludo ai pueblo dei Brasil, a nuestro gran país hermano y vecino, ai Señor Presidente Geisel y a su Gobierno, a Usted, a su esposa y a todos los que, en Itamaraty, trabajan por un mundo pacífico y por un continente unido y vigoroso.

A Usted, Señor Ministro, quiero saludarlo con afecto, con afecto personal y con admiración, y con admiración intelectual, y repetirle mi gratitud por cuanto en esta ocasión nos ofrece.

Puede Usted confiar en que las palabras dei Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela esta noche le traen ai Brasil, en términos colectivos, el testimonio de la más franca amistad.

No me queda sino decir, para concluir, que Brasil y Venezuela pueden crecer juntos, deben crecer juntos y van a crecer juntos. Y en nombre de todo eso quiero brindar por el Señor Presidente Geisel, por su Gobierno, por su pueblo, por su país y por todos Ustedes juntos.

Muchas gradas.

comunicado do itamaraty

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador António F. Azeredo da Silveira, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Doutor Ramón Escovar Salom, realizou visita oficial ao Brasil, de 14 a 17 de julho de 1975. O Ministro Escovar Salom foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel. O Chanceler Escovar Salom visitou Sua Excelência o Senhor Senador José Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, e entreteve conversações com os Ministros da Fazenda, do Interior, das Minas e Energia e o Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

2. Antes de iniciar sua visita oficial, o Ministro Escovar Salom esteve no Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, expressou sua satisfação em reunir-se com os Membros da Academia Brasileira de Letras.

3. Durante sua estada oficial no Brasil, o Ministro Escovar Salom visitou o Estado de São

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Paulo, onde se entrevistou com o Governador Paulo Egydio Martins e manteve proveitosos contatos com representantes dos setores empresariais.

4. Reunidos em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela passaram em revista temas da atualidade mundial e continental e consideraram a proposta de criação do Sistema Económico Latino-Americano (SELA). No plano das relações bilaterais, coincidiram na oportunidade e conveniência de intensificá-las nos diferentes setores, dando especial atenção ao intercâmbio comercial e à cooperação técnica, económica e financeira. Com esse propósito, decidiram convocar a Comissão Mista de Cooperação Económica e Técnica, que já celebrou duas sessões, para que se reúna, em Caracas, no mais breve prazo possível, a fim de examinar e recomendar o conjunto de medidas necessárias para dar nova dimensão às relações entre o Brasil e a Venezuela.

5. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela julgaram de toda conveniência reiterar a posição de seus países de defesa dos recursos naturais de seus territórios e reafirmaram solenemente o direito soberano de sua livre utilização.

6. O Chanceler Escovar Salom expressou sua gratidão ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil pela amável acolhida e pelas manifestações de afeto e amizade de que foi objeto, juntamente com sua comitiva, durante sua estada no Brasil e lhe fez um cordial convite para que visite a Venezuela. O Ministro Azeredo da Silveira aceitou o convite, com sumo agrado, manifestando que, oportunamente, e de acordo com o Governo da Venezuela, será fixada uma data para sua visita.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

convivência pacífica marca relações brasil-peru

Discurso do Chonceler Azeredo da Silveira no almoço que ofereceu ao Ministro das Relações Exteriores do Peru, General Miguel Angel de la Flor Volle, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 25 de julho de 1975. Comunicado do Itamaraty divulgado nesse dia

discurso de silveira

Senhor Ministro De la Flor Valle,

É para mim motivo de especial contentamento recebê-lo em Brasília. 0 gesto amigo de Vossa Excelência, que esta visita representa, é bem um exemplo do sentimento fraterno que une o Brasil e o Peru.

É um fato da História que as relações entre os nossos povos nunca se empanaram por qualquer desentendimento. O conceito de vizinhança entre nós esteve sempre vinculado à realidade de uma permanente convivência pacífica. Essa realidade embasa e fortalece a vontade política de estruturarmos conjuntamente um sistema efetivo de cooperação e de consultas. Esse relacionamento fácil e produtivo no plano bilateral, estendemos ambos também ao plano multilateral. **0** Brasil e **o Peru** vêem da mesma forma a necessidade de adoção de novas e mais eficazes normas de cooperação económica internacional. Vivemos num mundo em que a interdependência dos Estados, grandes ou pequenos, deixou de constituir uma opção para tornar-se um imperativo. É, por isso, indispensável que, sem interferir no desempenho dos processos de justa valorização dos recursos nacionais, a comunidade internacional estimule e assegure o bem-**estar de todas** as nações **e** a repartição eqüitativa dos benefícios da civilização.

equilíbrio **de poder** deve levar em conta os aspirações da maioria

Seria um erro pensar que a paz e a segurança política no mundo podem ser alcançadas pela estratificação de um equilíbrio de poder ocasionalmente alcançado em benefício de alguns povos, sem levar em conta as aspirações da maioria. Não devemos fundamentar nossa esperança de paz e de segurança no equilíbrio entre a força e o medo, mas na satisfação adequada das necessidades vitais de todos os povos.

Senhor Ministro,

A agenda desse nobre programa não pode resumir-se a medidas paliativas, incapazes de conduzir a reformas duradouras. Nem soluções isoladas e parciais poderão atender ao desejo de ampla e justa reforma da ordem económica internacional. Por isso, não apenas objetamos firmemente contra as práticas comerciais protecionistas adotadas por países desenvolvidos, como também insisti-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

mos em que um sistema de preferências que beneficie os países em desenvolvimento seja generalizado e integralmente aplicado, de forma a cobrir o maior número de produtos e permitir a esses países lograr vantagens adicionais para suas exportações e maior participação no comércio mundial. Julgamos imprescindível que sejam adotados critérios operativos para a defesa e estabilização dos preços dos produtos primários e, no campo das finanças internacionais, que as medidas corretivas do sistema monetário internacional assegurem a fluidez de recursos no nível requerido pelos processos de desenvolvimento. Não podemos, sobretudo, aceitar que as conquistas tecnológicas aplicadas à produção industrial continuem sendo utilizadas como instrumentos para preservar, em mãos de poucos, os meios com que ordenam as estruturas económicas do mundo.

ordem económica mais eqüitativa é benéfica a todos

Felizmente, alguns paises desenvolvidos já começam a perceber que uma ordem económica internacional mais eqüitativa resulta no benefício de todos. É necessário que essa percepção se amplie e que motive a adoção de medidas concretas no mais curto prazo possível. Algumas oportunidades para essas mudanças estão às nossas portas. Esperamos que todos, países desenvolvidos e países em desenvolvimento, saibamos aproveitá-las.

Senhor Ministro,

0 Brasil e o Peru estão na vanguarda dos países que reivindicam um tratamento internacional adequado para solucionar os problemas que afetam o mundo em desenvolvimento. Levantamos nossas vozes em defesa do direito soberano de todos os países de proteger seus recursos naturais e deles livremente dispor. É, também, nossa inalterável convicção que a soberania e jurisdição dos Estados se estendem ao mar adjacente a suas costas, até o limite por eles fixado, de acordo com suas particularidades geográficas, geológicas e biológicas, para a preservação, investigação e exploração de seus produtos. Nossa atitude, no plano internacional, tem-se guiado pela preocupação de sermos eficientes. Não nos interessam vitórias verbais às quais não correspondam mudanças concretas na estrutura económica internacional. Esperamos que essa determinação construtiva produza os resultados a que visamos, para o benefício de nossos povos.

cooperação para desenvolvimento da amazônia

Senhor Ministro,

Já tive ocasião de notar que a consciência de que somos vizinhos se fortalece na prática do seu próprio conceito. Devemos, portanto, consagrar especial atenção aos programas de cooperação na Bacia Amazônica, comum aos nossos países, com vistas ao desenvolvimento de toda a região. Para que se efetive plenamente a ocupação física do território amazônico, necessária à exploração racional de suas riquezas, e para que se possa garantir à sua população adequadas condições de progresso sócio-econômico, é importante que nossos países, além dos programas empreendidos internamente em cada um deles para desenvolvimento da região, estreitem sua cooperação bilateral no exame dos problemas da área. Acreditamos que uma larga faixa de interesses comuns será assim identificada, o que permitirá uma colaboração benéfica para ambos os países.

Senhor Ministro,

0 surto de progresso que anima nossas duas nações, a descoberta e exploração de novas fontes de riqueza, a abertura de múltiplas frentes pioneiras às atividades e à indústria de nossos povos constituem bases sólidas sobre as quais construiremos as estruturas de mais ampla e profunda cooperação. Com a convicção de que, ao traduzirmos, em atos concretos, os ideais de nossos povos, estamos servindo à causa da unidade e prosperidade latino-americana, rogo-lhe aceitar os votos de felicidade pessoal que lhe formulamos, bem como fazer chegar ao presidente Velasco Alvarado, ao Governo e ao povo peruano a mensagem de fraternal amizade do Governo e do povo brasileiro.

comunicado do itamaraty

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador António F. Azeredo da Silveira, o Ministro das Relações Exteriores do Peru, General Miguel Angel de La Flor Valle, esteve em Brasília, no dia 25 de julho de 1975.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Nessa oportunidade, o Chanceler Miguel Angel de La Flor foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel.

Durante sua estada no Brasil, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru trocaram impressões sobre a situação internacional e continental, bem como discutiram em profundidade os assuntos relacionados com o fortalecimento das relações entre os dois países.

Os dois Ministros concordaram plenamente na necessidade de intensificar as relações bilaterais entre o Brasil e o Peru, dando especial ênfase ao incremento da cooperação científica, técnica e económica, bem como à elevação do intercâmbio comercial a nível condizente com o volume global do comércio de cada um deles.

Nesse sentido, expressaram a confiança de que a III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Económica e Técnica, a realizar-se em setembro próximo em Lima, concorra de modo eficaz para a consecução desse objetivo comum e recomendaram que, no âmbito das negociações a serem iniciadas para o aumento substancial das importações brasileiras do Peru, no setor dos metais não-ferrosos, sejam levadas em consideração as grandes e reais possibilidades da colocação de produtos brasileiros no mercado peruano, em quantidade e valores compatíveis com o incremento previsto para o intercâmbio comercial bilateral.

O General Miguel Angei de La Flor manifestou seu reconhecimento a Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores do Brasil pela recepção cordial e pela manifestação de afeto e de amizade de que foi objeto durante sua estada no Brasil e expressou a seu colega brasileiro o convite oficial do Governo peruano e a satisfação com que receberia sua visita em Lima. O Chanceler brasileiro aceitou, com o maior prazer, o convite, manifestando que, de comum acordo com a Chancelaria peruana, seria oportunamente fixada sua data.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

fortalecimento dos vínculos com a argentina

Discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira e resposta, de improviso, do Chanceler argentino, Angel Federico Robledo, por ocasião Jo almoço a este oferecido no Palácio Itamaraty de Brasília, em 8 de setembro de 1975

discurso de silveira

Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina e muito prezado amigo, Embaixador Angel Federico Robledo,

0 Governo brasileiro e os seus amigos nesta Casa se sentem particularmente sensibilizados pela distinção e gentileza do seu gesto, vindo a Brasília para despedidas oficiais.

Raro é o sentimento que esse seu regresso enseja, ao permitir que se mescle, com o pesar dos adeuses, a satisfação de poder recebê-lo já Chanceler da nobre Nação argentina.

Embora tão breve, a passagem de Vossa Excelência por Brasília, como Embaixador da Argentina, ficou marcada pelo empenho com que Vossa Excelência procurou ressaltar a importância perene da amizade e da cooperação entre nossos países.

Tais sentimentos e propósitos sempre foram e são os que o Governo brasileiro nutre com relação ao Governo argentino. Temos a felicidade de poder dizer que essa disposição oficial corresponde, em toda sua extensão, aos mais genuínos sentimentos do povo brasileiro que tem pelo povo argentino espontâneo e fraternal afeto.

vastas perspectivas de entendimento entre brasília e buenos aires

Já se disse que a amizade entre os nossos países é um imperativo. Felizes somos, repito, quando o que é inelutável se confunde com o que é, também, a aspiração nacional.

Alicerçada em tais sentimentos, a cooperação brasileiro-argentiua só tende a se ampliar. Antevejo para as relações entre nossos Governos vastas perspectivas de entendimento, onde se multiplicarão as coincidências de opinião e as convergências de interesses.

Essas coincidências e convergências não se manifestam apenas nas nossas relações bilaterais. Elas se ampliam e se aprofundam, também, nas apreciações que, muitas vezes, fazemos, cada Governo, sobre questões de fundamental importância para a cooperação multilateral, no âmbito regional como no universal. Aliás, é uma realidade iniludível a de que a estreita cooperação entre nossos Governos em questões de interesse multilateral pode ser fator de especial relevância para o andamento dessas mesmas questões.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Todas essas constatações, que são também um programa, faço-as como as poderia estar ouvindo da boca de Vossa Excelência, tão grande é a minha certeza de que repartimos idênticos pontos-de-vista sobre essas matérias.

Vivemos época especialmente propícia ao fortalecimento dos vínculos que nos unem.

expansão do intercâmbio comercial

No plano bilateral, temos assistido a uma contínua e rápida expansão do nosso intercâmbio comercial, evolução importante para o desenvolvimento económico de ambos os países. A cooperação económica se estreita e se revela promissora em escala ampliada. Intenso é o intercâmbio de pessoas e fértil o terreno para a cooperação científica e cultural.

Mesmo as perspectivas positivas que caracterizam a evolução de nossas relações não esgotam, porém, as possibilidades de desenvolvimento que existem em todos esses setores.

Nossas economias se adaptam a novas dimensões sob o impacto das transformações quantitativas e qualitativas ocorridas na ordem económica mundial. Com isso surgem circunstâncias originais que o engenho e a disposição dos homens públicos em cada país devem saber aproveitar para o benefício de ambos os povos. Acredito que a interdependência horizontal que defendemos se instaure no plano universal, inclusive nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e que possamos praticá-la, já com mútuo proveito, nas relações entre países em desenvolvimento. E o Brasil e a Argentina oferecem condições excepcionais nesse sentido.

caminho aberto para iniciativas solidárias

Da mesma forma, temos hoje inexcedíveis condições propícias a uma proveitosa cooperação económica. Alcançamos, em cada país, elevados índices de progresso tecnológico, que abrem o caminho para empreendimentos solidários nos mais variados campos.

Temos, finalmente, vasto domínio oferecido à imaginação e à boa vontade recíproca no terreno do intercâmbio cultural e científico.

Disse que, no campo multilateral, o entendimento comum pode ser de fundamental importância. Com efeito, países em desenvolvimento, que ambos somos, nos encontramos com freqüência defendendo as mesmas teses, lutando pelos mesmos direitos, nos foros internacionais. Também nesse terreno, ricas oportunidades se estão abrindo para proveitosa colaboração. **O Brasil e a Argentina vêm defendendo a necessidade de instauração de uma ordem económica internacional mais justa, que favoreça o progresso material e espiritual dos povos menos favorecidos.** Hoje, a consciência dessa necessidade se generaliza. É preciso que aqueles que, como o Brasil e a Argentina, vêm enfatizando, ao longo dos anos, a urgência de revisão das relações económicas internacionais, estejamos prontos a oferecer soluções concretas no momento oportuno.

um reencontro e não uma despedida

Senhor Chanceler,

Não é minha pretensão fazer o inventário das potencialidades de cooperação entre nossos países. Elas se explicitarão, naturalmente, no dia-a-dia das nossas relações. Queria, sim, deixar patente, nesta ocasião, que tem mais de reencontro que de despedida, quão ricas antecipo nossas futuras relações.

Por todas essas razões, Senhor Embaixador, este momento, como dizia, não pode prestar-se a melancólicas expressões de tristeza, senão pelo contrário, tem de refletir o contentamento que nos anima para o continuado aprofundamento dos laços de estima e cooperação que unem os nossos dois países.

Peço, Senhor Chanceler, que seja o intérprete desses sentimentos junto ao Governo e ao povo argentino.

Aos presentes, convido a que ergam com a minha as suas taças para que bebamos juntos pela saúde e pela felicidade da Excelentíssima Senhora Maria Esteia de Peron, Presidente da Nação argentina. Ergamo-las também para fazer os mesmos votos aos ilustres amigos, o Ministro de Estado Angel Federico Robledo e sua Excelentíssima Senhora.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira,

Senhora Azeredo da Silveira,

Senhores Representantes dos Poderes do Estado do Brasil,

Senhores Chefes de Missão,

Senhores Representantes das Forças Armadas do Brasil,

Senhoras e Senhores,

Não é irreverência que nesta homenagem significativa improvise minhas palavras. Somente improviso as frases, porque as ideias estão profundamente meditadas porque são os que sempre me acompanharam no curso dos muitos anos de minha atuação na vida pública, quando tive de julgar as relações de nossas Nações e de nossa América. Tenho consciência da responsabilidade transcendente que importa definir a política e a posição internacional do meu país nesta sede do Itamaraty, custódia das glórias da Nação brasileira e pilar de seu progresso e de seu futuro. Tenho consciência de que essa responsabilidade aumenta quando tenho de falar na presença do Chanceler do Brasil, nobre amigo, que segue com toda honra e com toda a eficiência a linha brilhante dos Chanceleres que deram lustre e mérito ao Itamaraty.

a importância das relações muhilaterais

Poderia sintetizar minhas palavras dizendo simplesmente que ratifico integralmente os enfoques e os pontos-de-vista do Senhor Chanceler do Brasil. Mas quero acrescentar que, nas relações bilaterais com o Brasil, não omitimos a missão das relações multilaterais com todos os países da América e especialmente com os países que integram essa porção austral do Continente.

Cremos que, do entendimento e da cordialidade que estamos firmemente dispostos a estabelecer em todos os setores das relações e dos contatos entre o Brasil e a Argentina, há de resultar também uma projeção sugestiva para o entendimento e para o afeto entre todas as Nações que integram esta parte do Continente e entre nós e os demais povos latino-americanos.

bases da política externa argentina

A Argentina define sua política exterior por determinados princípios que vêm desde os primeiros momentos de sua vida independente e que, como norma diretriz, continuarão orientando nossa política exterior. Sustentamos a intangibilidade da soberania dos Estados, o princípio da autodeterminação dos povos, o princípio da não-ingerência nos problemas estrangeiros, o da solução pacífica das controvérsias internacionais e o do respeito ao pluralismo ideológico. Cremos que nesses princípios se encontram as bases gerais de todos os entendimentos possíveis com o respeito devido às identidades nacionais, às soberanias independentes.

Mas também cremos que o conceito de respeito à soberania se nutre fundamentalmente, como disse o Chanceler do Brasil, do princípio de justiça que deve informar uma nova ordem económica internacional. Os países em desenvolvimento têm os mesmos direitos que têm os países desenvolvidos de dar aos nossos povos os níveis de bem-estar, de justiça, de cultura, de desenvolvimento do homem, que alcançaram aqueles países que puderam, pelo acaso das circunstâncias, aproveitar contingências internacionais e alcançar altos níveis de industrialização. Mas cremos também e compartilhamos fundamentalmente que essa nova ordem económica e essa justiça social internacional instrumentar-se-á fundamentalmente sobre os princípios da horizontalidade, da interdependência, que definiu com luminosas palavras o Senhor Chanceler do Brasil e que determina toda uma gestão de sua política internacional.

admiração pelo progresso do brasil

Compartilhamos os anseios de desenvolvimento, de melhoria e de independência, que estão orientando a política do Brasil, expressamos nossa profunda admiração pelos níveis de progresso que o Brasil está alcançando e estamos totalmente persuadidos de que somente numa região altamente desenvolvida poderemos, todos, atingir os níveis a que aspiramos e que entendemos corresponder-nos em estrita justiça. Não ignoramos que há de expressar-se uma ordem de prioridades para realizarmos nossas políticas de entendimentos, e essa ordem de prioridades, a meu ver — e a manterei enquanto exercer a direção da Chancelaria argentina — é estreitar profundamente, explorando todos os aspectos possíveis, a relação

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

bilateral, que é a que concretiza, na ação de todos os dias, o entendimento dos povos e dos países. Sem descuidar, por isso, da gestão multilateral, que vai assinalando os grandes princípios e as grandes aspirações da política internacional do futuro.

cooperação sob todos os aspectos

Celebro as frases entusiásticas do Senhor Chanceler do Brasil, e as subscrevo totalmente, no que se refere ao fortalecimento de nossas relações bilaterais. Cremos, como ele, que o campo, tanto no plano dos contatos e das relações comerciais, como no científico e tecnológico, como no das relações culturais, e outros tantos que se apresentam no terreno da cooperação, é sumamente vasto e ainda não explorado. Empenhamos a mesma decisão do Senhor Chanceler, de trabalhar intensamente para que essa exploração alcance a significação e a transcendência que a geografia, a fraternidade, a simpatia e o entendimento entre nossos dois povos nos estão apontando como um imperativo político do momento.

Não podem ser mais completas as coincidências, como os Senhores podem apreciar, e fundamentalmente não podem ser mais concretos os programas e as decisões de levá-los a cabo. Creio que é absolutamente indispensável que se crie um clima de cordialidade, de entendimento, de solidariedade entre os povos de nossas Nações. Temos de fazer com que, através das mentalidades nacionais, as políticas dos Governos sigam pelos caminhos e pelas sendas da cooperação, do afeto, da solidariedade, face ao destino e frente à História.

trabalhadores anónimos e cotidianos da grandeza binacíonal

Felizmente, a hora internacional está amadurecendo e recriando a significação dos povos na concretização dos seus próprios destinos. Tenho bem presente que os efeitos determinantes da História nascem da ação heróica dos super-homens de cada uma das nacionalidades, mas tenho para mim que esses feitos heróicos determinantes somente adquirem seu conteúdo de progresso e de consolidação através do trabalho anónimo e cotidiano de todos e de cada um dos homens e das gerações que integram as populações de nossos países. Não pretendemos, o Senhor Chanceler do Brasil e eu, sermos arquétipos ou coisa semelhante, mas assumimos a responsabilidade de sermos trabalhadores anónimos e cotidianos dessa grandeza binacional, que há de resultar do entendimento e da cordialidade de nossos países.

Agradeço, em nome de minha esposa e no meu próprio, as múltiplas e tão afetuosas atenções que recebemos nesta nobre e hospitaleira terra do Brasil. Sentimo-nos como em nossa casa e diria, inclusive, mais contentes que em nossa casa, porque estamos recebendo a cordialidade de amigos que queremos muito e compreendemos muito profundamente. Quero brindar, em primeiro lugar, pela glória e pelo progresso do Brasil; pela saúde e pelo bem-estar do Senhor Presidente Geisel e de sua família; pela cordialidade e a decisão de progresso do nobre povo brasileiro. E quero também acrescentar a nota pessoal e afetuosa, brindando, com o coração aberto, pela felicidade, pelo futuro da Senhora Azeredo da Silveira, do Senhor Chanceler, velhos amigos com quem fico mais unido do que nunca.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

silveira propõe novas regras para o comércio norte-sul

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo dá Silveira, na VII Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 1.° de setembro de 1975

Senhor Presidente,

0 propósito deste nosso encontro é, como todos se recordam, o de "considerar novos conceitos e opções com o objetivo de efetivamente promover a solução dos problemas económicos mundiais, em particular aqueles dos países em desenvolvimento, e assistir na evolução de um sistema de relações económicas mundiais baseado na igualdade e nos interesses comuns de todos os países". É, ainda, nossa missão a de "iniciar as modificações estruturais necessárias e apropriadas para fazer do sistema das Nações Unidas um instrumento mais efetivo de cooperação económica mundial". Tais propósitos, se eram válidos em 1973, quando foi aprovada por unanimidade a Resolução 3171, são, talvez, ainda mais válidos hoje, quando as condições objetivas da realidade económica internacional tornam não apenas imperativa, mas urgente, a plena revisão do sistema vigente de relações económicas entre as nações.

A evolução económica nas últimas décadas revela uma crescente desarmonia entre os progressos alcançados no plano interno, nos diversos tipos de economia, e no plano internacional, no que respeita à criação de condições para o desenvolvimento sustentado e harmónico.

o controle da atividade económica

No plano interno, sobretudo nos países industrializados, a evolução da ciência e d« prática económica tem aumentado a capacidade dos Governos de evitar ou pelo menos de atenuar tanto as flutuações mais drásticas da atividade económica interna quanto os casos mais extremados ou as conseqüências mais dramáticas das desigualdades na distribuição nacional da renda. Essa evolução ocorreu tanto em países de economia de mercado, às custas de um considerável abrandamento dos ideais absolutos do liberalismo clássico, quanto nas economias centralmente planificadas. Esse razoável controle da atividade económica, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento harmónico, tem sido alcançado mesmo em um bom número de países em desenvolvimento, não obstante a fragilidade de suas economias.

Essa situação no plano interno contrasta violentamente com a evolução no plano das relações económicas internacionais. Aí, não obstante as reiteradas tentativas feitas, sobretudo nos últimos vinte anos, quase nenhum progresso efetivo foi alcançado, quer para evitar as conseqüências de crises económicas que encontram sua origem imediata nos desajustamentos conjunturais da própria economia internacional, quer para reduzir o hiato económico resultante de seus desajustamentos estruturais.

Nesse plano internacional, a situação, tal como se apresenta hoje, revela a existência de dois níveis de relacionamento com características próprias. Em um nível, o das relações económicas en-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

tre países industrializados, ocorre uma estrutura normativa relativamente eficaz, capaz de disciplinar a evolução global com vistas àquele desenvolvimento harmónico que a maioria desses países já vem, graças à ação dos Governos, alcançando internamente. Em outro nível, ocorrem as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde predomina um virtual **laissez-faire,** já superado, como notamos, no plano interno e no nível das relações entre países desenvolvidos.

gatt e fmi, remédios dos desenvolvidos

As relações económicas entre países industrializados foram, desde o fim da II Guerra Mundial, regidas pelos sistemas comercial e monetário montados em Havana e em Bretton Woods, e representados, respectivamente, pelo GATT e pelo FMI. Sem dúvida, essas instituições tinham âmbito universal e não se destinavam explicitamente à regulamentação exclusiva das relações económicas entre as economias industrializadas. Na prática, as normas então estabelecidas refletiam, no essencial, os interesses e as peculiaridades das economias avançadas, as únicas que tinham condições de beneficiar-se dos princípios da nação mais favorecida, da multilateralização das trocas e da ortodoxia monetária do FMI. Podemos dizer que durante mais de duas décadas o sistema atendeu a seus objetivos iniciais-, proteger a economia dos países desenvolvidos contra a propagação internacional das crises e contra as políticas, tristemente célebres na década de 30, de desvalorizações competitivas e de medidas protecionistas em cadeia.

Em contraste, **as relações económicas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento jamais foram objeto de uma regulamentação específica, que refletisse as suas condições sócio-econômicas particulares. Tais relações estão submetidas, formalmente, ao mesmo tipo de normas que regem as relações entre países industrializados. Ora, tais normas, ainda que parcialmente atendam às necessidades de um ordenamento das relações económicas e comerciais entre parceiros iguais, não se ajustam às intenções económicas entre parceiros desiguais.** Predomina, assim, nesse segmento da economia internacional, algo próximo do que os teóricos do estado liberal chamavam de "estado de natureza", uma ordem que resulta, na prática, na subordinação dos economicamente débeis aos economicamente fortes.

as negociações comerciais multilaterais

A partir do início da década dos 70, os países industrializados já haviam pressentido a necessidade de submeter a uma regulamentação mais eficaz do que a prevista em Havana e Bretton Woods as suas relações económicas recíprocas. Um dos objetivos explícitos das Negociações Comerciais Multilaterais, por exemplo, era o estabelecimento de novas regras de comércio que poderiam conduzir à articulação de uma nova estrutura institucional para disciplinar as trocas. As freqüentes crises monetárias, por outro lado, indicavam a urgência de reformular o sistema monetário internacional. Tudo leva a crer, entretanto, que **a revisão contemplada continuará a abordar esses problemas do prisma dos países industrializados e não levará suficientemente em conta os interesses dos países em desenvolvimento.** Por exemplo, o princípio do tratamento diferenciado, reconhecido em Tóquio, deverá limitar-se ao âmbito exclusivo das Negociações Comerciais Multilaterais e apenas nas áreas "onde fosse factível e apropriado". No campo monetário, a discussão das alternativas jamais chegou a incluir, seriamente, a proposta do "vínculo" entre os direitos especiais de saque e o financiamento do desenvolvimento.

reflexos do centro na periferia

De fato, não havia nenhuma razão teórica ou prática que justificasse, do ponto-de-vista dos interesses nacionais imediatos dos países desenvolvidos, a adoção de uma ordem normativa específica regulamentadora das relações Norte-Sul. Com efeito, até aquele momento, a problemática da crise parecia centrar-se exclusivamente no mundo industrializado. As tendências recessivas ou inflacionárias originavam-se no centro, e propagavam-se para a periferia. A partir dessa análise, seguia-se, logicamente, que, para manter a estabilidade do sistema, seria suficiente uma regulamentação anticíclica de âmbito nacional, completada por acordos no campo comercial e monetário que assegurassem a expansão das trocas entre países industrializados e impedissem práticas monetárias capazes de comprometer o crescimento ordenado das economias nacionais. Não havia nada de intrinsecamente maquiavélico nessa análise, e nenhuma intenção explícita de marginalizar o Terceiro Mundo. De acordo com esse raciocínio, que nada tinha de abstrato, os inte-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

resses dos países da periferia seriam servidos, precisamente, por uma política destinada a manter, em altos níveis de crescimento **e** em condições de inflação controlada, as economias centrais. Havia uma solidariedade objetiva de interesses entre centro e periferia, na medida em que esta seria a primeira a beneficiar-se com a prosperidade dos países desenvolvidos e a primeira, também, a sofrer os efeitos de uma crise gerada nas economias avançadas. Os países desenvolvidos podiam, portanto, sem escrúpulos teóricos ou sobressaltos éticos, limitar-se a pôr sua casa em ordem ao nível nacional e ao nível de suas relações.

o impacto da crise energética

Ora, a crise de energia modificou qualitativamente os dados da realidade. Pela primeira vez, a trajetória da crise parecia inverter-se: tudo **se** passou como se o Terceiro Mundo, em vez de sofrer, passivamente, uma crise gerada no centro, tivesse, ao contrário, originado pressões que se traduziriam numa crise internacional. Não é minha intenção analisar, neste momento, a verdadeira origem da crise: se, como sustentam os países industrializados, esta se originou na elevação dos preços do petróleo, ou, como sustentam, em geral, os países em desenvolvimento, a alta dos preços de energia meramente agravou disfunções económicas e monetárias pré-existentes. **O que é incontestável é que a crise atual evidenciou, com terrível clareza, o potencial desestabilizador da divisão internacional de trabalho vigente, e os riscos, para a economia mundial como um todo, da atual estrutura das relações económicas Norte-Sul.** O ensinamento, que muitos considerariam salutar, da crise atual é que não é mais possível assegurar a estabilidade da economia mundial por uma estrutura normativa limitada ao segmento industrializado do mundo, seja ao nível nacional, seja no nível de suas relações mútuas. Em outras palavras, **é necessário estender às relações económicas Norte-Sul modalidades de regulamentação comparáveis às que já existem nos outros níveis.** Dessa forma, seria possível disciplinar tanto as práticas de países e empresas no mundo em desenvolvimento, como as práticas de países e empresas no mundo industrializado, substituindo o atual regime de **laissez-faire** por uma estrutura de normas capazes de conter as tendências desestabilizadoras inerentes à atual divisão internacional de trabalho.

a necessidade de um acordo norte-sul

Senhor Presidente,

À luz dessa avaliação, a Delegação brasileira propõe, concretamente, que se busque negociar um Acordo Geral sobre Comércio entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento, com vistas a fixar novas regras do jogo para o comércio Norte-Sul. O Acordo proporcionaria uma matriz político-jurídica para negociações específicas e não interferiria com os foros existentes, como o GATT e as organizações de produtos de base, que continuariam operando, embora no quadro doutrinário do Acordo.

A ideia de um Acordo desse género já está contida, em parte, no discurso pronunciado pelo Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Harold Wilson, na Conferência de Chefes de Governo da Cotnmonwealth, em Kingston: "O que o Governo britânico tem em mente é que fixemos como objetivo um Acordo Geral sobre Produtos de Base, não somente para nós como para todo o mundo. Uma geração depois do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), chegou o momento de equilibrá-lo com um Acordo Geral sobre Produtos de Base, cuja necessidade já se faz sentir há muito tempo".

Outros líderes de países desenvolvidos, sem chegarem a formular propostas específicas de caráter normativo, também admitem haver chegado o momento de uma revisão do quadro de relações vigentes. Ainda recentemente, falando perante os Chanceleres latino-americanos reunidos em Washington, no dia 9 de maio, o Secretário de Estado americano, Dr. Henry Kissinger, dizia que: **"Através do mundo, dificuldades económicas atingiram tantos países e ocorrem contra um pano de fundo de tão generalizada incerteza política, que a necessidade de um novo conjunto de formas de relações económicas é cada vez mais aparente".** Para o Secretário de Estado.- **"Tem estado claro já há algum tempo que o sistema internacional entrou num período de redefinição e que ajustamentos significativos serão necessários da parte de todos os países, grandes e pequenos".**

0 Acordo que propomos seria mais abrangente do que o sugerido pela Grã-Bretanha, pois iria além da regulamentação apenas do comércio de produtos de base. Por outro lado, não incluiria, por razões práticas, todo o universo das relações eco-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

nômicas Norte-Sul. Limitar-se-ia ao comércio internacional **strieto sensu,** o que excluiria temas como a transferência de tecnologia e o transporte marítimo, já regulamentados ou em vias de serem regulamentados por instrumentos específicos, ou a reforma monetária internacional.

um passo efetivo e não um documento declaratório

Não propõe o Brasil um novo documento declaratório, que anuncie princípios gerais e formule reivindicações maximalistas.

0 instrumento que sugerimos seria de outra índole. Teria que representar um jogo de concessões recíprocas, consolidado num documento jurídico de valor obrigatório, que servisse de base a acordos sobre temas específicos. **Ao contrário das resoluções clássicas das Nações Unidas, em que não se pode falar de negociações efethras, o novo instrumento resultaria de negociações no sentido estrito da palavra, em que os países em desenvolvimento fariam concessões normativas, na medida em que recebessem concessões normativas adequadas.**

0 Acordo incluiria, essencialmente, dois temas prioritários: acesso e preços. Não visaria, entretanto, à criação de **mecanismos** para facilitar o acesso e defender os preços, mas sim à negociação de regras que tornassem possível o estabelecimento de mecanismos específicos sobre acesso e preços. Tais regras, assegurariam, por um lado, tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento em matéria de acesso e preços, tanto no tocante a produtos básicos como em relação a manufaturas e, por outro lado, aos países industrializados, garantias de acesso a suprimentos de matérias-primas e de disciplinamento dos movimentos de preços.

Em um acordo do tipo que contemplamos, a problemática do acesso poderia ser ampliada, e, em vez de limitar-se, como no enfoque clássico, apenas ao acesso dos produtos de exportação dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos, poderia abranger também o de importações vitais ao seu processo de desenvolvimento. No tocante à política de preços, seriam estabelecidas regras gerais visando à estabilização dos preços reais das matérias-primas, e a assegurar aos países em desenvolvimento a preservação e aumento de sua receita de exportação. Eventualmente, poder-se-ia considerar a hipótese de alargar ainda mais **o** âmbito de debate relativo a acesso e preços, convencionalmente limitado a medidas e compromissos na área governamental, a fim de incluir as práticas não-governamentais, já que crescentemente **os movimentos internacionais de bens e serviços e os termos e condições de sua comercialização tendem a depender de decisões tomadas pelas empresas transnacionais, mais do que dos instrumentos clássicos de política comercial.** Tais práticas não precisariam necessariamente figurar no Acordo, podendo ser objeto de instrumentos paralelos, de características jurídicas diversas, segundo o modelo dos códigos de conduta que vêm sendo negociados no âmbito das Nações Unidas.

Em contrapartida a essas concessões normativas por parte dos países industrializados, os países em desenvolvimento poderiam, também, como já assinalei, fazer concessões no tocante, por exemplo, à garantia de fornecimento de matérias-primas e ao disciplinamento do movimento de preços. Haveria, assim, uma genuína negociação, em que ambas as partes teriam algo a receber e algo a oferecer.

desfazer os possíves mal-entendidos

Uma proposta desse género suscita, por sua própria natureza, alguns mal-entendidos, que tentarei antecipar e, na medida do possível, dissipar.

Ao argumento de que a reformulação das regras do comércio internacional deve caber ao GATT, inclusive porque se trata de um tema especificamente previsto nos termos de referência das Negociações Comerciais Multilaterais, é **forçoso responder que não se vislumbra, dois anos depois da Declaração de Tóquio, nenhum progresso na negociação das novas regras.** As consultas bilaterais que já se iniciaram estão inscritas no quadro mais ortodoxo possível, sem qualquer definição prévia quanto aos procedimentos especiais que deveriam assegurar aos países em desenvolvimento o direito ao tratamento diferenciado, reconhecido em Tóquio, sob certas reservas. À luz da experiência do passado, quaisquer novas regras que vierem a ser elaboradas no GATT atenderão, prioritariamente, os interesses dos países indus-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

trializados. Caberia, então, à Assembleia Geral, como foro político máximo da comunidade internacional, considerar o assunto e fixar procedimentos para a negociação, numa etapa ulterior, de um Acordo Geral sobre Comércio entre Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento, que daria cobertura jurídico-política às negociações específicas, como as realizadas no âmbito do GATT.

equilíbrio de concessões recíprocas

É importante, por outro lado, deixar claro que o Acordo proposto não duplicaria os instrumentos normativos já adotados no âmbito das Nações Unidas. Ao contrário desses instrumentos, de importância fundamental para o ordenamento das relações económicas Norte-Sul, **o novo Acordo seria mais específico em seu alcance, pois se limitaria ao campo do comércio internacional e teria um estatuto jurídico diferente, normativo e não-recomendatório, pois resultaria de negociações destinadas a fixar um equilíbrio de concessões recíprocas.**

Cumpre explicitar, ainda, que a proposta brasileira em nada prejulga a negociação de mecanismos específicos, como os destinados a preservar o valor aquisitivo das receitas de exportação dos países produtores de determinadas matérias-primas. Ao contrário, acreditamos que a fixação de regras poderá facilitar a negociação e aceitação desses esquemas específicos. Nada impediria, aliás, que os dois exercícios fossem, não consecutivos, mas paralelos.

Senhor Presidente,

Temos ouvido, recentemente, advertências severas contra as práticas de confrontação que, segundo alguns países, estariam tendendo a generalizar-se nos foros internacionais. Colocada nesses termos, a dicotomia confrontação versus cooperação permanece abstrata. **A confrontação é obviamente inevitável quando as relações Norte-Sul são vistas em termos de um jogo em que o que for ganho pelos países em desenvolvimento será necessariamente uma perda para os países industrializados.** Quando um dos lados se coloca na posição intransigente de manter a qualquer preço o **status quo** e o outro na posição militante de extrair, pelo peso de uma ocasional superioridade numérica, modificações estruturais na ordem atual, não parece haver muita base objetiva para um diálogo fundado na cooperação. A proposta brasileira se destina, precisamente, a deslocar os termos do dilema. Pela primeira vez, e esta é uma conseqüência positiva da crise de energia, os países desenvolvidos e em desenvolvimento têm condições de negociar efetivamente, oferecendo concessões equivalentes. **As negociações Norte-Sul se tornam, portanto, uma empresa em que os dois lados poderão receber benefícios mútuos, embora não necessariamente vantagens comparáveis, tendo em vista a diferença de níveis de desenvolvimento entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.** A proposta brasileira oferece um terreno de negociação em que essa cooperação baseada no interesse mútuo poderá materializar-se. Se esse objetivo for alcançado, e ainda que os frutos de nossa iniciativa não sejam tão amplos como desejaríamos, teremos considerado satisfatória a nossa contribuição aos trabalhos da VII Assembleia Geral Especial.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

brasil insiste na reforma da ordem econômica mundial

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,

António F. Azeredo da Silveira, na abertura dos debates da XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 22 de setembro de 1975

Senhor Presidente Gaston Thorn,

Que as minhas primeiras palavras exprimam a satisfação com que a Delegação do Brasil recebeu a escolha de Vossa Excelência para a presidência da XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas. 0 Luxemburgo tem uma longa história de convivência pacífica e de cooperação internacional que, aliada aos dotes pessoais de Vossa Excelência, augura um período de sessões particularmente profícuo.

Também me é grato deixar constância do reconhecimento da Delegação do Brasil pela dedicação e eficiência com que o Ministro das Relações Exteriores da Argélia, o eminente Embaixador Abdel Aziz Bouteflika, dirigiu os trabalhos da XXIX Sessão Ordinária e da VII Sessão Especial, há pouco encerrada.

saudação às novas nações lusófonas

A praxe de que a Delegação do Brasil inicie o debate geral me oferece a satisfação muito particular de poder dar as primeiras boas-vindas às Delegações de três novos membros desta sociedade de nações. São eles Cabo Verde, São Tomé-e-Príncipe e Moçambique. A estes países está o Brasil especialmente ligado pelos laços de um passado em muitos pontos comum, que desejamos ver agora projetado num futuro de colaboração e de entendimento. Estou certo de que a presença dos três membros nesta Organização redundará em benefício da comunidade internacional.

Ao saudar os novos países de língua portuguesa que ingressam na Organização, desejo deixar constância da fraterna compreensão com que o Brasil acompanha o desenrolar do processo de descolonização em Angola. O Brasil se sente ligado ao futuro novo Estado africano por vínculos históricos e de sangue, que reforçam a comunidade de interesses resultante da vizinhança forjada sobre o Atlântico. Fazemos votos para que aqueles que tão vigorosamente souberam promover a libertação de Angola superem as dificuldades da hora presente para proporcionar à nova nação as condições de estabilidade política que assegurem em definitivo sua integridade territorial e sua independência, livre de ingerências externas de qualquer espécie.

os 30 anos de vida da ono

Senhor Presidente,

Nossa Organização está a completar a sua terceira década de existência. Para os indivíduos, como para as instituições, trinta anos de vida têm um significado que transcende o meramente

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

cronológico, na medida em que esse espaço temporal compreende, normalmente, mudanças fundamentais da vida social e coincide com o próprio ritmo mediante o qual as gerações se sucedem e a história se renova. A Organização das Nações Unidas não poderia escapar à regra. Vemo-la vivendo hoje uma dinâmica revisão crítica que a pode, como esperamos todos, renovar e aprestar para as difíceis tarefas dos próximos anos. Esse impulso renovador não é de geração espontânea. Parte de todos nós que compomos o organismo e que somos, na verdade, a sua essência.

É este um fato freqüentemente esquecido na avaliação do desempenho da Organização nestes trinta anos de vida. Assim é que as frustrações sentidas pela comunidade internacional são atribuídas, sistematicamente, às Nações Unidas, como organização, quando decorrem, na maioria dos casos, das próprias limitações inerentes à ordem internacional vigente. Nossa Organização, por mais flexível que seja a sua estrutura constitucional, não opera num sistema fechado, mas num regime de interação constante com a macroestrutura internacional.

os altos objetivos não **alcançados**

O ceticismo que cerca, há algum tempo, as atividades das Nações Unidas constitui, assim, muitas vezes, uma espécie de transferência de culpa, pela qual os Estados procuram isentar-se de malogros que, em última análise, lhes cabem com primazia. Quanto ao Brasil, preferimos evitar os descaminhos do pessimismo generalizado, da mesma maneira pela qual evitamos os devaneios de um otimismo internacionalista **à outrance,** igualmente irrealista. Inclinamo-nos, antes, por uma visão sóbria das limitações e das possibilidades das Nações Unidas, que conduza ao máximo de eficiência na consecução dos objetivos de sua Carta.

Não negamos a realidade e temos de reconhecer que as Nações Unidas não foram capazes de realizar os altos objetivos que lhes foram conferidos em questões fundamentais, como a manutenção da paz e da segurança internacionais e a criação de uma ordem económica internacional mais equânime.

No que respeita às limitações das Nações Unidas quanto à manutenção da paz e da segurança, costumava-se atribuí-las, inicialmente, ao trauma da guerra fria, que paralisava a vontade das Nações Unidas naqueles casos, aliás freqüentes, em que ocorria um conflito de interesses entre as superpotências. Atualmente, tende-se a culpar a **détente,** que dispensaria a intervenção das Nações Unidas, permitindo o entendimento direto e bilateral entre os dois grandes centros de poder mundial. Em qualquer dos casos, trata-se da mesma relutância, enraizada em séculos de política de poder, em aceitar o funcionamento de um sistema, como o das Nações Unidas, que visa à adoção de normas em sentido horizontal, pois que baseado no princípio da igualdade soberana dos Estados, em favor de um sistema verticalmente organizado, à margem da Carta e fundado na subordinação. Decorre daí que a chamada crise das Nações Unidas, no que toca à implementação do seu mais alto propósito, não se origina apenas ou principalmente em falhas estruturais da Organização, mas na decisão, inspirada em considerações de poder, de não recorrer aos meios que ela põe ao alcance dos Estados.

A longa história das negociações sobre o desarmamento é um marcado exemplo do que acabo de dizer. O Artigo 11, parágrafo 1.°, e o Artigo 26 da Carta haviam mencionado expressamente "os princípios relativos ao desarmamento e à regulamentação dos armamentos" como constituindo a responsabilidade especial da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança. Desde há alguns anos, porém, as negociações sobre desarmamento vêm sofrendo uma bilateralização crescente, que limita às duas superpotências toda a iniciativa na matéria, como se a segurança delas existisse acima ou à margem da comunidade internacional ou como se os países em desenvolvimento não tivessem seus próprios interesses de segurança, qualitativamente diversos dos interesses de segurança das grandes potências ou mesmo dos países desenvolvidos.

progresso sumário na área económica

Não menos eloqüentes são os exemplos que podem ser retirados da análise do comportamento das Nações Unidas na área económica. Nesse campo, devemos reconhecer que a Carta foi menos precisa ao formular os propósitos e princípios para a cooperação internacional. Os tempos eram outros então. Nos últimos trinta anos, um grande

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

progresso foi feito, na consciência universal, quanto ao real significado da cooperação económica. As Nações Unidas prestaram relevante serviço nesse sentido, tendo atuado como o foro principal para o diálogo entre as grandes categorias de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ainda assim, porém, o progresso realizado foi sumário. Não obstante a multiplicação de foros específicos para o tratamento dos assuntos económicos dentro da Organização, houve sempre, particularmente da parte dos Governos dos países de maior desenvolvimento, inabalável objeção a que se desse caráter normativo às recomendações destinadas a orientar a cooperação internacional de forma a propiciar o desenvolvimento equilibrado da comunidade das nações.

Senhor Presidente,

Tais reflexões não nos dispensam da tarefa de repensar os mecanismos e de reordenar as atividades da Organização. Ao contrário, devem estimular nossos esforços nesse sentido.

a revisão da carta da onu

O Brasil tem dado todo o apoio aos trabalhos do Comité ad **hoc** da Carta. Mas, entendemos que o **aggiornamento** das Nações Unidas deve compreender, juntamente com a revisão da Carta, a adoção de medidas que possam ser levadas a efeito já e independentemente de modificações no documento básico da Organização. Trata-se, na verdade, de dois caminhos que levam a um mesmo destino e que devem ser percorridos juntamente.

A revisão da Carta suscita, como é natural nas reformas constitucionais, entusiasmos fáceis e temores injustificados.

Cumpre moderar uns e dissipar outros, mediante um esforço objetivo de identificação daqueles artigos que cabe realmente modificar. Cumpre, sobretudo, evitar os planos demasiado ambiciosos de uma revisão ideal, de que a Carta não carece, em favor de uma reforma pragmática, que a transforme, à luz do que nos tem ensinado a experiência de trinta anos. Cumpre fazer convergir os resultados de diferentes esforços, disseminados por vários órgãos, como seja o Comité ad **hoc** da Carta, o Comité Especial de Operações de Paz e o grupo de peritos sobre a estrutura do sistema das Nações Unidas. Cumpre, finalmente, não subestimar as possibilidades de reformas que não requerem revisão da Carta. Observadas essas premissas, creio que a revisão é politicamente factível, como indicam os progressos já realizados com a aprovação das emendas aos Artigos 23, 27 e 61 da Carta, que entraram em vigor em 1965.

assimetria nas relações económicas internacionais

Senhor Presidente,

No decorrer da VII Sessão Especial, tive a oportunidade de expor a posição do Brasil no tocante ao estado presente e às perspectivas futuras das relações económicas internacionais. Enquanto prevalece uma estrutura normativa razoavelmente eficaz nas relações económicas entre países industrializados, um virtual **laissez-faire** ainda predomina nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para essa assimetria, contribuiu primordialmente o fato de que, até recentemente, as recessões originavam-se no centro do sistema económico mundial, isto é, nos países industrializados, propagando-se em direção à periferia, isto é, aos países em desenvolvimento.

Nesta ótica, entendia-se que as crises podiam ser debeladas mediante uma regulamentação anticíclica no âmbito nacional dos países mais desenvolvidos, complementada por acordos comerciais e monetários entre esses países. Ainda segundo esse raciocínio, haveria uma solidariedade objetiva de interesses entre o centro e a periferia. Esta, sendo a primeira a ressentir-se das repercussões da crise, se beneficiaria, por outro lado, da retomada da expansão das trocas entre as nações industrializadas.

A crise atual do sistema económico mundial discrepou grandemente desse modelo. Desta vez, a periferia, em vez de sofrer passivamente os efeitos da crise, também originou pressões de natureza recessiva. Desvendou-se com crueza o potencial desestabilizador da divisão internacional de trabalho vigente e os riscos da atual estrutura das relações económicas Norte-Sul. Hoje, já é impossível deixar de reconhecer a necessidade de que se estenda às relações entre países industrializados e países em desenvolvimento a estrutura normativa limitada até agora ao segmento industrializado do mundo.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

o sentido da proposta brasileira na sessão especial

Foi à luz destas reflexões que a Delegação do Brasil propôs, na VII Sessão Especial, a negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que proporcionasse uma matriz político-jurídica para negociações específicas. Um tal acordo geral não se apresentaria como um substitutivo dos acordos gerais vigentes nem visaria ao afastamento dos foros e mecanismos existentes. Procuraria, sim, preencher as lacunas por eles deixadas e corrigir as distorções resultantes de uma visão centrada nos países desenvolvidos.

Dissemos, naquela ocasião, que víamos chegado o momento de passar das declarações de princípios e das reivindicações maximalistas — de parte a parte — à negociação de normas concretas para disciplinamento das relações económicas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Não desconhecemos o importante papel que as Resoluções aprovadas nas Assembleias Gerais e em outros foros das Nações Unidas desempenharam e continuam a desempenhar na formação de uma consciência universal sobre o problema do desenvolvimento. Nesse sentido, não é irrelevante o declaratório nem o reivindicatório. Achamos, porém, que já se encontram amadurecidas muitas das ideias até agora apresentadas, sobretudo ao calor dos debates e dos antagonismos. Acreditamos que já é chegado o momento de realizar esforços de negociação que conduzam a resultados concretos e abrangentes. Queremos construir sobre o que já se conseguiu com os brados de alerta do passado. Pensamos que é hora de ultrapassar as advertências e os apelos, como julgamos ultrapassadas as soluções paliativas e miniaturizadas.

garantias efetivas às duas partes

Um acordo geral do tipo do que propomos seria a antítese disso. Estaria estruturado com o objetivo de eficiência operacional e atacaria os problemas de comércio internacional de forma direta e no seu cerne. Para os países em desenvolvimento, trata-se de reconhecer-lhes o direito ao acesso aos mercados dos países desenvolvidos para os seus produtos de exportação não só primários como também, e de forma crescente, para os seus produtos manufaturados. Trata-se, também, de reconhecer-lhes o direito de acesso ao mercado de bens que realmente sejam indispensáveis ao processo de desenvolvimento, sejam eles materiais ou culturais. Para os países desenvolvidos, trata-se de reconhecer-lhes, reciprocamente, o direito a garantias de suprimento de matérias-primas, dentro de condições equânimes de preço, em contrapartida às concessões oferecidas aos países em desenvolvimento.

A negociação de um tal acordo geral não deveria interromper os entendimentos que se processam no âmbito do GATT, que, até agora, atendem prioritariamente às necessidades dos países industrializados. Por outro lado, não prejulgaria a negociação de mecanismos específicos que visassem a preservar o valor aquisitivo das receitas de exportação dos países produtores de determinadas matérias-primas. Todos esses esforços podem ser complementares se certas normas gerais vierem a ser aceitas pelas partes como capazes de disciplinar a cooperação internacional.

oportunidade de reformular a ordem económica mundial

O prazo reconhecidamente curto de que dispôs a VII Sessão Especial para desincumbir-se do seu mandato não permitiu o exame aprofundado da proposta feita então pelo Brasil. Estou certo, porém, de que será possível à Sessão Ordinária, que ora se inicia, refletir sobre os seus termos. A verdade é que temos hoje, pela primeira vez na história das negociações económicas internacionais, uma oportunidade real de encetar a tarefa de construir uma nova ordem económica mundial. Pela primeira vez, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento têm condições de chegar a resultados concretos, pois são menos desiguais as condições de negociação.

Senhor Presidente,

Temos diante de nós um longo debate geral e uma agenda complexa, que absorverá o melhor dos nossos esforços durante os próximos três meses. Ao cabo destes, teremos feito progresso em várias questões, avançado lentamente em outras e talvez nada realizado em algumas. O processo de decisão da diplomacia multilateral é lento por natureza e desafia permanentemente a argúcia e a paciência dos que dele participam. Não há,

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

contudo, alternativa mais eficiente no trato dos problemas, hoje em constante aumento, que interessam a um grande número de Estados.

Não devemos sucumbir à tentação quantitativa de medir o desempenho das Nações Unidas apenas segundo a aritmética das decisões implementadas, dos problemas resolvidos, dos objetivos atingidos. Sua influência é mais sutil e mais difusa. Cabe avaliá-la em função das tendências que imprime ou da direção que indica à comunidade internacional. Sua ação se faz, também, através das ideias, as quais, historicamente, têm constituído, muitas vezes, um agente mais eficaz das mudanças políticas do que outros, como o poder, a quem se rendem mais freqüentes homenagens.

latino-americanos devem

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, em Nova York, em 23 de setembro de 1975, por ocasião do almoço oferecido pelo Brasil aos Delegados dos países latino-americanos presentes à XXX Assembleia Geral da ONU

coesos

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Embaixadores,

Cada outono em Nova York oferece-me gratas oportunidades de reencontrar amigos. Esta reunião de hoje, na intimidade latino-americana, é, sem dúvida, a que me traz momentos de maior satisfação pessoal, porque propicia a continuação do diálogo fraterno que a todos felizmente nos aproxima .

Quando nos reunimos aqui, no ano passado, disse-lhes que o momento histórico que vivíamos era grave e que o futuro não se via claro nem sereno.

Desde então, as condições económicas que tão poderosamente influem na evolução da vida internacional têm apresentado inquietantes sinais de agravamento.

A crise não foi criada por nós, países em desenvolvimento, mas nos afeta de maneira especial, exigindo vigorosos esforços internos para neutralizar seus efeitos negativos. De nada serviria enveredar pelo caminho das recriminações ou da confrontação verbal. O que se exige de todos nós é uma ação concertada, racional e objetiva para dominá-la.

Ao tentar essa coordenação, assalta-nos logo a consciência de que os instrumentos internacionais existentes são em grande medida inadequados para propiciar as soluções dos problemas que atravessamos.

reestruturação básica do relacionamento económico

Como já foi dito inúmeras vezes nas Nações Unidas e em outros foros, trata-se, hoje, não mais de procurar corrigir determinadas situações, mas de reestruturar a base do sistema de relacionamento económico entre os países altamente industrializados e os em desenvolvimento, abordando, numa primeira fase, a área crítica do comércio.

Para nós, latino-americanos, a crise encerra um desafio especial: o de articularmos, nas Nações Unidas, como grupo coeso e solidário, uma ação multilateral voltada para a reestruturação de áreas críticas do relacionamento económico com o Norte industrializado.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Penso que cada um dos nossos paises tem uma contribuição a dar. Foi com esse propósito que lancei, semanas atrás, a ideia de um Acordo Geral de Comércio Norte-Sul. Creio que a proposta brasileira contém elementos realistas e equilibrados e pode constituir um ponto de partida para traduzir, no plano operacional, nossos anseios e expectativas de reestruturar o comércio internacional, dando-lhe um sentido verdadeiro de instrumento de promoção de desenvolvimento.

É esta contribuição que o meu Governo traz às Nações Unidas, com o ânimo solidário de encontrar soluções objetivas para os problemas que nos afligem.

Peço que levem a seus Governos a mensagem mais cordial e fraterna do Brasil e que, nos próximos anos, se renove para mim o prazer e a honra de poder reuni-los como hoje faço.

intensificar ainda mais o intercâmbio com os árabes

Discurso do Chanceler Azeredo por ocasião do jantar oferecido pelo Brasil a Ministros de Estado e Embaixadores dos países árabes presentes à XXX Assembleia Geral da ONU

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Embaixadores,

Vejo com grande prazer pessoal renovar-se este encontro que nos permite manter aceso o espírito de amizade e entendimento que constitui, sem dúvida, o traço marcante das relações entre nossos países.

Para nós, brasileiros, o diálogo com nossos irmãos árabes se processa enriquecido pela contribuição de cultura e de trabalho que os povos árabes trouxeram à construção do Brasil. A expansão da presença diplomática brasileira em capitais de Estados árabes e a correspondente instalação de novas Missões diplomáticas em Brasília dão prova de um renovado interesse recíproco.

Meu Governo tem procurado traduzir em termos operacionais a vontade política de estreitar as relações com o mundo árabe, através da criação de modalidades originais de colaboração em todas as áreas.

conjugação profícua de esforços de nacionais e de estrangeiros

O Brasil oferece hoje um modelo de desenvolvimento que se fundamenta numa sociedade aberta e que estimula a conjugação profícua das atividades de nacionais e de estrangeiros.

Nosso modelo de desenvolvimento se fundamenta na convicção de que o uso e o aproveitamento dos recursos naturais constitui um direito inerente à soberania do Estado. Por outro lado, acreditamos, firmemente, que o relacionamento económico com o Norte industrializado deve ser gradativamente adaptado às realidades políticas do mundo contemporâneo. A conjugação, com realismo e objetividade, desses dois elementos básicos poderá abrir novas possibilidades de expansão para nossas economias e oportunidades originais de cooperação entre os países em desenvolvimento e entre nós e os industrializados.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

O Brasil assume uma postura reivindicatória na área crítica do comércio internacional. Há, assim, uma identificação ampla com o mundo árabe, que vem, igualmente, reclamando um ordenamento econômico mais justo e favorável aos países em desenvolvimento.

Apresentamos, semanas atrás, a proposta de um Acordo Geral de Comércio Norte-Sul que, melhor do que alguns dos instrumentos vigentes, possa trazer uma solução objetiva aos problemas atuais do comércio mundial. Buscamos uma igualdade efetiva de oportunidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, de maneira a transformar o intercâmbio comercial entre as nações num instrumento mais justo da distribuição da riqueza global.

brasil se opõe à ameaça e à violência

A íntima convivência nos tem permitido conhecer com maior clareza os problemas e os direitos do mundo árabe. Creio desnecessário reiterar a firmeza com que o Brasil se opõe à ameaça ou ao uso da violência nas relações internacionais, inclusive à ocupação de territórios pela força. Da mesma forma, temos publicamente reconhecido os direitos legítimos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, elementos que consideramos essenciais para uma paz justa e duradoura no Oriente Próximo.

Desejo, finalmente, dizer-lhes da grata satisfação que sinto neste momento por tê-los reunido aqui, esperando que este encontro se renove, marcado pelo mesmo espírito fraterno, no ano próximo.

homenagem brasileira ao secretário geral da onu

Discurso do Chanceler Azeredo Silveira no almoço que ofereceu Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, em Nova York, em 24 de setembro de 1975

Senhor Secretário Geral,

Honra-me poder recebê-lo para este almoço, ao iniciar-se a XXX Sessão da Assembleia Geral da ONU, e fazer-me, neste momento, intérprete do sentimento unânime de apreço pelo Secretário Geral das Nações Unidas.

Desde que se criou a Organização, jamais faltou o apoio brasileiro àqueles a quem confiamos as altas funções que hoje lhe cabem. A posição invariável do Governo brasileiro é a de prestigiar o cargo e a pessoa do Secretário Geral, entendendo que, para o bom desempenho de sua árdua missão, precisa ele contar com a confiança e o respaldo dos Estados-Membros e, especialmente, daqueles que, empenhados na superação de condições que impedem seu pleno desenvolvimento, precisam de um mundo de paz, de eqüidade e de justiça.

O Brasil renova sua firme disposição de ajudar a construir o mundo concebido na Carta e de guiar-se por seus nobres princípios e propósitos na condução de sua política exterior.

Expresso-lhe, Senhor Secretário Geral, a confiança do Governo brasileiro naqueles que integram o Secretariado das Nações Unidas e que, representantes da mais ampla gama de origens nacionais, espalhados por todos os países da terra, trabalham por uma causa comum. Permito-me enviar, por seu intermédio, a expressão de nosso reconhecimento a todos e, especialmente, àqueles brasileiros que integram os quadros do Secretariado.

Senhor Secretário Geral,

As grandes funções atraem os homens à altura do desafio que devem enfrentar. Tem sido invariável tradição nas Nações Unidas que os ocupantes do cargo de Secretário Geral cresçam no exercício de suas funções e que, no embate das múltiplas solicitações, realizem com plenitude seu potencial como agentes da história.

Vossa Excelência se inscreve nessa linhagem. É, pois, com subida honra e grande prazer que lhe prestamos esta homenagem.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

restrição a exportações que entrava o desenvolvimento

Discurso do Chanceler Antonio F. Azeredo da Silveira por ocasião do almoço o

pelo National Foreign Trade Council, em Nova York, em 26 de setembro de 1975

Senhor Presidente do National Foreign Trade Council,

Senhores Membros do Comité Latino-Americano,

Meus Senhores,

Deu-me grande prazer o convite que me fez o Senhor Robert Norris para dirigir-me aos Senhores nesta ocasião. Considero bem-vinda a oportunidade de dialogar com pessoas tão representativas da Comunidade de homens de negócios dos EUA, pois as estreitas vinculações entre a diplomacia e as relações económicas internacionais fazem com que tenhamos muitos interesses comuns a analisar.

Peço aos Senhores, pois, que tomem as palavras que agora leio apenas como uma provocação ao diálogo que se seguirá. E, por essa razão, procurarei ser o mais sucinto possível na minha exposição.

diplomacia e relações económicas

A teoria das relações internacionais é rica em conceitos de diplomacia. Todos trazem implícito, porém, o objetivo da defesa de interesses nacionais e de sua harmonização no contexto necessário do relacionamento internacional. Em outras palavras, é inerente ao esforço diplomático a preocupação de harmonizar os interesses projetados pelos diferentes países.

Na hierarquia dos interesses nacionais brasileiros, os económicos e de comércio exterior assumem hoje a mais elevada importância. A diplomacia do Brasil está, coerentemente, voltada com vigor para o desenvolvimento económico e o do setor externo da economia do País de que é, também, um instrumento.

a crise económica e o imperativo da cooperação

0 diálogo, em todos os níveis, constitui, de resto, pressuposto da cooperação indispensável a fim de que se encaminhem adequadamente as soluções necessárias para os problemas que pesam sobre a economia mundial e inibem sua expansão, da mesma forma como a cooperação deve ser o corolário imediato da interdependência crescentemente presente nas relações económicas internacionais. A crise atual avivou a consciência dessa interdependência — a convicção de que os fenómenos económicos indesejáveis não podem ser barrados à fronteira de cada Estado, por mais poderoso que seja. Importante, porém, é evitar que, salientada em ocasião de crise e peia luz de acontecimentos traumáticos para muitos países, a interdependência provoque atitudes predominantemente defensivas e isolacionistas.

Não há, em verdade, porque anular-se a interdependência em vãos ressentimentos. Ao contrário, deve-se explorar positivamente sua força criadora

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

na superação das dificuldades do momento e na busca de uma autêntica e duradoura solidariedade económica internacional. Mesmo porque, à cooperação e à solidariedade não parece haver outra alternativa além da desordem económica generalizada.

Desde que a crise assumiu sua configuração mais grave, muito se alcançou no caminho do diálogo, da cooperação e da solidariedade. Ainda há muito, porém, a percorrer para se chegar a resultados satisfatórios para todos. O Brasil vem se empenhando, de forma construtiva, na busca de soluções adequadas. Estas não poderão deixar de atender aos problemas fundamentais que, por nunca terem sido satisfatoriamente contemplados, geraram a crise presente.

a nova ordem económica: contribuição brasileira

Há poucos dias atrás encerraram-se os trabalhos da VII Assembleia Especial das Nações Unidas, convocada precisamente para "considerar novos conceitos e opções com o objetivo de efetivamente promover a solução dos problemas económicos mundiais, em particular aqueles dos países em desenvolvimento, e assistir na evolução de um sistema de relações económicas mundiais baseado na igualdade e nos interesses comuns de todos os países".

Não foi muito o que se conseguiu de progresso durante a Assembleia na consecução dos objetivos propostos.

Não quero analisar aqui os seus resultados mas apenas referir-me à sugestão que então o Brasil apresentou de que se pensasse na conclusão de um Acordo Geral de Comércio que atendesse àquelas questões fundamentais a que acima me referi.

Com efeito, toda a ordem económica internacional vigente, no seu aspecto normativo e institucional, repousa em Acordos concluídos logo ao término da II Guerra Mundial, em circunstâncias totalmente distintas das que hoje prevalecem. Particularmente, resulta ela de entendimentos basicamente alcançados entre os países de maior desenvolvimento e, como é natural, orientados para seu benefício primordial.

Ora, essa é uma situação que não pode perdurar e a falta de reconhecimento da necessidade de transformá-la, por parte dos países desenvolvidos, tem sido a causa principal das graves crises económicas globais que o mundo vem atravessando.

Por essa razão, lançamos a ideia de que se venha a inserir, no universo institucional das relações económicas internacionais, normas que passem a contemplar, também, as relações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, as quais não foram jamais objeto de uma regulamentação que refletisse as suas condições sócio-econômicas particulares e se ajustasse às interações económicas entre parceiros desiguais. Até o presente, as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento têm estado submetidas aos mesmos tipos de normas que regem as relações entre industrializados e que foram geradas em conformidade com as peculiaridades das economias avançadas. O Acordo sugerido pelo Brasil contemplaria tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento, em matéria de acesso e de preços, no tocante a produtos de base e a produtos industrializados, e, de outro lado, contemplaria para os países industrializados garantias de acesso a suprimentos de matérias-primas e de disciplina nos movimentos de preços.

A crise de energia pôs em evidência que os países desenvolvidos e em desenvolvimento podem negociar concessões equivalentes, com benefícios mútuos, embora não forçosamente vantagens comparáveis, em virtude da discrepância dos respectivos níveis de desenvolvimento.

A proposta brasileira visaria a aproveitar essa oportunidade para romper o impasse da confrontação estéril, ainda latente em muitos foros, e substituí-la por um processo de cooperação eficaz e de enfoque solidário de problemas que são, em última análise, comuns a todos os países — ainda que se apresentem, a uns e outros, sob aspectos e com intensidade ou matizes diferentes.

solidariedade continental, o novo diálogo, o sela

Sempre dispostos a colaborar para que se crie um clima construtivo de negociação, o Brasil deu inteiro apoio à iniciativa do Secretário de Estado americano de estabelecimento de um **novo diálogo** entre os EUA e a América Latina, para a busca de soluções no plano regional.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Infelizmente muito pouco se chegou a avançar naquele sentido e, devo dizer com toda lealdade, em boa parte como conseqüência da incapacidade americana de levar a cabo, consistentemente, uma política de grande fôlego, de aproximação com a América Latina. Não obstante protestos verbais ouvidos aqui e ali, permanece inalterável o fato de que a América Latina é, ainda, assunto de relativamente baixa prioridade para os EUA.

O surgimento da ideia do SELA, após a interrupção do novo diálogo, em decorrência da aprovação da Lei de Comércio americana (com suas cláusulas discriminatórias contra certos Governos do Continente), reflete, em parte, o desencanto com a lentidão dos progressos nos programas da cooperação hemisférica com os EUA.

Isso não quer dizer que existe na ideia do SELA qualquer intenção de antagonismo com os EUA. Há, sim, um esforço de encontrar alternativas de cooperação benéfica, entre países em desenvolvimento, quando se acentuam as dificuldades da cooperação entre estes e os países industrializados.

a importância das relações bilaterais: comércio e investimentos

Quero terminar estas palavras com algumas considerações sobre as relações bilaterais entre o Brasil e os EUA.

Os EUA são o maior parceiro comercial do Brasil. Em 1974, nosso intercâmbio global alcançou quatro bilhões e oitocentos milhões de dólares, dos quais um bilhão e setecentos milhões de exportações brasileiras e três bilhões e cem milhões de exportações americanas.

É impossível deixar de mencionar o quanto nos preocupam, nesse intercâmbio de importância vital, as restrições que se vêm impondo (e ameaçando impor) a exportações brasileiras, por meio de barreiras não-tarifárias. Esse protecionismo penaliza e questiona o penoso esforço de tornar comercialmente competitivas, no mercado norte-americano, manufaturas fruto de uma árdua reconversão económica, reconversão essa que foi estimulada pelos próprios EUA nas últimas décadas.

Tampouco seria cabível omitir nossa preocupação ante cláusulas discriminatórias da Lei do Comércio e seu acervo potencial de medidas injustificadamente punitivas a exportações brasileiras. Devo ainda dizer uma palavra sobre o quanto nos prejudicam e inquietam as atitudes negativas dos EUA nos foros em que se negocia a sorte de um produto que tem ainda alto significado em nossa pauta de exportação, como é o café.

Os EUA são também o país de onde provêm os maiores investimentos no Brasil: dois bilhões de dólares, aproximadamente, em investimentos e reinvestimentos acumulados ao fim de 1974, distribuídos por amplo espectro de atividades económicas. São investimentos bem-vindos, decerto, e disso o Brasil tem dado mostras concretas e seguras. Mas o Brasil não ignora que, em contrapartida, sua economia continua apresentando vantagens importantes para o investimento estrangeiro — do que igualmente vem recebendo provas conclusivas, como por ocasião do recente Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, realizado em Salzburgo.

O Governo acolhe favoravelmente os investimentos estrangeiros e lhes atribui, como assinalado pelo Presidente Geisel, papel de realce como veículos de captação de poupanças externas, transferência de tecnologia e incorporação de capacidade gerencial ao meio empresarial do País, bem como de ampliação e diversificação de sua pauta de exportações.

Claro está que o Governo vela para que esse papel seja cumprido como apropriado aos interesses nacionais e procura evitar perturbações que obstem a consecução de objetivos que devem atender, necessariamente, às justas expectativas do investidor e da economia que o recebe.

a solidariedade nas relações bilaterais

Tal como põe ênfase na busca de soluções que evitem a confrontação no tratamento dos grandes temas da economia mundial, também deseja o Brasil diálogo construtivo com os EUA na busca de soluções para os problemas existentes no quadro de suas relações bilaterais. A ausência de problemas pode significar harmonia estática ou carência de interesses comuns. Dificilmente ocorrerá em um relacionamento dinâmico e crescentemente proveitoso. 0 aperfeiçoamento das relações económicas entre o Brasil e os EUA, seu crescimento e sua diversificação supõem dificuldades a serem vencidas — tanto quanto vantagens a serem partilhadas. Mais importante do que os problemas e as dificuldades, porém, são o espírito de coope-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

ração e a disposição à solidariedade que devem estar presentes em seu tratamento e na pronta identificação e adoção das soluções pertinentes.

0 Brasil é hoje um país vigoroso, uma realidade social e económica emergente no mundo contemporâneo, por vocação ecuménica e exigência de seu desenvolvimento, empenhado em multiplicar contatos em todos os continentes, diversificar mercados e fontes de suprimento — de bens, de serviços e de tecnologia. Nem por isso, todavia, desmerece suas relações com os EUA e a importância do diálogo, da cooperação e da solidariedade com vistas a seu permanente aperfeiçoamento e progresso.

Muito obrigado aos Senhores. Estou pronto a receber as perguntas que me quiserem fazer.

ponteiros da história indicam mesmo destino brasil

Discurso do Chanceler Azeredo do Silveira, em Nova York, em 25 de setembro de 1975, no almoço oferecido pelo Brasil aos Delegados dos países africanos à XXX Assembleia Geral da ONU, entre os quais os Representantes dos quatro novos Estados lusófonos: os Chanceleres de Cabo-Verde, Abilio Augusto Monteiro Duarte,- da Guiné-Bissau, Victor Maria Saúde,- e de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano,- e a Embaixadora de São Tomé-e-Príncipe na ONU, Maria Amorim

Há um ano atrás, no primeiro almoço em que tive a honra e o prazer de reunir Ministros de Relações Exteriores e Chefes de Delegações de países africanos, fiz duas previsões que não continham, em verdade, nenhuma margem de risco e que, hoje, vejo plenamente confirmadas.

Disse eu, então, que acreditava estar inaugurando uma prática que se iria tornar tradicional e que, a cada reencontro anual em Nova York, ao passarmos em revista ó estágio das relações entre os Estados africanos e o Brasil, iríamos observar que essas relações se haviam tornado mais estreitas, mais fecundas e ainda mais fraternas.

0 ano que passou veio demonstrar que nossa aproximação foi muito mais intensa e produtiva do que ousara imaginar. Por duas vezes visitei a África, em viagens que me levaram ao Senegal e à Costa do Marfim. Tive a satisfação de receber, em Brasília, os meus colegas do Quénia, do Lesotho, da Guiné-Bissau e da Zâmbia. Inúmeras foram as visitas oficiais e empresariais de personalidades africanas ao Brasil e de funcionários e empresários brasileiros aos países do Continente irmão.

Tal a progressão do ritmo de nossos contatos, tais e tantas as perspectivas que se abrem para a mais concreta e dinâmica cooperação entre nossos povos que, num momento internacional de tão sombrios contornos, devemos compartir a alegria de ver nossas relações em tão firme e seguro rumo.

saudação aos novos estados de língua portuguesa

Não quero deixar passar a oportunidade sem dirigir palavras de especial saudação aos meus colegas

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

de São Tomé-e-Príncipe e de Cabo Verde (*), novos Estados aos quais nos unem laços inestimáveis de raça, língua e cultura. Sejam eles especialmente bem-vindos.

Senhores,

Sei que, no próximo ano, ao voltarmos a nos reunir em torno desta mesa de cordialidade e de solidariedade, teremos, os Senhores e eu, muito o que nos dizer sobre o avanço de nossos contatos e o êxito de projetos comuns.

Seguro estou de que os ponteiros da história nos indicam o mesmo destino. Faço votos para que tenhamos todos, então, uma história de prosperidade a recordar.

(*) Países lusófonos que acabavam de ser admitidos na ONU.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

chanceleres da guiné-bissau e do lesotho no brasil

Os Chanceleres da Guiné-Bissau e do Lesotho, Victor Maria Saúde e J. R. L. Kotsokoane, foram homenageados pelo Ministro de Estado Azeredo da Silveira com um almoço no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de agosto de 1975. 0 Chanceler brasileiro, na ocasião, pronunciou um discurso para Kotsokoane, que agradeceu com algumas palavras de improviso. Ainda no almoço, Azeredo da Silveira fez uma breve saudação ao representante da Guiné-Bissau, o primeiro Chanceler dos novos países africanos lusófonos que visitou o Brasil. No mesmo dia, Azeredo da Silveira, em seu gabinete, entregou a Victor Maria Saúde as insígnias da Grá-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, conferida pelo Presidente da República, Ernesto Geisel. Os dois Chanceleres africanos — que estavam a caminho da Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada em Lima, Peru — permaneceram um dia no Brasil.

discurso de silveira

Senhor Ministro Kotsokoane,

Tenho particular prazer e grande honra em receber Vossa Excelência em Brasília. 0 meu País se sente ligado ao seu País, como a todos os países do grande Continente africano, por estreitos laços de cultura.

Sua presença, Senhor Ministro, valoriza de modo especial essas relações. O interesse brasileiro em desenvolvê-las tem sua origem na grande afinidade que os brasileiros sentimos para com os povos africanos. Esta afinidade, e a consciência de que se torna imperativo traduzi-la em elementos concretos, levou o Presidente Ernesto Geisel a conferir prioridade, na pauta da política externa de seu Governo, a todas aquelas iniciativas tendentes à maior aproximação do Brasil com as nações irmãs do Continente vizinho.

respeito à individualidade das nações

Estou convencido de que o empenho nesse sentido é também determinado por uma realidade cada vez mais patente: o amplo entendimento entre

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

países, livres e soberanos, não requer patrocínio de quem quer que seja, mas, ao contrário, tem necessariamente de refletir as inclinações e os interesses próprios de cada individualidade na farnília das nações.

Por tudo isso. Senhor Ministro, é bem-vinda sua visita ao Brasil. Seja no campo bilateral, seja na esfera de atuação de ambos os países, quando comparecem aos foros multilaterais, o Brasil e o Lesotho têm um grande potencial para sua colaboração. É nosso dever zelar para que nos dois lados surjam iniciativas capazes de assegurar a plena utilização desse potencial.

Senhor Ministro,

Ergo minha taça à saúde de Vossa Excelência e à prosperidade das relações entre o Brasil e o Reino do Lesotho.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

a visita do chanceler da zâmbia

Discurso do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, por ocasião do almoço que ofereceu, no Palácio Itamaraty de Brasília, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Zâmbia, Rupiah B. Banda, em 1.° de setembro de 1975. Resposta do Chanceler zambiano e Comunicado do Itamaraty, da mesma data

discurso de guerreiro

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Zâmbia,

A presença de Vossa Excelência e de sua ilustre comitiva em Brasília é para nós muito significativa. Ela valoriza, de modo especial, a amizade que une dois países voltados para os mesmos ideais de paz e de entendimento entre os povos. A meu ver, ela traduz igualmente uma forma de corresponder ao empenho do Governo brasileiro em reforçar a solidariedade que sempre caracterizou as relações do Brasil com as nações irmãs do Continente africano.

Esta solidariedade, Senhor Ministro, não se deve ao acaso. Decorre de uma herança comum de sangue e de cultura, da qual nos orgulhamos, e da convergência dos dois países em muitas de suas raízes históricas. A afinidade, forjada nos séculos precedentes, vê-se agora confirmada pela determinação, que nos irmana, de superar, no mais curto prazo, as distorções geradas na era colonial, de procurar o desenvolvimento sócio-econômico de nossos dois países e de eliminar as barreiras que, até hoje, prejudicam o pleno florescimento das relações entre países como os nossos.

vocação anti-racista do brasil

0 Governo brasileiro, Senhor Ministro, tem o mais alto apreço pela valiosa contribuição de seu país, em defesa da paz e do entendimento entre Estados e em apoio à causa comum contra as situações injustas de desigualdade internacional e de menosprezo ao direito dos povos à sua autodeterminação. O Brasil participa dos mesmos ideais. Nossa vocação anticolonialista e anti-racista não precisa ser aqui reiterada. Ê sobejamente conhecida não porque a proclamamos, mas em virtude do permanente repúdio que o povo brasileiro vota a todas as formas de desrespeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana.

Senhor Ministro,

É propósito do Governo brasileiro intensificar com as nações amigas da África relações fundadas na igualdade e na não-ingerência, na cooperação e no benefício mútuo. Verificamos que, tanto no plano bilateral, quanto nos foros multilaterais, existe um grande potencial para uma colaboração mais estreita e mais frutífera.

Desejamos que a Zâmbia veja no Brasil um país amigo e é com honra e prazer que acolhemos a Vossa Excelência e sua ilustre comitiva. Estamos certos de que dos contatos que esta Missão terá em Brasília e em outras cidades brasileiras, nos próximos dias, surgirão novas fórmulas de colaboração entre os nossos dois países.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Senhor Ministro,

Ergo minha taça à saúde de Vossa Excelência e à prosperidade das relações entre o Brasil e a República da Zâmbia.

resposta do chanceler zambiano

Your Excellency,

Distinguished Guests,

On behalf of my delegation, allow me to express sincere thanks and appreciation to you personally and, through you, to the Government and People of the Federative Republic of Brazil for the warm welcome and wonderful hospitality accorded to us during our short visit to your lovely country.

I am most grateful to you also for the very kind and thoughtful remarks that you have made about my country.

It is quite true that Brazil and Zâmbia have a lot in common through their heritage and historical background. We, in Zâmbia, value this important bond very much.

Your Excellency, we are here for a short time. But, from the discussions that we have held, I am convinced that our relations have not only been greatly enhanced but have also been strengthened with the hope that very soon we shall enjoy a much healthier co-operation in socio-cultural, economic, technical and scientific fields.

It is quite evident that Brazil has made tremendous progress in human relations as well as in economic development. In this respect, I believe that Brazil is well-placed to co-operate with Zâmbia in our genuine efforts to raise the general standards of living of our people. As you are aware, the fight for human equality still continues in our part of the world. Therefore, due to your own history — a history against colonialism and racial discrimination, Zâmbia is conforted by the feeling that we have strong allies in Brazil.

The success of our visit will in large measure depend upon the degree to which we can translate our relations into concrete achievements to the mutual benefit of our two peoples.

Allow me to utilize this opportunity to convey fraternal greetings from His Excellency Doctor Kenneth D. Kaunda, President of the Republic of Zâmbia to his colleague, His Excellency General Ernesto Geisel, President of the Federative Republic of Brazil.

May I now ask you to please raise your glasses in a toast to my friend, the Honourable Minister of Foreign Affairs of Brazil.

comunicado do itamaraty

A convite do Governo brasileiro, encontra-se em visita oficial ao Brasil Sua Excelência o Senhor Rupiah B. Banda, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Zâmbia. Integram sua comitiva as seguintes personalidade: Senhor G. Kingsley Chinkuli, Ministro de Estado, do Gabinete do Presidente; Senhor Siteke G. Mwale, Embaixador da Zâmbia no Brasil; Doutor Jacob Mwanza, Diretor Executivo da Zâmbia Energy Corporation; Senhor A. Mpengula, Diretor de Assuntos Americanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros,- Senhor Y. K.Libakeni, Diretor-Adjunto de Planejamento do Ministério do Planejamento e Finanças,- Senhor E. K. Shiaka, Secretário-Adjunto do Gabinete do Presidente; Senhor A. A. Kasongo, Secretário-Adjunto do Gabinete do Presidente; Senhor B. Sianga, Secretário de Imprensa da Missão da Zâmbia junto à ONU; e Senhor W. Moyo, do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Hoje, na parte da manhã, o Senhor Ministro e comitiva terão sessão de trabalho no Itamaraty. Serão recebidos, às 12 horas e 30 minutos, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, que oferecerá à Delegação um almoço. Às 16 horas e 30 minutos, serão recebidos pelo Senhor Presidente da República; às 17 horas, pelo Ministro das Comunicações,- e às 17 horas e 30 minutos, pelo Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O Ministro Rupiah B. Banda e sua comitiva seguirão à noite para São Paulo, devendo visitar também o Rio de Janeiro. A visita oficial irá até 4 do corrente.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

política externa brasileira é otimista

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, como paraninfo geral dos bacharelandos de julho de 1975 da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, nas solenidades realizadas na Sala Martins Pena, em Brasflia, em 23 de agosto de 1975

A honra que me concedem as turmas de concluintes de 1975, dos cursos da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, ao escolher-me seu paraninfo geral, move-me pela generosidade e estimula-me pelo significado.

Não estranho a generosidade, pois é próprio do jovem ser generoso. Se com a generosidade me distinguem, sei que não é à minha pessoa que visa a homenagem, mas ao que represento em razão do cargo que exerço, ou melhor, à política do Governo do Presidente Ernesto Geisel no **campo externo,** que procuro cumprir com exação, porque nela encontro plena correspondência com tudo aquilo em que verdadeiramente acredito. Nesse sentido, sou grato pela oportunidade que me dão de me sentir jovem na comunhão do entusiasmo que reparto com os Senhores, pelo trabalho do Governo no campo da política exterior.

o bom entendimento povo/governo

Tomo, também, essa escolha como um estímulo, por nela ver a confirmação de que o Governo e o povo se encontram sintonizados na mesma interpretação do que é o destino nacional e de quais são, no momento, os caminhos mais apropriados para realizá-lo plenamente.

Nada podia refletir melhor esse entendimento do que ver as turmas que ora paraninfo terem escolhido como titular o Presidente Ernesto Geisel.

Nessa homenagem ao Primeiro Mandatário da Nação, nenhum sentimento deriva de outra vontade que não seja a de fazer justiça a quem, em grau privilegiado, possui todas as qualidades para o alto cargo que exerce.

Nosso País tem tido a fortuna de haver contado, para guiar os seus destinos, com ilustres estadistas ao longo de sua história. Como é natural, cada um deles trouxe para o exercício do supremo magistério qualidades pessoais que ressaltavam esse ou aquele aspecto do interesse público, contribuindo para a diversidade do nosso desenvolvimento. Em certos momentos, é necessário, porém, que se faça uma espécie de síntese histórica e que o líder nacional **possa apreender essa** missão e saiba realizá-la de forma harmónica.

O Presidente Ernesto Geisel é, sem dúvida, uma dessas personalidades, pela extraordinária capacidade que lhe é própria de ser, **a** um só **tempo,** o meticuloso e erudito conhecedor dos mais variados problemas nacionais e de suas hipóteses de solução, e o homem de larga visão política, capaz de enfeixar a diversidade da realidade brasileira nas diretrizes que ensejam a concretização do essencial das aspirações nacionais.

Bem fizeram, pois, em escolhê-lo e é com acentuado sentimento de responsabilidade que, em razão do mesmo respeito que devoto ao escolhido titular, neste momento me dirijo aos Senhores.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Senhores paraninfados,

Esta não é a ocasião para uma aula. Os Senhores já se largaram dos bancos universitários e já começam a difícil tarefa de viver as teorias ensinadas, de transformar em fatos as ideias aprendidas. Nem é, tampouco, a ocasião para uma palestra, pois a vivência das profissões que estão a abraçar ainda não lhes deu a perspectiva necessária para julgar a palavra do conferencista como uma provocação para o debate e não como uma mensagem magisterial.

O paraninfo é um padrinho e o padrinho o que faz é alertar, aconselhar, ajudar, transmitir a experiência adquirida com a vantagem dos anos.

E é precisamente isso o que eu quero fazer nesta ocasião.

Alertar não quer dizer advertir, **É** algo mais brando e mais positivo. Não implica necessariamente acautelar contra perigos, mas pode e deve significar, principalmente, manter a atenção para o que podem ser as oportunidades para o fazer, e não apenas para o não fazer.

política como ato social responsável

Os Senhores daqui partem para exercer suas atividades nos campos da Administração, da Economia, do Direito, da Pedagogia e das Ciências Contábeis. Em todas as ocasiões de suas vidas profissionais hão de verificar sempre que a profissão é uma circunstância particular apenas enquanto atende a preocupações de sobrevivência ou de êxito pessoal, mas que, pelo próprio fato de que é exercida num contexto social, tem ela uma dimensão pública inescapável. Assim, o exercício de suas profissões nunca será completo se nos Senhores faltar a permanente consciência do papel social que elas inevitavelmente representam.

Nesse sentido, e independentemente de qualquer outro que tenha a palavra, a atividade dos Senhores será, sempre, uma atividade política, pois será de convívio e, portanto, social.

Essa consciência da universalidade do sentimento político é uma das marcantes características do pensamento do presente Governo. Nenhum ato social é politicamente gratuito. Cada ato social envolve uma escolha e uma repercussão e deve, portanto, ser um ato responsável.

Essa noção de responsabilidade não deve nunca ser perdida de vista. Ela é essencial à construção harmónica do País, num clima de ordem e de crescente justiça social, tarefa essa que é de todos nós, brasileiros, que cremos num Brasil melhor e que o queremos construir para os nossos filhos.

O Governo do Presidente Geisel, desde a primeira hora, vem procurando explicitar a absoluta importância desse comportamento ético para a eficaz construção do Brasil forte e justo a que todos aspiramos. Ele abrange não apenas o comportamento do homem no Governo, em suas políticas setoriais e nos seus relacionamentos mútuos, mas também o comportamento do homem fora do Governo, da mesma forma importante para a consecução dos objethros nacionais, igualmente partícipe das decisões que afetam a evolução do País e primordialmente interessado nelas.

O problema do crescimento económico, o do desenvolvimento tecnológico, o da qualidade da vida, o da justiça social, o da saúde, o da cultura, o da segurança interna, o da defesa externa, enfim, tudo o que significa o viver social da Nação, afeta a todos e a cada um. O que individualmente cremos e coletivamente praticamos informa a imagem do País e forja o seu destino.

No mundo compacto de hoje, a realidade nacional não se isola da mais ampla realidade global, dela privando-se de influências dadas ou recebidas. Pela primeira vez na história, o homem é um ser verdadeiramente universal, vivendo simultaneamente em níveis que abarcam do doméstico ao mundial. Quem, dentre os Senhores, não viveu, com maior ou menor intensidade, ao lado dos problemas da cidade, do estado, da região, do País, os problemas de remotas nações ou continentes? Quem não partilhou as inquietações de tantos povos que, em várias partes do mundo, lutaram e lutam ainda pela independência, pelo reconhecimento nacional e por oportunidades de elevação económica e social?

participação na política externa

Nesse sentido, cada cidadão é hoje, também, um ser eminentemente engajado em preocupações de política externa. E, na medida em que a política do Governo deva estar em estreita correspondência com o sentimento nacional, o diálogo entre o povo e os profissionais da política, seja em seus aspectos de interpretação das aspirações nacio-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

nais e de formulação de roteiros, seja nos de execução, se torna uma condição mesma da eficácia operacional.

O Itamaraty de hoje tem buscado esse diálogo contínuo. Buscamo-lo em todas as fases da atividade diplomática. Buscamo-lo mesmo antes, já no recrutamento para a carreira, onde temos adotado medidas para ampliar a faixa da população nacional de onde se habilitem os candidatos. Buscamo-lo no dia-a-dia da Secretaria de Estado, sempre empenhada em uma estreita coordenação com os demais órgãos do Governo e com o setor privado. Buscamo-lo através da reciclagem dos diplomatas vindos do exterior para renovar o contato com a cambiante realidade brasileira. Buscamo-lo no estreitamento das relações com a Universidade e no franco relacionamento com os órgãos de comunicação.

Nada mais desatualizado e estranho à verdade presente do que a imagem do diplomata distanciado da realidade social brasileira, isolado nos seus hábitos, dela alienados. O diplomata de hoje é o homem da mesa de negociação, da Feira, do balcão, da árdua representação em postos a maioria das vezes de sacrifício, da difícil proteção dos interesses nacionais, em circunstâncias tantas vezes de risco pessoal.

Mas a todos nos anima na Casa de Rio-Branco, do Ministro de Estado ao recém-entrado Terceiro Secretário, a satisfação de estarmos participando de um momento ímpar na história diplomática do País quando, graças à perfeita correspondência entre as aspirações nacionais e o sentimento dos líderes governamentais, tem sido possível dar passos significativos para uma atuação mais incisiva do Brasil no campo externo.

Não é esta a hora para fazer um balanço do que tem sido a política externa do Presidente Geisel. Mas, se me escolheram os Senhores como paraninfo geral, não foi para homenagear a minha pessoa e sim para louvar aquela política. Interpreto, pois, que é também o acerto das opções feitas que estamos aqui a comemorar.

prioridades e métodos de ação do política externa brasileira

Se são permanentes certos objetiyos máximos de política externa, é matéria de tática a determinação de, prioridades e a escolha de métodos de ação. A principal novidade da política externa do Presidente Geisel está na elaboração dos critérios para o estabelecimento daquelas prioridades e para o conseqüente mapeamento da ação diplomática brasileira.

Já não se acomoda o Brasil a um destino inespecífico. Um futuro anódino é incompatível com as nossas dimensões materiais e sociais, e irreconciliável com as enormes virtualidades do País. Se estamos fadados a crescer e a dispor de maior capacidade de atuação no plano internacional, é importante que esse crescimento se processe para ampliar e valorizar os aspectos positivos do modo de ser nacional.

desenvolvimento com determinação e responsabilidade

0 Brasil se volta à tarefa do desenvolvimento nacional com determinação e com sentido de responsabilidade. Devemos a nós mesmos, aos nossos filhos e aos filhos dos nossos filhos, não desperdiçar as oportunidades que se ofereçam para que, quanto antes, se liberte o País das carências globais, das desigualdades regionais ou sociais e possa o Brasil crescer harmonicamente no benefício de todos. **Queremos uma sociedade brasileira mais rica materialmente, mais justa socialmente,** mas **também onde a qualidade de vida seja superior para todos, no plano material, como no cultural e no ético. Queremos também uma sociedade brasileira autentica, onde os valores nacionais permaneçam como fontes inspiradoras e renovadoras do nosso povo.**

Esse destino devemos cumpri-lo no convívio com as demais nações, que nos influenciam e sobre as quais influímos, com as quais repartimos aspirações ou desavenças. Guiados pela convicção de que as formas de cooperação são mais eficientes para os objetivos globais do que as de antagonismo, procuramos conduzir nosso relacionamento internacional de modo a maximizar a compreensão e a minimizar as divergências. Nosso objetivo, com cada país, é buscar as áreas de coincidência, identificar os pontos de convergência e diminuir, pela negociação, as divergências. Na medida do possível, procuramos ser universalistas nesse empenho, sempre atentos, é claro, às necessidades da segurança nacional.

Essas preocupações nos têm levado a um ainda

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

maior estreitamento das relações com os países latino-americanos, tanto bilateral como coletivamente. Acreditamos, sinceramente, no benefício recíproco das relações bilaterais equilibradas, para os objetivos de desenvolvimento nacional de cada um de nossos povos, e para a paz na região. Estamos certos, também, de que a América Latina, como um todo, tem interesses específicos a defender coletivamente, interesses que também são nossos, irmãos que nos sentimos de cada uma das nações latino-americanas. Nem nos furtamos a colaborar nos esforços de união sub-regional para a defesa de interesses característicos compatíveis com os nossos objetivos nacionais e com os interesses da coletividade latino-americana. Estamos certos de que esse é, também, o sentimento predominante nas nações irmãs do Continente.

Essas preocupações nos irmanam também aos países vizinhos do outro lado do Atlântico, dos quais a herança colonial nos vinha, infelizmente, distanciando. Seria preciso perder da memória o passado de lutas pela independência na América Latina para não compreender e não apoiar os esforços dos povos que no Continente africano buscam a afirmação nacional. Ver o quanto lento e penoso é o processo de consolidação da independência nacional na África, nos preocupa e inquieta. Mas não nos desespera, nem nos faz saudosistas de uma situação colonial, ela, sim, responsável pela herança de ódios, de divisões e de incertezas que, hoje, vivem tantas novas nações. Aqueles que buscam, com honestidade de propósitos, construir sobre o caos do império colonial destruído, podem contar com a nossa esperança de que alcancem, com o mínimo de sofrimento para todos, os objetivos que perseguem.

Nossa solidariedade com a América Latina e com a África — que não deriva somente do sentimento comunitário de pertencermos todos ao mundo em desenvolvimento, mas, sobretudo, de laços de cultura e de sangue — se reforça pela percepção desse vínculo maior que traz um indisfarçável parentesco a quase todos os países do Hemisfério Sul. Com maior ou menor grau de desenvolvimento, com maior ou menor capacidade de crescimento, repartem esses países a aspiração comum que é a de que se instaure no mundo uma ordem econômica mais equitativa. A esse universo nós pertencemos, nós que não acreditamos que o progresso deva ser um privilégio e que não aceitamos a estratificação da riqueza e do poder de mando no plano universal.

Também aqui, compreender não é participar, e, se entendemos que a exasperação de muitos países do Terceiro Mundo contra as táticas dilatórias de países desenvolvidos os leva a atitudes demagógicas de confrontação, não partilhamos dessas táticas, que reputamos, sobretudo, ineficientes. Como em todos os demais foros, achamos que o diálogo, a negociação, constituem veículos mais eficazes do que a deblateração. Evidentemente, o diálogo supõe a predisposição de ambas as partes para o entendimento. Nessas condições, só se justifica quando as partes o encetam dispostas a encontrar áreas de conciliação sobre as quais venham a adotar medidas operacionais concretas. O Brasil, sempre aberto ao diálogo construtivo com qualquer nação, não defende nem propõe diálogos de fachada, que nada mais seriam do que o negativo da confrontação.

relações com o ocidente desenvolvido, oposição ao protecionismo e ao paternalismo

Temos procurado conduzir nossas relações com os países do mundo desenvolvido ocidental também de uma maneira construtiva. São muitos os pontos que temos em comum nos nossos objetivos globais e isso, obviamente, é um fator altamente positivo. Nem se deve minimizar a importância do elemento cultural que tão profundamente nos identifica aos valores desse mundo ocidental, seja ele a Europa ou os Estados Unidos da América. Essa moldura, que deveria ensejar uma perfeita cooperação, vê-se distorcida, muitas vezes, por dois recalcitrantes problemas nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento: um protecionismo pouco esclarecido, que emperra o progresso das relações económicas e fere elementares princípios de equidade no plano internacional, e um certo paternalismo que se traduz, na prática, em atitudes de crítica, de tutela e de descaso com relação aos países menos desenvolvidos. Embora nossas reações a essas atitudes sejam sempre construtivas e racionais, visando ao esclarecimento e desprovidas de ressentimentos e emocionalismos, é ainda reduzida a nossa capacidade de alterá-las.

Nossa política externa é otimista, porém. **Acreditamos que se vêm criando condições para uma revisão a fundo do sistema de relações económicas internacionais que leve a um mundo mais**

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

verdadeiramente interdependente e a uma ordem económica internacional mais eqüitativa. De alguma forma, em cooperação com outros países, desenvolvidos e em desenvolvimento, já estamos dando nossa colaboração nesse sentido. Certos acordos recentemente firmados pelo Brasil são importantes passos na direção desses objetivos.

rtão-intervenção é respeito mútuo

Não queria terminar sem abordar um aspecto muito particular de nossa prática diplomática, que é o rigoroso cumprimento do princípio da não-jngerência nos assuntos internos de outros países. O desavisado observador poderá ver no princípio da não-intervenção um sentido negativo, um lavar-de-mãos que significaria inação. Na verdade, o princípio da não-intervenção é um dos lados de uma mesma moeda, cuja outra face é o respeito mútuo. Não pode querer ser respeitado quem não respeita. Não tem razão de reclamar contra ingerência quem intervém. Dizer que o mais forte tem sempre o privilégio de intervir e de ser respeitado é defender um comportamento político antiético e incompatível com os padrões que professamos ser os nossos. Mas a não-ingerência nada tem a ver com a inatividade. 0 Brasil está a todo momento atento a que o comportamento de governos estrangeiros, real ou potencialmente hostis ao nosso, por razões ideológicas ou de qualquer outra ordem, não se constituam em ameaça à nossa segurança. Nesse sentido, tem sido preocupação constante do Governo a de evitar que se transfiram para dentro de nossas fronteiras paixões políticas internas de outros países, paixões essas estranhas, quaisquer que sejam os laços afetivos que nos unam a outros povos, à nossa problemática nacional.

Senhores paraninfados.

Disse que o padrinho alerta, aconselha e procura ajudar. Não quererá tudo isso dizer a mesma coisa?

Ao alertar os Senhores para alguns aspectos da problemática da política externa brasileira, não deixei de aconselhar ou de oferecer ajuda, na medida em que disse do comportamento que acredito ser o mais eficiente para alcançar os objetivos nacionais e em que mencionei a constante preocupação de diálogo do Itamaraty. Ao despedir-me dos Senhores, quero deixar claro que a Casa de Rio-Branco é uma casa aberta e que ali os Senhores, aos quais desejo felicidade e êxito nas profissões que abraçam e que hoje começam a viver, serão sempre bem-vindos.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

comunicação social nas relações internacionais

Discurso do Ministro de Estado dos Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, por ocasião da assinatura do Convénio com a Fundação Padre Anchieta, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 9 de julho de 1975

Senhor Ministro da Educação e Cultura,

Senhor Ministro das Comunicações,

Senhor Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo,

Senhor Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A assinatura do presente Convénio entre o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Padre Anchieta, com a participação dos Ministérios da Educação e Cultura e das Comunicações, e da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo é conseqüência do meritório trabalho realizado pelo Centro Paulista de Rádio e TV Educativa.

O rádio e a televisão constituem hoje veículos de extraordinário valor na comunicação sociaL Trouxeram eles uma nova dimensão para as relações internacionais, pois, desconhecendo fronteiras, servem à propagação de ideias que tanto podem contribuir para a aproximação dos povos quanto podem ser causa de seu afastamento.

É importante, pois, que esses instrumentos sirvam à causa do entendimento internacional, aproximando os povos através de um maior conhecimento recíproco.

0 Acordo agora firmado permitirá precisamente isso. Prevê ele que, com a cooperação do Itamaraty, seja possível à Rádio e TV Educativa, da Fundação Padre Anchieta, celebrar acordos operacionais com emissoras de rádio e televisão estrangeiras que propiciem o intercâmbio de programas culturais e científicos, o fornecimento recíproco de programas jornalísticos e a realização de co-produções. Além disso, o Acordo ainda prevê a organização de estágios de aperfeiçoamento de pessoal das emissoras de rádio e de televisão contratantes.

Fácil é imaginar o alto significado dessas medidas. **O Brasil é, hoje, um país que se projeta de forma dinâmica no campo das relações internacionais. Nosso comércio se amplia em volume e se diversifica geograficamente. Empresas nacionais operam em todos os continentes, levando a contribuição brasileira ao desenvolvimento de outros países. No plano cultural, nossa música e nosso esporte são acolhidos com ávido interesse por toda parte. Cada dia que passa vê aumentar as expectativas que o Brasil suscita e, conseqüentemente, ampliarem-se as nossas responsabilidades.** Nessas condições, o problema da imagem que precede ou acompanha esses contatos é da maior importância, pois, como dissemos, pode ela favorecer ou dificultar os objetivos nacionais.

Não dispondo de uma rede internacional própria para notícias, o Brasil recebe do mundo e nele

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

projeta imagem por outros feita, nem sempre fiel, nem sempre completa. Instrumentos como os que podem vir a ser criados por este Acordo não suprem esta deficiência mas a podem substancialmente minorar. **Temos uma realidade nacional de que nos orgulhamos e queremo-la projetada íntegra, sem distorções, com propriedade.**

Estamos, pois, de parabéns, o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo, por participarmos conjuntomente em empreendimento de tanta importância para o País.

Agradeço a Suas Excelências o Senhor Ministro da Educação e Cultura e o Senhor Ministro das Comunicações a honra de sua presença neste ato. Ao Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e ao Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta meus melhores votos pelo êxito do programa que com este Acordo se inicia.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

vocação para o progresso une japão e brasil

Discursos do Chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, e do Vice-Primeiro-Ministro do Japão, Takeo Fukuda, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de agosto de 1975, no banquete em homenagem ao representante japonês

discurso de silveira

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

É com grande satisfação que o acolhemos hoje nesta Casa, para significar a Vossa Excelência e aos ilustres membros de sua comitiva a amizade e hospitalidade do povo brasileiro.

Ao concluir sua visita ao Brasil, Vossa Excelência terá permanecido sete dias entre nós. Esse tempo não lhe terá sido suficiente para conhecer toda a imensa e complexa realidade brasileira. Tenho a certeza, porém, de que, com a imaginação do homem público, habituado — por formação e cultura — a distinguir o futuro no presente. Vossa Excelência saberá completar as lacunas da visão direta. A confiança que une Brasil e Japão será a grande beneficiária desse contato pessoal. Com a mesma franqueza com que o recebemos em nossa terra — que Vossa Excelência terá podido percorrer do Centro-Sul ao extremo Norte — permita-me agora. Senhor Vice-Primeiro-Ministro, dizer algumas palavras sobre o relevante sentido que tem para nós essa confiança mútua.

explorar potencialidades em benefício recíproco

Brasil e Japão não têm apenas condições propícias para uma colaboração exemplar. Essa colaboração já constitui, hoje, um sólido património, pelo qual devemos velar e que podemos certamente aprimorar: são inúmeras as potencialidades que podem ainda ser exploradas para maior benefício recíproco. A cooperação nipo-brasileira não é, por isso mesmo, um fenómeno conjuntural. Mais do que uma convergência de interesses imediatos, os vínculos que criamos repousam na vocação cultural de cada um dos nossos povos e nos princípios éticos que a cada um guiam.

Há cerca de meio século, o Brasil recebia os primeiros imigrantes japoneses, que para aqui vieram com vontade de ficar e que ajudaram a construir a prosperidade deste País. Sei o quanto o povo japonês é sensível aos deveres da gratidão e o que para ele significa havermos acolhido, com fraternidade, esses seus representantes. Mas essa gratidão é mútua. O Brasil também reconhece a dívida que tem para com aqueles japoneses que vieram ter seus filhos no Brasil, filhos que são hoje dignos cidadãos brasileiros. E os vínculos emocionais que os ligam à terra de seus pais ou avós não desservem, antes enriquecem a Nação brasileira.

O Brasil é um país capaz de receber e de dar. Somos abertos aos contatos com os povos amigos porque nos sabemos naturalmente capazes de tornar nacionais as influências que recebemos de fora. Formamos uma sociedade que soube harmonizar credos e cores, sensibilidades e etnias. Por isso, o Brasil é capaz de crescer no sentido mais

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

importante da palavra crescimento. É esse, creio eu, o verdadeiro fundamento desta magnífica vocação para cooperar que hoje, como antes, vem irmanando nossos países, aparentemente tão distantes.

tecnologia anula distâncias

Na aldeia planetária, que é o mundo deste século, a técnica se encarregou de eliminar a distância física entre nossos países. Pelo que Vossa Excelência pôde ver, e sobretudo sentir, no encontro com o povo brasileiro, acredito que também compreenderá, sob novas luzes, a distância temporal entre Brasil e Japão. Se falei sobre a vocação para o diálogo criador da Nação brasileira, é porque encontro na História japonesa um extraordinário exemplo dessa mesma capacidade de absorver e de transformar valores culturais.

Essa vocação para tornar japonês o que antes não o era, esse talento peculiar para inovar e aperfeiçoar, é talvez o grande segredo do "milagre nipônico", no século XX como o foi no século XIX, como já o era no remoto século VIII. Na verdade, **a História do povo japonês é uma sucessão de milagres que se tornaram possíveis graças à disciplina ética de sua gente.** Essa capacidade permanente de adaptação — que se identifica, em última análise, com a capacidade de aprender e de criar — é um índice inegável de juventude.

Nesse exato sentido, permito-me desafiar as ideias estabelecidas e afirmar que o Japão é também uma nação jovem, como o Brasil. Juventude é sinónimo de vitalidade, que não conflito com a tradição.

Dessa força íntima, o Japão está dando mais uma prova na hora atual. **A recuperação económica nipônica, a despeito dos abalos da crise energética, é outra vez motivo de espanto para o mundo.** Mas essa recuperação não é apenas um fenómeno quantitativo: o Japão do progresso vertiginoso adaptou-se da noite para o dia às exigências de uma nova estabilidade.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Como já disse, creio que o relacionamento entre Brasil e Japão tem uma perspectiva histórica e cultural que transcende o plano dos interesses imediatos. Devemos e podemos encarar o futuro com serenidade e ambição. Nossa cooperação bilateral será profícua porque repousa em bases sadias e estáveis: uma associação entre parceiros iguais para benefício comum. Mais importante, contudo, é o fato de que esta é uma colaboração livre de temores e ameaças. Pelo que somos **e** pelo que queremos ser, o Brasil e o Japão dão prova do genuíno respeito que têm e mantêm um pelo outro. É essa confiança mútua, repito, essa fidelidade aos compromissos assumidos, que preserva as associações duradouras.

não há espaços para compartimentos estanques

Nosso diálogo. Senhor Vice-Primeiro-Ministro, foi amplo porque temos responsabilidades amplas. No mundo desta década não há mais espaço para compartimentos estanques, seja entre os indivíduos, seja entre os Estados. Essa conclusão, que antes poderia parecer abstrata, é hoje uma regra operacional da diplomacia: o mundo é, de fato, um só.

Por condição e por opção, o Brasil — como o Japão — é um País destinado a agir de acordo com essa consciência, ao mesmo tempo prática e humanística, que quer a convivência **e** a interdependência sem desigualdades. Esse é o sentido fundamental da contribuição que podemos e devemos trazer ao mundo nesta fase de transição.

Embora distante, o Brasil não está alheio à evolução dos acontecimentos no continente asiático, área nevrálgica para o equilíbrio internacional. Porque buscamos para nós mesmos o desenvolvimento e a segurança, queremos também a paz e a prosperidade de todos os povos. A preocupação que nos anima é uma só: a da fraternidade e solidariedade humanas, que se traduz no plano político pelo respeito do direito de cada nação em preservar sua identidade, seus recursos, sua cultura.

ordem internacional mais eqüitativa

A sabedoria milenar da Ásia tem uma mensagem para a civilização contemporânea. **Ao Japão, país que soube harmonizar a técnica ocidental à tradição oriental, cabe certamente uma responsabilidade específica na construção de uma ordem internacional mais eqüitativa, que seja benéfica a todos os países que ainda enfrentam a batalha pacífica do progresso.**

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

É assim que encaramos o futuro, no plano internacional como no bilateral, com base na mesma disposição ética que é característica da alma brasileira e que augura um caminho promissor ao convívio nipo-brasileiro.

Com esses votos. Senhor Vice-Primeiro-Ministro, permita-me levantar minha taça e brindar pela saúde de Vossa Excelência e da Senhora Fukuda, e pela prosperidade da grande nação japonesa.

discurso de fufeuda

Excelentíssimo Senhor
Embaixador António Francisco Azeredo da Silveira,

Ministro das Relações Exteriores,

Demais autoridades presentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Neste momento. Senhor Ministro das Relações Exteriores e Excelentíssima Senhora, desejo expressar de todo o coração, os meus agradecimentos pelas iniludíveis manifestações de carinho e amizade com que fui recebido nesta casa, bem como pelo magnífico banquete com que me honram nesta noite.

Há muitos anos venho acalentando o sonho de um dia poder visitar o Brasil, este grande país, cujo progresso de hoje, nos faz antever o auspicioso futuro que o aguarda para breve. Portanto, é com profunda emoção e grande alegria que vejo realizado este meu longo anseio.

Neste ensejo, em nome do Governo japonês, quero apresentar ao Governo e ao povo brasileiro, os mais sinceros agradecimentos pela oportunidade que nos deram de visitar seu maravilhoso país, ao mesmo tempo em que **devo externar minha** gratidão pela calorosa acolhida que nos foi proporcionada desde nossa chegada ao Brasil.

país belo, rico e dinâmico

Pela conveniência do roteiro da minha visita, dentro dos dias disponíveis, visitei, primeiramente, o Rio de Janeiro, Ipatinga, São Paulo e Belém, chegando finalmente a Brasília, como última etapa. Neste percurso pude verificar o quanto este país é belo, rico e dinâmico. Admirei a cidade do Rio de Janeiro, onde o homem e a natureza se associaram para formar uma das três mais belas urbes do mundo moderno. Vi a pujante São Paulo, incomparável por seu dinamismo e vigor juvenil. Estive em Belém, o grande centro regional do Norte, onde fiquei impressionado com a infinita potencialidade de seus recursos naturais, entesourados na imensa Amazónia.

Tive hoje a imensa satisfação de admirar esta deslumbrante cidade, de traçado e arquitetura revolucionárias, evidências insofismáveis da capacidade realizadora do Governo e do povo brasileiro.

Assim, pude conhecer diretamente vários aspectos e peculiaridades do Brasil, o que me deu uma visão exata da grandeza deste país.

Foi uma grande honra e imensa satisfação para mim, ter feito hoje uma visita de cortesia a Sua **Excelência o Senhor** Presidente Ernesto Geisel, e conversar com Vossa Excelência, Senhor Ministro, e outras altas personalidades do Governo brasileiro, num ambiente de amizade fraternal e de maneira francamente descontraída.

devastação dos recursos naturais

No limiar do século XXI, para cujo início resta apenas um quarto de século, a humanidade vive uma fase de mudanças tão completas, como não ocorreu em nenhuma outra época. Uma sociedade de grande consumo que apareceu sobre a terra no decurso dos trinta anos após a última guerra, com o pano de fundo da prolongada paz e do extraordinário progresso científico e tecnológico, está devastando de maneira perigosa os recursos naturais. Assim, a humanidade poderá encontrar-se, num futuro não muito remoto, diante de uma situação em que uma parte desses recursos poderá esgotar-se. Em outras palavras, estamos diante do começo de uma época de recursos naturais limitados. Começo de uma época que contribuirá para a elevação ainda maior da posição do seu país, na comunidade internacional, por possuir vasto território e imensas riquezas naturais. Assim, acredito firmemente que o futuro de seu dinâmico país, construído como está sendo, sob a sábia orientação do Senhor Presidente Geisel, terá um destino ainda mais grandioso.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Japão quer paz e progresso

Quanto ao nosso país, desde o revés sofrido na Segunda Guerra Mundial, estamos adotando a postura fundamental de construir uma nação pacifista e, ao mesmo tempo, desenvolver esforços no sentido de alcançar um alto padrão económico. Nós não temos nenhuma ambição política ou militar, para com quaisquer países do mundo, mantendo sempre o princípio básico de incrementar o intercâmbio económico e cultural, visando aumentar o bem-estar dos povos.

O Japão e o Brasil são países geograficamente muito distantes, pois são opostos entre si, tanto no sentido das latitudes, quanto no das longitudes. Não obstante essas distâncias, no começo deste século, grande número de japoneses foram admitidos como imigrantes em seu país e temos hoje em dia cerca de oitocentos mil descendentes de japoneses perfeitamente entrosados na comunidade brasileira. O Brasil é um dos países mais conhecidos e até mesmo considerado íntimo do povo japonês. Nestas circunstâncias, é natural que as nossas relações estejam se tornando mais estreitas nos últimos anos com o objetivo comum de conseguir o progresso da humanidade e a manutenção da paz mundial, o que constitui para nós, um motivo de grande satisfação.

ampliar a cooperação recíproca

Nos últimos anos vem-se tornando mais intenso o intercâmbio, entre os dois países, de pessoas que representam vários níveis e setores, contribuindo bastante para o aumento da amizade e compreensão mútua entre os dois povos. Nesse sentido, o ex-Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka visitou o Brasil no ano passado.

A economia de todos os povos está sofrendo ainda o impacto do elevado ritmo inflacionário e da profunda recessão económica, gerados pela crise do petróleo, desde outubro de 1973. Entretanto, acredito firmemente que nossas relações económicas continuarão a desenvolver-se, vencendo as dificuldades presentes. Os dois países estão procurando a maior cooperação recíproca em vários campos, não somente nas relações bilaterais, mas também na comunidade internacional. Cooperação essa que, penso eu, deve ser ampliada mais e mais.

Durante a breve visita ao seu país, cheguei à conclusão de que devem ser fortalecidos ainda mais os elos que unem nossos povos em todos os campos; como o político, o económico, o social e o cultural.

Estando já assentada a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente Geisel ao Japão, na próxima primavera, o Governo e o povo japonês sentem-se felizes e satisfeitos. Sem dúvida, a visita do Senhor Presidente Geisel ao Japão será um acontecimento memorável e imprescindível para consolidar a união existente entre os dois países.

Ao finalizar, agradecendo mais uma vez o convite do Governo brasileiro de visitar o grande país amigo, desejo erguer a taça pela saúde de Sua Excelência, o Senhor Presidente Geisel, Suas Excelências, o Senhor Ministro Azeredo da Silveira e Senhora, e Excelentíssimas Senhoras e Senhores aqui presentes, bem como pela prosperidade do país e do povo brasileiro.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

chanceler fala a comissões do senado

Palavras do Chanceler Azeredo da Silveira perante as Comissões de Relações Exteriores, Minas e Energia, e Economia, do Senado Federal, em 18 de setembro de 1975

Senhor Senador Daniel Krieger,
Presidente da Comissão de Relações Exteriores,

Senhor Senador João Calmon,
Presidente da Comissão de Minas e Energia,

Senhor Senador Milton Cabral,
Presidente da Comissão de Economia,

Senhores Membros das Comissões de Relações Exteriores, Minas e Energia, e Economia do Senado Federal,

É um prazer atender ao convite que me foi formulado pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, de Minas e Energia, e de Economia do Senado Federal, para discorrer sobre alguns dos temas mais relevantes da política externa do atual Governo e para responder a perguntas dos Senhores Senadores. Os Senhores quiseram juntar ao que seria, em qualquer circunstância, uma agradável oportunidade de convívio para mim, uma especial gentileza, à qual sou profundamente sensível, trazendo-me a uma sala onde está presente o busto do Senador António Azeredo, meu avô, de quem, talvez, terei herdado o amor à causa pública, que faz com que se una em mim o dever do ofício com a vocação profissional.

Esta deve ser, sobretudo, uma ocasião para o diálogo. Serei, portanto, breve nas minhas palavras. Se antecipo o debate com uma exposição sumária é para atender ao roteiro que me foi sugerido e que indicava já algumas preocupações dos Senhores Senadores. Tratarei, assim, do Acordo de Cooperação Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha e da posição do Brasil com relação ao Sistema Económico Latino-Americano, já conhecido como SELA. Incidentalmente, vejo que esta seleção de temas revela-se particularmente fértil, pois traz à discussão precisamente dois problemas que afetam nossas relações com países desenvolvidos e com países em desenvolvimento.

acordo atómico com a alemanha

Tomemos, para começar, o Acordo de Cooperação Nuclear.

Há muitos anos vem o Brasil defendendo a tese de que somente uma alteração a fundo da sistemática das relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento permitirá o salto qualitativo que retirará estes últimos da posição subalterna em que os coloca a dependência económica. Não obstante todos os esforços despendidos nas duas últimas décadas para rever a ordem económica internacional, permanecem insolúveis, em escala global, o problema da diminuição das flutuações excessivas dos preços das matérias-primas, o da manutenção das receitas de exportação, o da correção da deterioração dos termos de intercâmbio, o do acesso dos produtos beneficiados e das manufaturas de países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos e, sobre-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

tudo, o da incorporação da tecnologia mais avançada para a aceleração da modernização das economias dos países menos desenvolvidos.

A política externa brasileira vem dando ativa colaboração ao tratamento de todos estes temas. Mas os progressos obtidos, quer nas relações bilaterais com os países desenvolvidos, quer nos foros multilaterais, forçoso é reconhecer, são muito reduzidos. Como dizia um comentarista americano, recentemente, a propósito das soluções que os Estados Unidos da América oferecem para esses problemas, os países desenvolvidos continuam a "oferecer aspirina para o tratamento do câncer".

O Acordo de Cooperação Nuclear com a República Federal da Alemanha veio introduzir um elemento novo no quadro acima descrito. Pela primeira vez um país desenvolvido acorda com um país em desenvolvimento um programa amplo de cooperação em um setor vanguardeiro que estabelece não apenas radicais condições novas de comércio mas, e sobretudo, prevê a transferência completa de tecnologia avançada.

demanda de energia impõe solução nuclear

Um rápido retrospecto da história do Acordo seria oportuno fazer agora.

A decisão de implantar centrais nucleares no Brasil, para fins de produção de energia elétrica, foi adotada quando se verificou ser impossível atender, com a produção hidrelétrica, o crescimento da demanda de energia, estimado em torno de 10% anuais. Com efeito, a Usina de Itaipu e as represas do rio Uruguai serão das últimas economicamente aproveitáveis na Região Sul do Pais e já representa ónus considerável a transmissão de eletricidade dessas usinas para os centros industriais da Região Sudeste.

O Brasil tomou, então, a decisão de munir-se de centrais nucleares, como alternativa de suprimento energético. 0 primeiro passo foi dado com a instauração da Central Nuclear Álvaro Alberto, adquirida já pronta à firma americana Westinghouse. As autoridades brasileiras cedo convenceram-se, porém, da precariedade da solução de aquisição de centrais estrangeiras, extremamente vulneráveis do ponto-de-vista do abastecimento do combustível nuclear. Logo surgiu, pois, a ideia de construir, em território nacional, uma infra-estrutura de indústrias nucleares com participação majoritária do capital nacional que pudesse obter transferência de tecnologia estrangeira para seu desenvolvimento.

O Governo brasileiro tinha confiança na capacidade de obter a indispensável cooperação externa para a realização desse projeto, porquanto a crise energética mundial tornava mais atraentes para as nações que monopolizam a tecnologia nuclear as possibilidades abertas por um programa criador de grande envergadura.

urânio enriquecido, a opção brasileira

Duas possibilidades se apresentavam quando as autoridades brasileiras decidiram recorrer à energia nuclear como fonte produtora de eletricidade: reatores a urânio enriquecido e água leve ou então a urânio natural e água pesada. Depois de estudos apropriados, a Comissão Nacional de Energia Nuclear decidiu-se a favor da linha do urânio enriquecido. Impunha-se, então, encontrar, entre os países que adotavam a linha do urânio enriquecido, um associado disposto a nos transferir as informações tecnológicas necessárias para a gradual nacionalização do programa brasileiro.

Os Estados Unidos da América, a República Federal da Alemanha e a França eram os países com os quais tínhamos programas importantes de cooperação científica no campo nuclear.

Foram estabelecidos contatos com todos os três. No caso dos Estados Unidos da América, duas firmas americanas — a Westinghouse e a General Electric — apresentaram esboços de planos de cooperação. As propostas de ambas não atendiam, porém, a todos os interesses brasileiros, pois não incluíam a instalação de usinas de enriquecimento e de reprocessamento do combustível irradiado no Brasil. Assim, continuaríamos a depender de fornecedores estrangeiros (basicamente, dos americanos) para a prestação desses dois serviços essenciais. Ora, o panorama da colaboração Brasil/EUA no campo da energia nuclear não era, como não é, no momento, dos mais promissores. Há mais de um ano o Brasil espera que os americanos apresentem novo projeto de emenda ao Acordo de Cooperação de 1972 entre os dois países.

O projeto anterior foi apresentado pelos EUA, aceito peio Brasil e retirado pelos próprios americanos, sob alegação de modificação em sua legislação interna. Sem a emenda, os contratos de

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

fornecimento de serviços de enriquecimento de urânio para o combustível das usinas Angra-II e Angra-III serão invalidados. Além disso, no plano comercial, a Comissão de Energia Atómica dos Estados Unidos, agora substituída por nova entidade — a ERDA — atribuiu categoria "condicional" a esses contratos sem consultar previamente a parte brasileira, Fumas Centrais Elétricas, depois que esta já tinha depositado o sinal convencionado.

excesso de salvaguardas paralisa cooperação

Outro fator negativo para a cooperação com os EUA é a crescente e exagerada inquietação ocorrida em setores públicos norte-americanos no tocante aos perigos, reais ou imaginários, da proliferação nuclear. Como resultado, as preocupações com as salvaguardas são tão excessivas que chegam a paralisar a cooperação internacional.

Vale lembrar que, por ocasião da Assinatura do Acordo de Cooperação de 1972, a situação era diversa. É verdade que aquele instrumento contém disposições explícitas e abrangentes sobre as medidas de salvaguardas que as duas Partes convierem adotar, mas seu Artigo 11 estipula que tais medidas só se aplicam aos materiais nucleares, equipamentos, artefatos e instalações colocados à disposição do Brasil pelos EUA e que estejam diretamente relacionados com a cooperação nuclear entre os dois países. Não ocorrendo tal caso, nenhum material, equipamento, instalação, ou artefato em uso no Brasil estaria sujeito a essas salvaguardas, ficando, assim, resguardada nossa liberdade de ação nesse particular. 0 Acordo Trilateral de Salvaguardas entre o Brasil, os Estados Unidos da América e a AIEA, a que se refere o Artigo 12 do Acordo com os Estados Unidos, circunscreve igualmente a aplicação de salvaguardas ao material relacionado à cooperação bilateral prevista no Acordo com os EUA.

Assim sendo, não é de admirar que a GE e a Westinghouse não pudessem incluir em suas propostas as usinas de enriquecimento e reprocessamento acima mencionadas, as quais, pensam os americanos, poderiam fornecer material para a fabricação de armas nucleares por parte de países recipientes.

Dada a situação acima descrita, a opção norte-americana estava longe de ser a ideal para o desenvolvimento de um programa nuclear brasileiro progressivamente autónomo. As críticas feitas no Senado americano ao Acordo Brasil/RFA confirmam que teria sido impossível obter dos Estados Unidos um acordo semelhante ao que celebramos com a RFA.

programas setoriais seriam insuficientes

No caso da França, os contatos levaram logo a manifestações de interesse por parte do Comissariado de Energia Atómica da França para a prospecção de urânio e a criação de uma indústria de componentes de reatores, mas o mesmo interesse não foi revelado no tocante à etapa do enriquecimento de urânio. O Comissariado de Energia Atómica revelou também sua preferência pelo estabelecimento de programas setoriais de Cooperação, como base para a criação de um quadro de cooperação integrada, ao passo que ao Governo brasileiro interessava principalmente tomar uma decisão sobre o conjunto de um programa de cooperação.

Reservas como as dos americanos e dos franceses não foram apresentadas pelos alemães, que cedo se dispuseram a examinar um programa integrado. Diante dessa disposição política inequívoca, foi fácil passar-se à negociação do acordo-quadro que regeria a cooperação, iniciada em Bonn, em fevereiro de 1975, e concluída quatro meses depois, quando tive a honra de assinar na Capital alemã, a 27 de junho, o histórico instrumento.

Cumpre ressaltar que o Brasil e a RFA alcançaram um entendimento altamente favorável a ambos os países. Obtivemos a cooperação alemã para o conjunto do programa nuclear brasileiro: prospecção de minério de urânio; todo o ciclo do combustível — inclusive enriquecimento e reprocessamento; fabricação de reatores nucleares e seus componentes; e transferência de toda a tecnologia necessária. A RFA realizará exportações de materiais e serviços no valor de vários bilhões de dólares e terá o direito de comprar parte do urânio que se espera encontrar no Brasil, respeitado o estoque estratégico nacional.

Na parte referente a salvaguardas, obrigatória nesse tipo de cooperação, convencionou-se a celebração de um acordo trilateral entre o Brasil, a RFA e a Agência Internacional de Energia Atómica. Já mencionei o precedente: o Brasil firmou acordo semelhante com os Estados Unidos e com a AIEA, relacionado com os acordos Brasil/EUA de cooperação nuclear de 1972. O acordo de sal-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

vaguardas não implica na adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Com efeito, todo o material da futura cooperação Brasil-RFA será objeto das salvaguardas, mas nada do que o Brasil vier a realizar no campo nuclear **fora** dessa cooperação com a RFA (sozinho ou com terceiros países) estará a ele sujeito. Ficam, portanto, respeitadas as diretrizes governamentais de não adesão do Brasil ao TNP.

alcance da cooperação brasil/rfa não f em precedentes

Podú-se dizer que o acordo terá uma dimensão sem precedentes no tocante à cooperação internacional no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, pois o âmbito da cooperação Brasil/RFA cobrirá praticamente todos os aspectos do aproveitamento dessa energia para a produção de eletricidade. Assim, estão previstas associações entre a NUCLEBRÁS e firmas alemãs ou prestação de assistência técnica alemã para as seguintes atividades:

a) **Prospecção, extração e beneficiamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos de urânio.** 0 Brasil contará com o valioso **know-how** alemão para desenvolver ao máximo a pesquisa e o beneficiamento do urânio. Caso se confirmem as expectativas otimistas quanto às reservas desse elemento em território nacional, o urânio excedente do estoque estratégico brasileiro poderá ser exportado e tornar-se importante fonte de divisas.

b) **Produção de reatores nucleares e de outras instalações nucleares, bem como de seus componentes.** Serão implantatadas no Brasil as bases de uma indústria que fornecerá os equipamentos necessários para a construção das futuras centrais nucleares brasileiras. Todos os esforços serão envidados para que o índice de nacionalização dos materiais produzidos aumente tão rapidamente quanto possível. A indústria privada será encorajada a participar ativamente do programa.

c) **Enriquecimento de urânio e serviços de enriquecimento.** 0 processo de enriquecimento a ser adotado será o chamado "jato centrífugo", ora em desenvolvimento na Alemanha. O objetivo, mais uma vez, **é** o de alcançar a autonomia nesse setor vital da produção de energia nuclear.

d) **Produção de elementos combustíveis.** Após o enriquecimento, o urânio precisa ser submetido a processos especiais de maneira a ser utilizado com o máximo proveito nos reatores. Geralmente são usadas ligas metálicas para tal fim. Uma usina de fabricação de elementos combustíveis foi prevista no âmbito da cooperação.

e) **Reprocessamento de combustíveis irradiados.** Depois de utilizados nos reatores, os elementos combustíveis devem ser reprocessados para: i) retirada de urânio e plutônio ainda presentes nos mesmos e que poderão ser reutilizados na fabricação de outros elementos combustíveis; ii) preparação dos rejeitos, nessa altura altamente radioativos, para uma estocagem segura em lugar apropriado. São raras as instalações desse género existentes no mundo atualmente. Tanto o Brasil quanto a RFA dedicarão especial atenção a este problema. Aliás, a tecnologia alemã a este respeito já é comprovadamente das mais avançadas.

não haverá dependência da aquisição de materiais estrangeiros

A execução do Acordo implicará no intercâmbio das informações tecnológicas necessárias. Cumpre ressaltar esse aspecto fundamental da cooperação Brasil/RFA, que permitirá ao Brasil absorver a adiantada tecnologia alemã nos campos da energia nuclear para fins pacíficos, favorecendo o pleno desenvolvimento de nossa indústria nuclear no futuro, ficando esta livre da dependência da aquisição de materiais estrangeiros sem transferência de tecnologia.

Convém ressaltar, aqui, o efeito multiplicador dessa transferência de tecnologia. Na verdade, os conhecimentos científicos não são estanques. A tecnologia que irá servir ao programa nuclear permitirá a disseminação de conhecimentos científi-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

cos, de aplicação, também, fora do campo nuclear. Nos próximos anos estaremos necessitando um número elevado de cientistas e técnicos especializados e esse número crescerá rapidamente. As universidades brasileiras, com o apoio governamental, já adotam medidas para enfrentar essa demanda. É fácil imaginar as extremamente benéficas conseqüências dessa evolução.

À luz dos comentários acima, vê-se que a conclusão do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil/RFA é fator da maior importância para o futuro energético do Brasil e suas repercussões sobre a economia nacional serão profundas e benéficas.

Esperemos que seja apenas um passo pioneiro para outros programas de cooperação com países desenvolvidos. Estamos atentos a quaisquer oportunidades nesse sentido e acreditamos que o Acordo pode ter aberto perspectivas inéditas de cooperação em outros setores fundamentais para o desenvolvimento do nosso País.

o sela e suas implicações

Mencionei, no início, que o exame do Acordo Nuclear colocava diante de nós o problema da cooperação com países desenvolvidos e que o do SELA, de alguma forma, o mesmo fazia com relação à cooperação com os países em desenvolvimento.

De fato, o exame de proposta mexicano-venezuelana suscita todo o espectro das relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e o das relações destes entre si. E o faz por duas principais razões. Em primeiro lugar, pela origem mesma da proposta, possivelmente um esforço para compensar o insucesso do Novo Diálogo, cortado ao meio pela aprovação da Lei de Comércio americana. Em segundo lugar, porque a ideia do SELA reflete uma certa desilusão em face das dificuldades de cooperação com os países desenvolvidos em geral e uma tentativa, na aparência até mesmo quixotesca, de buscar uma solução à margem da cooperação com os países desenvolvidos.

Claro que tais comentários são apenas aproximativos, na medida em que o SELA é um ente em formação, para cuja substância nós próprios muito podemos contribuir.

O Brasil está sempre pronto a cooperar com os demais países no exame e encaminhamento das soluções para os problemas cruciais do desenvolvimento. Preocupa-nos, sempre, porém, a eficiência dos métodos adotados, razão pela qual procuramos ser cautelosos nos nossos comprometimentos. Repugna-nos ver o meramente declaratório, as confrontações inconseqüentes e os alinhamentos automáticos.

O surgimento da ideia do SELA nos encontra munidos dessas preocupações fundamentais.

Não podemos, em princípio, ser contrários à ideia da cooperação sub-regional para a consecução dos objetivos que nos são comuns. Nem seria politicamente viável não aprovar, liminarmente, uma ideia que contava com o apoio generalizado das demais nações latino-americanas. Nosso esforço teria de ser pois, como tem sido, o de dar a nossa contribuição para que a ideia evolua num sentido positivo e favorável aos nossos interesses e aos da América Latina.

Isso temos conseguido em grau satisfatório.

sistema não é incompatível com os interesses brasileiros

Na reunião que ora se realiza no Panamá está em discussão um projeto relativo à criação do SELA, em nada incompatível com os interesses brasileiros.

Basicamente, o projeto prevê para o SELA os seguintes "propósitos gerais":

— promover a cooperação regional, com a finalidade de acelerar o desenvolvimento económico da região;

— apoiar os processos de integração regional;

— promover programas e projetos de interesse para dois ou mais países-membros,-

— atuar como mecanismo de consulta e coordenação latino-americana para formular posições e estratégias comuns ante terceiros países, associações de países e organismos económicos internacionais.

No atendimento desses propósitos seria dada especial consideração aos países de menor desenvolvimento económico.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Ora, os propósitos formulados podem ser por nós subscritos sem hesitação.

Sem prejuízo da nossa solidariedade geral com os países em desenvolvimento, sempre reconhecemos a prioridade da solidariedade continental. Essa, temo-la praticado ativamente, e, mesmo nos foros universais, nossos primeiros entendimentos para a formulação de posições comuns são sempre com os grupos latino-americanos.

apoio brasileiro à integração regional

Nossa participação na ALALC é o testemunho vivo do apoio que prestamos às formas de integração regional.

Quanto à realização de projetos conjuntos com vários países, essa é nossa política na área do Prata e poderá ser, quando as circunstâncias o favoreçam, a nossa política na área do Amazonas.

Finalmente, somos favoráveis a uma estreita coordenação com os demais Governos latino-americanos para o tratamento de questões económicas internacionais. Nossa dúvida a este respeito é mais de natureza operacional, pois, dependendo da amplitude que se queira dar a essa coordenação, ela já é a tarefa específica da CECLA, à qual pertencem todos os Governos da América Latina.

Nossa posição geral é, assim, positiva com relação às ideias do SELA. O que é preciso é ver como elas se detalham no plano operacional para que o Sistema venha a constituir uma contribuição efetiva ao desenvolvimento regional e não apenas mais um foro declaratório ou dilatório em questões tão fundamentais.

revisão das relações económicas universais

Essas considerações me levam a abordar o tema do meu discurso de abertura do debate da VII Assembleia Especial das Nações Unidas, há duas semanas atrás. Nessa ocasião o Brasil lançou a questão da oportunidade de negociações globais para a conclusão de um Acordo Geral de Comércio que desse tratamento convencional normativo às relações comerciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. 0 Brasil se absteve, deliberadamente, de apresentar a ideia na forma de um projeto de resolução, o que, imediatamente, levaria a que o projeto fosse tragado pela voragem burocratizante daquela Organização. Tínhamos a plena consciência de estar oferecendo à reflexão dos Governos um plano ambicioso, de longo processo de maturação. Nossa esperança, porém, resultava da convicção de que já começam a se criar condições que poderão tornar possível, num futuro não muito distante, uma revisão a fundo da sistemática normativa das relações comerciais e económicas universais.

Durante quase três décadas foram elas marcadas por uma absoluta preponderância de formas que beneficiaram primordialmente os países desenvolvidos. A frustração decorrente, para os países em desenvolvimento, levou-os à exasperação, ao espírito de confrontação, às tentativas de retaliação e aos esforços de substituição da cooperação geral pela ajuda entre si. Algumas dessas atitudes são positivas e encorajadoras. Outras apenas agravam as já enormes dificuldades de cooperação global. O Brasil tudo vem fazendo para ajudar a criação de um clima de negociação que suplante o de antagonismo, do qual só tem resultado o enrijecimento de posições negativas.

uma ordem internacional mais eqüitativa

Temos tido, no Brasil, a rara capacidade de manter contínuo o nosso crescimento económico, apesar da crise mundial. Mas não poderemos deixar de ser afetados por uma crise económica mundial permanente ou progressiva. É de nosso interesse, pois, buscar uma ordem económica internacional mais eqüitativa e que permita a todos os países, e particularmente àqueles que, como o nosso, já têm condições de atuar como protagonistas na cena mundial, as oportunidades a que têm direito. Ao terminar, queria agradecer aos Senhores Senadores a oportunidade deste encontro e o apoio que não tem faltado à política externa do Governo por parte dos Representantes dos Estados. Sem esse apoio, ela não teria os êxitos que tem tido, pois é a comunhão entre o desejo do Governo e as aspirações do povo que lhe tem assegurado a vitalidade.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

homem, o fim último do desenvolvimento

Discursos do Chanceler Azeredo da Silveira e do Legado do Popa Paulo VI ao IX Congresso Eucarístico Nacional, Cardeal Sebosticni Boggio, em almoço que lhe foi oferecido no Palácio Itamaraty de Brasília, em 23 de julho de 1975

discurso de silveira

Senhor Cardeal Legado,

Senhor Cardeal Arcebispo,

Senhor Núncio Apostólico,

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Senhores Ministros de Estado,

Senhor Arcebispo de Brasília,

Meus Senhores,

Desde que assumi a Chancelaria brasileira, tenho tido a oportunidade de, repetidas vezes, pronunciar discursos de despedida a Chefes de Missão diplomática que deixam o Brasil. Procuro, em tais ocasiões, amenizar a tristeza intrínseca a toda despedida com alguma referência aos reencontros que as lides diplomáticas costumam proporcionar aos que nelas militam. Hoje, essa renovada esperança de reencontro se realiza na pessoa de Vossa Eminência. É esta a primeira vez que, como Ministro de Estado, acolho e saúdo, no Itamaraty, um estimado amigo e antigo Chefe de Missão diplomática acreditado junto ao Governo brasileiro. É-me grato. Senhor Cardeal Legado, vê-lo reintegrado no cenário de suas atividades anteriores e no convívio dos numerosos amigos que aqui deixou.

Vossa Eminência regressa a nosso meio, revestido da púrpura cardinalícia e do alto prestígio de quem ocupa, junto ao sólio pontifício, as funções de Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos e de Presidente da Comissão Pontifícia para a América Latina.

Diz muito bem da importância que o Santo Padre emprestou ao IX Congresso Eucarístico Nacional, realizado na tradicional cidade de Manaus, a designação de Vossa Eminência para representá-lo.

Senhor Cardeal Legado,

Revendo o Brasil após tantos anos, Vossa Eminência bem poderá dar-se conta do longo caminho por nós percorrido, durante esse tempo, na construção da nova sociedade brasileira.

o desenvohrimento é o novo nome da paz

Vencendo as tentações do obscurantismo retrógrado e do enganoso progressismo, o povo brasileiro optou pelo árduo caminho do esforço determinado, consequente e orientado para o desenvolvimento total, inspirado nos valores de um autêntico humanismo cristão. Fizemos nossa a mensagem da Igreja de que "o desenvolvimento

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

é o novo nome da paz" e de que o fim último do desenvolvimento é sempre o homem, na riqueza e na variedade de seus dons e na igualdade de seus direitos e deveres.

Não nos esmoreceram nem as dificuldades da empresa, nem os inevitáveis erros cometidos, nem a crítica destrutiva, nem a calúnia malévola. Sabemos do imenso reservatório de ânimo e de confiança que existe na alma do povo brasileiro, o que lhe dá as necessárias forças para levar a cabo a tarefa empreendida. Em meio às perplexidades da hora presente no cenário mundial, o Brasil oferece o raro espetáculo de uma Nação coesa e otimista, empenhada na construção de uma sociedade próspera, ordeira, pacífica, livre, criadora e justa.

Ao rever pontos muitos significativos do território nacional, verificará Vossa Eminência o muito que se tem feito no Brasil nesse sentido e, principalmente, a atmosfera em que, irmanados em todo o País, trabalhamos unidos para a realização desses ideais nacionais.

Senhor Cardeal Legado,

Ao retornar a Roma, peço que leve consigo a homenagem de nosso respeito ao Santo Padre e nossos votos mais sinceros pelo êxito de seu Pontificado. Rogo-lhe, outrossim, fazer-lhe presente as circunstâncias em que o povo brasileiro vem procurando, dentro dos princípios cristãos de justiça e de paz, realizar os seus destinos.

Esperando que outros encargos de seu ministério nos dêem a oportunidade de voltar a acolhê-lo em nosso País, ergo minha taça pela ventura pessoal de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

discurso do cardeal baggio

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Senhor Cardeal,
Excelências Reverendíssimas,
Senhores Ministros de Estado,
Meus Senhores,

O encontro com amigos e colegas de trabalho, como Vossa Excelência fez notar, apresenta uma nota de alegria que nasce em forma de esperança no mesmo momento do adeus.

Mas o retorno, pelo contrário, pode ser um risco e poderá representar uma desilusão seja para quem regressa seja para quem recebe. O curso inexorável do tempo, com os acontecimentos que o marcam, podem modificar radicalmente situações e relacionamentos, pessoas e realidades.

Ao preparar meu retorno ao Brasil, sentia em meu coração a certeza de que a imagem cara e doce que tinha levado comigo, ao partir em 1969, não se esmaeceria. E vejo agora que isso é consoladora realidade.

O acolhimento que tive, a simpatia com a qual fui circundado me deram a impressão, várias vezes, nesta minha Missão Extraordinária, de não ter nunca saído do Brasil e de estar ainda neste convívio habitual de representação que tive a sorte de exercer durante cinco anos.

Veio-me ao pensamento que o lema da Ordem de Rio-Branco, com a qual fui condecorado e à qual procurei ser fiel — "Ubique Patriae Memor" — teve aqui uma correspondência que supera os meus merecimentos e os meus limites pessoais.

programa corajoso e inteligente do brasil

A imagem que eu levei do Brasil — um País projetado com decisão e competência ao progresso, num programa corajoso e inteligente, para tornar sempre mais participantes todos os brasileiros daquele desenvolvimento que é o novo nome da paz — corresponde exatamente àquilo que Vossa Excelência traçou e que eu mesmo pude testemunhar em minhas observações e encontros nesses dias, e que tenho a certeza de poder completar ainda melhor nos outros dias em que terei o privilégio de passar, se Deus quiser, no Centro e no Sul do País.

Em Manaus, a bondade natural, a exuberância de sentimentos, a gentileza de alma e sobretudo a fé, revelaram-se-me como uma verdadeira enchente, pela qual, de bom grado, eu e os membros da Missão nos deixamos arrastar.

Conheço muito bem quanto o Governo brasileiro está consciente deste alto valor religioso e empenhado a sustentá-lo e a consolidá-lo, secundando a obra da Igreja.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

A avaliação desses propósitos e da ação conseqüente, tanto de um lado quanto de outro, deixam naturalmente muita margem para critérios subjetivos.

Mas uma margem ainda maior há para entendimentos e acordos, porque o sujeito, a quem os propósitos e ações se dirigem, tanto por parte dos responsáveis da coisa pública quanto por parte dos interesses religiosos, não pode ser senão o povo brasileiro.

a exemplar unidade da nação brasileira

Nesta harmonia, até nesta sintonia de solicitudes, para homens e mulheres, que, numa exemplar unidade em sua variedade, constituem a imensa nação brasileira, os mal-entendidos, as incompreensões, as críticas, até as calúnias a que aludia Vossa Excelência, não podem por certo apagar os entusiasmos nem tampouco paralisar os programas.

Fico muito sensibilizado pela homenagem que Vossa Excelência prestou ao augusto Pontífice Paulo VI, cuja pessoa tive a honra e a alegria de representar no IX Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro, e isto porque, nas freqüentes audiências que meu ofício me leva a ter com Sua Santidade, o nome do Brasil volta sempre com muita estima e muito afeto na palavra do Santo Padre. E ocupa um lugar de predileção na sua solicitude, no seu pensamento e na sua oração.

Será um momento particularmente feliz aquele no qual poderei ter, como matéria de colóquio com o Sumo Pontífice, as emoções que experimentei neste meu retorno ao Brasil, e os testemunhos de lealdade, de afeto, de adesão ao programa de reconciliação, de renovação e de paz, que lançou neste Ano Santo, os quais recolhi nos diversos contatos havidos, particularmente nos mais insignes de todos, com o Chefe do Estado e com Vossa Excelência.

Estou então certo de interpretar fielmente o mandato que hoje se encerra, ao convidar, por minha vez, os presentes a erguer a taça para o bem-estar e ventura pessoal do Excelentíssimo Presidente General Ernesto Geisel, para prosperidade, para o progresso espiritual e material desta querida Nação brasileira.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

crise mundial, :s talvez prenúncio de tempos melhores

Discursos do Chanceler Azeredo da Silveira, Vice-Presidente da Comissão, Comunidade Económica Europeia (CEE), !CEE), Sir Christopher Soames, durante almoço a este oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores/no Palácio Itamaraty de Brasília, em 30 de setembro de 1975

discurso de silveira

Senhor Vice-Presidente,

Temos hoje a consciência de estar atravessando um período de crise nas relações internacionais, uma época que prenuncia mudanças e exige de todos e de cada um capacidade criadora e vontade de cooperação.

Esse potencial de mudanças abre talvez a perspectiva para que se alcance uma velha aspiração dos povos — a construção de um quadro internacional de relações harmónicas, baseado na soberania e no proveito mútuo, em que as desigualdades persistentes possam ser progressivamente eliminadas.

Na perseguição desse ideal, é preciso, no entanto, que cada Governo esteja aberto ao surgimento de situações novas, e determinado a criar instrumentos que levem não só a uma superação de dificuldades conjunturais, mas também, e sobretudo, à estruturação de um sistema económico internacional adequado às necessidades duradouras de todos. E a vontade de cooperação é, ao mesmo tempo, pré-requisito para que as novas ideias surjam, elemento básico para torná-las realidade e eixo central de qualquer futuro sistema de relações internacionais.

criar novo consenso entre os povos

É com satisfação que verificamos a convergência de pontos-de-vista entre a Comunidade e o Brasil com relação a alguns dos temas que estão na linha de nossa maior preocupação. Refiro-me, por exemplo, à necessidade de que se estabeleça um novo consenso entre os povos, base de uma reestruturação do processo decisório internacional e do estabelecimento de um quadro efetivo de regras e disciplinas internacionais mais adequadas aos interesses dos países em desenvolvimento. Li com particular interesse o discurso pronunciado por Vossa Excelência no Clube das Indústrias de Petróleo, em Londres, em 1.° de julho último, do qual gostaria de citar algumas passagens. Vossa Excelência assinala que "... embora o sistema financeiro e comercial mundial criado no pós-guerra tenha sido apoiado por um consenso autêntico, o arcabouço multilateral de regras e instituições de que se constituiu foi quase exclusivamente obra dos países industrializados. O consenso que o apoiava era essencialmente o consenso desses países.

"Ao longo dos últimos trinta anos, esse sistema tornou possível um crescimento sem precedentes do comércio e da prosperidade mundiais. Seu próprio êxito, contudo, terminou por minar-lhe as bases. Em virtude do desenvolvimento que ele

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

promoveu, parcelas crescentes e cada vez mais diversas da humanidade foram envolvidas pelo processo de expansão económica. A capacidade de influência de tais parcelas cresceu na medida mesma da sua contribuição para a economia.

"Sua participação real na direção da economia mundial não cresceu, entretanto, na mesma proporção".

Finalmente, declara Vossa Excelência: "Desse modo, o desafio que ambos, o mundo industrializado e os países em desenvolvimento, enfrentamos é o de construirmos um novo consenso com base para a nossa interdependência. Os países industrializados precisam trabalhar para diminuir o hiato que nos separa do mundo em desenvolvimento. De sua parte, os países em desenvolvimento devem reunir-se conosco a fim de, juntos, elaborarmos as regras básicas para o funcionamento da economia mundial nas condições rapidamente cambiantes dos anos setenta e oitenta. Pois é fora de dúvida que, do mesmo modo que no passado, a nossa prosperidade e estabilidade futuras dependerão da existência de uma estrutura efetiva de regras e normas internacionais".

mudar as regras de comércio

Concordo inteiramente com as ideias expressas por Vossa Excelência. Foi, aliás, com esse espírito, que o Brasil propôs, na VII Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, a negociação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento de novas regras de aplicação geral na área de comércio, através de um Acordo Geral Norte-Sul, em que, em troca de garantias de suprimento de matérias-primas e de estabilização de preços, os países desenvolvidos concordassem com uma estrutura normativa que assegurasse efetivamente tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento na área de acesso a mercados e de preços justos para seus produtos de exportação.

Acreditamos, assim, que estamos caminhando, talvez não exatamente pelos mesmos caminhos, mas pelo menos no mesmo sentido, no que se refere ao tratamento dessas delicadas questões de natureza multilateral, o que constitui em si um fator significativo para o estabelecimento do novo consenso internacional a que Vossa Excelência se refere.

cee, principal mercado do brasil

No plano bilateral, o incremento das relações comerciais entre o Brasil e os países da CEE pode ser qualificado de extraordinário. Somente entre 1971 e 1973, o valor total desse comércio mais do que duplicou, atingindo a cifra de cerca de 4 bilhões de dólares. Desde 1969, a Comunidade é o principal mercado para os produtos brasileiros, e atualmente absorve perto de 40% de nossas exportações. Por outro lado, somos o principal comprador das mercadorias comunitárias entre os países em desenvolvimento.

Por mais significativos que sejam estes dados, no entanto, eles ainda se encontram muito aquém das possibilidades reais de nosso intercâmbio. Igualmente, são ainda amplíssimas as perspectivas da cooperação económica em sentido mais lato, que inclua a cooperação industrial, a transferência de tecnologia e outros aspectos das nossas relações.

Essa cooperação poderá ser aprofundada tanto nos foros multilaterais, como o das Negociações Comerciais Multilaterais em curso no GATT, como nos contatos bilaterais, especialmente no seio da Comissão Mista Brasil-CEE, criada por nosso Acordo de Comércio, e cuja primeira reunião está prevista para dentro de poucos dias.

Neste último foro surgirá a oportunidade de, pela primeira vez, colocarmos em exame todo o complexo de nossos relações económicas bilaterais e de identificar novas áreas de cooperação e de comércio.

Será essa a ocasião, por exemplo, para que as duas partes avaliem a significação real do Sistema Geral de Preferências para a dinamização das exportações brasileiras e explorem as possibilidades de aperfeiçoamento do esquema comunitário, em particular no que se refere a produtos de especial interesse para o Brasil.

coesão e não discriminação entre países

Merecerá, também, consideração o estudo do impacto da convenção de Lomé sobre o comércio Brasil-CEE. Sem dúvida, esse instrumento jurídico demonstra tanto a disposição da CEE de contribuir para o progresso das nações em desenvolvimento, quanto sua criatividade na solução dos problemas

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

inerentes ao relacionamento centro-periferia, introduzindo mecanismos como o STABEX. Por isso mesmo, acreditamos que a Comunidade, consciente, como o Brasil, da importância de não fragmentar em esferas de influência a economia internacional, e de não discriminar entre países em desenvolvimento, utilizará, crescentemente, essa imaginação criadora na concepção e implementação de medidas que beneficiem o conjunto dos países em desenvolvimento e que contribuam, não para atender dificuldades tópicas no interior de um sistema imutável, mas para modificar o próprio sistema.

O comércio de têxteis é outro tema que poderá ser abordado e, muito breve, estarão nossos representantes reunidos para discutir a possibilidade e a necessidade de um disciplinamento desse intercâmbio.

Fora do campo comercial, poderão ser examinadas fórmulas que estimulem a cooperação económica mais ampla que as dimensões das partes envolvidas já justifica.

O Acordo Brasil-CEE, de duração prevista para três anos, já entrou em seu segundo ano de vida, e, portanto, torna-se oportuno dar início ao debate das possibilidades de seu aperfeiçoamento futuro.

Senhor Vice-Presidente,

A Comunidade Económica Europeia e o Brasil vêm dando demonstração da importância do diálogo — e devem continuar a fazê-lo cada vez com maior afinco. Dentro desse espírito, estou certo de que o Brasil e a CEE prosseguirão sua ação solidária visando ao estabelecimento de uma sociedade internacional mais equânime, bem como ao aprofundamento e intensificação de sua cooperação bilateral.

discurso de soames

Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Nas duas últimas semanas, foi tanto um privilégio como um prazer visitar vários países latino-americanos, como representante da Comunidade Europeia.

Foi para mim uma experiência fascinante e sugestiva. Em cada país que visitamos e em nossos contatos com as organizações económicas regionais muito tivemos a discutir. Mas, ao longo de todas essas discussões, constatei que algo me despertava especial interesse — e que esse era o ponto fundamental de todas as nossas relações.

No mundo de hoje e de amanhã, que representam, para cada qual, os países da Europa e da América Latina? Que temos a oferecer-nos mutuamente e que devemos procurar, juntos, alcançar?

brasil: exemplo de desenvolvimento dinâmico

Gostaria de aproveitar a oportunidade que sua generosa hospitalidade me propicia, hoje, para oferecer, Senhor Ministro, algumas ideias sobre tais questões, ao fim de minha viagem. Não encontro melhor ocasião para fazê-lo que esta que me é oferecida por Vossa Excelência, no Brasil, que representa, afinal, o maior e mais populoso dos países da América Latina e o que, nos últimos anos, deu um exemplo de desenvolvimento económico dinâmico.

Para ser franco, devemos começar por admitir que, a despeito de todos os vínculos históricos entre os nossos dois Continentes, existe um aspecto em que não nos conhecemos verdadeiramente bem.

Suponho haver duas razões para isso. Em primeiro lugar, embora os países que hoje constituem a Comunidade Europeia desenvolvessem extensos interesses económicos em toda a América Latina no século passado, as bases históricas de seus laços com a Europa se criaram através de Portugal e Espanha. Seria apropriado dizer que, desde o século XVII até os dias de hoje, as relações entre Espanha e Portugal e o resto da família europeia ocidental tenderam a ser distantes e algo alienadas — mais relações de primos que de irmãos.

A segunda razão de não nos conhecermos tão bem como o desejaríamos é, naturalmente, que na última metade do século, o alcance de nosso mútuo envolvimento não acompanhou o desenvolvimento de nossas relações, em todos os setores, com os Estados Unidos da América.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

passou a época dos vínculos apenas regionais

E o que é mais importante, a maior parte das forças de sua política externa concentrou-se no desenvolvimento de suas próprias relações regionais. Nós, de nossa parte, pouco após nossa segunda e catastrófica experiência de uma guerra civil intereuropéia, dedicamos a maior parte de nossos esforços na construção de nossos vínculos regionais, e alguns de nós se inclinaram, talvez, a presumir que, com o desaparecimento da era do poder mundial europeu, nada muito substancial precisaria, ou mesmo poderia ser feito no que diz respeito às relações entre a América Latina e a Comunidade Europeia.

Mas, claro está, esse não é o enfoque correto. Qualquer sugestão de que a América Latina e a Europa Ocidental deveriam manter uma política de negligência benigna entre si é algo profundamente e fundamentalmente erróneo.

Erróneo porque subestima a vitalidade dos povos da América Latina, os grandes progressos que estão obtendo em termos de desenvolvimento económico e de industrialização e o peso político que detêm nos foros internacionais. E é uma visão equívoca porque comete o mesmo engano com relação à Europa, ao assumir que, com o fim da era de nossa predominância nas questões mundiais — com que um historiador indiano denominou "o fim da era de Vasco da Gama" —, a Europa perdeu toda a sua responsabilidade e influência fora de suas próprias fronteiras.

o maior importador de matérias-primas

Tudo isso é uma visão desgastada e superada — produto de um período de fatalismo e resignação que hoje é coisa do passado. Para melhor entender o que nossos dois Continentes podem, outra vez, significar um para o outro, o que poderíamos novamente oferecer-nos mutuamente, temos que romper com as antigas preocupações e preconceitos e admitir os novos desafios e novas possibilidades que se nos deparam. E nesse processo, a Comunidade Europeia, como tal, tem, creio, um papel importante a realizar. Pois a Comunidade não tem nem um passado colonial, nem ambição imperialista; mas, sim, detém 40% do comércio mundial, sendo o maior importador de matérias-primas, um importante fornecedor de tecnologia, oferecendo a seus membros uma porção significativa da ajuda para o desenvolvimento que hoje flui para os países mais pobres. Tudo isso leva a preocupar-nos com os fundamentos de nossas relações. Mas, mais do que isso, tanto nós na Europa, como os Senhores na América Latina, temos de enfrentar os desafios de uma economia mundial, crescentemente complexa e interdependente.

política protecionista é um retrocesso

Com a disseminação da industrialização, com o crescimento do comércio de matérias-primas e manufaturas, e com a demanda crescente de transferência de tecnologia, nossos interesses nos assuntos recíprocos crescem igualmente. Nenhum de nós pode dar-se ao luxo de esconder-se atrás de considerações puramente nacionais ou, mesmo, regionais; o mal que nos fizemos nos anos 20 e 30, com tais políticas, pouco representaria se comparado com o caos que qualquer retrocesso a políticas protecionistas e de favor causaria na economia mundial destes dias, muito mais sofisticada e complexa. A capacidade de essa economia mundial interdependente suportar os choques de ações unilaterais não deve ser superestimada. Isso seria extremamente perigoso. É, portanto, essencial que neste mundo forçosamente interdependente trabalhemos juntos para atingir um novo consenso, uma nova ordem estabelecida para as atividades económicas internacionais. E, nesse esforço, o Brasil e a Comunidade Europeia terão, ambos, grandes responsabilidades, no prosseguimento das conversações de Paris, relativas ao diálogo entre nações produtoras e consumidoras, nos preparativos para a conferência da UNCTAD, no próximo ano, em Nairobi e nas Negociações Multilaterais de Comércio.

contínua expansão do comércio internacional

Devemos certamente admitir dois pré-requisitos básicos essenciais se desejarmos ter bom êxito ao enfrentar esse grande desafio. Em primeiro lugar, necessitamos ter bem presente o quanto é importante uma continuada expansão da economia mundial, e devemos, cada qual, esforçar-nos em nossas decisões políticas internas e externas por dar a mais alta prioridade para a consecução desse objetivo. Sem essa crescente expansão, todos os esquemas concebíveis para a transferência de tecnologia, para a liberação do comércio

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

mundial, para acordos sobre mercadorias e a estabilização das receitas de exportação de matérias-primas, e, sobretudo, para uma distribuição mais justa da riqueza entre países desenvolvidos e em desenvolvimento serão seriamente prejudicados. Se não houver recursos adicionais a serem distribuídos, se não houver condições económicas favoráveis nos mercados internos, tanto de países industrializados como em desenvolvimento, se não houver uma firme e contínua expansão do comércio mundial, seria mera ilusão supor que podemos ter o êxito que almejamos.

A segunda condição é que todos trabalhemos por chegar a um consenso, em lugar de tentar impor soluções por meio de decisões unilaterais, ou por votos de blocos. Neste contexto, devemos receber favoravelmente o resultado da VII Assembleia Especial. Favorecidos pela visão em pespectiva, poderemos, um dia, afirmar que aquela Reunião representou o primeiro indício de um desejo geral de darmos definitivamente as costas às políticas de confrontação entre os mundos industrializados e em desenvolvimento. Mas se isso deve, de fato, ser alcançado, não o será, simplesmente, mediante uma fácil retórica, mas, muito mais, ao demonstrarmos que somos capazes de lograr, juntos, soluções práticas e construtivas para os problemas mais sérios de nosso tempo. A esse respeito, a proposta apresentada por Vossa Excelência, em nome do Brasil, no VII Assembleia Especial das Nações Unidas, é, sem dúvida, original, e será estudada com interesse. De sua parte, a Comunidade Europeia apresentou, naquela oportunidade, suas sugestões às Nações Unidas, visando a tais soluções, e está pronta a dar-lhes seqüência nas discussões internacionais que nos aguardam.

brasil e cee precisam ampliar relações

Para resumir, tudo indica que a Comunidade Europeia possui muitos e variados interesses e aspirações compartilhados com os países da América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular, e que isso se tornará cada vez mais evidente nos próximos anos, à medida que a Comunidade fomente sua coesão económica e política, e à medida que os países da América Latina descubram toda a sua força. É evidente que o Brasil possui tanto a vontade e o potencial, tanto em recursos humanos, como materiais, para exercer uma grande influência nos negócios mundiais. E eu creio que consideramos como sendo de cada vez maior interesse, tanto para o Brasil como para a Comunidade Europeia, já vinculados por um primeiro Acordo, desenvolver novas e florescentes relações, não apenas para nosso benefício mútuo, mas também em termos da contribuição que ambos estaremos procurando fazer a um mundo justo e próspero.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

relações diplomáticas

brasil terá embaixador não-residente na Manda

Os Governos do Brasil **e** da República da Irlanda (Eire) resolveram estabelecer relações diplomáticas ao nível de Embaixador não-residente. Essa decisão visa ao fortalecimento dos laços de amizade entre os dois países e à promoção de uma cooperação recíproca, que será mutuamente benéfica quer no âmbito bilateral, quer no multilateral. Oportunamente será concedido o **agrément** aos respectivos Embaixadores não-residentes.

concessão de agrément

O Governo brasileiro concedeu **agrément** aos seguintes Embaixadores:

Kesrouan Labaki, do **Líbano,** em julho de 1975;

Carlos Villanueva Doblado, de **Honduras,** em julho de 1975;

Emilio D. Bejasa, das **Filipinas,** em agosto de 1975;

Marin Ivanov, da **Bulgária,** em agosto de 1975;

Alfonso Palácios Rudas, da **Colômbia,** em agosto de 1975;

Mamadou Boubacar Kante, do **Mali,** em agosto de 1975.

designação de embaixadores brasileiros

Paulo Henrique de Paranaguá, junto ao **Coveite,** em 15 de agosto de 1975;

Braulino Botelho Barbosa, junto ao **Gabão,** cumulativamente, em 26 de agosto de 1975;

Franck Henri Teixeira de Mesquita, junto à **Iugoslávia,** em 26 de agosto de 1975;

Donatello Grieco, junto à **Tunísia,** em 26 de agosto de 1975;

Espedito de Freitas Resende, junto ao **Chile,** em 28 de agosto de 1975;

Joayrton Martins Cahú, junto a **Cabo Verde,** cumulativamente, em 10 de setembro de 1975;

Marcos António de Salvo Coimbra, junto a **Serra Leoa,** cumulativamente, em 11 de setembro de 1975;

Carlos dos Santos Veras, junto ao **Quénia,** em 24 de setembro de 1975.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

entrega de credenciais

De Embaixadores estrangeiros:

Alfredo Ortega Urbina. da **Nicarágua,** em 31 de julho de 1975;

Talib Jalal Al-Din Al-Nakib, do **Coveite,** em 31 de julho de 1975;

Angel Federico Robledo, da **Argentina,** em 7 de agosto de 1975;

Manuel Blanco Cervantes, da **Costa Rica, em 18** de setembro de 1975;

Peter Michael Motzfeldt, da **Noruega,** em 29 de setembro de 1975;

Gunnar Nicolaus Lonaeus, da **Suécia,** em 29 de cptomhro HP 1975;

Carlos Villanueva Doblado, de **Honduras,** em 29 de setembro de 1975.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

intercâmbio cultural

méxico dá bolsas a brasileiros

A Direção Geral de Assuntos Culturais da Secretaria de Relações Exteriores do México, dentro do Acordo Cultural celebrado entre Brasil e México, pôs à disposição de graduados brasileiros duas bolsas-de-estudo para o curso de especialização ou pesquisa, em nível de pós-graduação, para o ano letivo de 1.° de setembro de 1976 a 30 de junho de 1977. As bolsas cobrem despesas de matrícula, de viagem de ida e volta, ajuda mensal de 200 dólares, verba de 80 dólares para compra de livros, seguro contra acidentes e assistência médica gratuita.

A seguinte documentação foi exigida dos candidatos: certidão de nascimento, atestado médico, radiografia torácica, certificado de conclusão de curso secundário, certificado de conclusão de curso superior, diploma superior (ou equivalente), duas cartas de recomendação académica, apresentação oficial do Governo brasileiro (através de sua Chancelaria), **curriculum vitae** e plano de estudos no México.

Exigiu-se também uma carta de solicitação expedida pela instituição em que o candidato realizava ou havia realizado estudos, ou prestava serviços. Os candidatos tiveram de se comprometer por escrito a permanecer no México durante **o** período **da bolsa. A idade** máxima era de 35 anos.

Mais duas bolsas foram oferecidas a graduados brasileiros pela Universidade Nacional Autónoma (UNAM), incluindo apenas as despesas com taxas escolares e ajuda mensal de dois mil pesos mexicanos.

pós-graduação e pesquisa no canada

0 Governo canadense, de acordo com o programa de intercâmbio cultural firmado com o Brasil, pôs à disposição de graduados brasileiros cinco bolsas-de-estudo para cursos de pós-graduação ou pesquisa em Belas-Artes, Humanidades, Ciências Físicas, Biológicas e Engenharia Civil, no ano letivo de 1976/77.

Os bolsistas receberão passagens aéreas de ida e volta e 275 dólares canadenses por mês, livres das taxas escolares. Os interessados devem dirigir-se à Reitoria da principal Universidade de seu Estado, onde obterão formulários de inscrição e demais informações.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

relações comerciais

diplomatas se aperfeiçoam em promoção comercial

0 Itamaraty promoveu, de 21 de julho a 29 de agosto de 1975, o III Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Diplomatas Chefes de Setores de Promoção Comercial, com o objetivo de atualizar os quadros diplomáticos sobre as diretrizes da política económica do Governo e familiarizá-los com os problemas do desenvolvimento nas diversas regiões brasileiras.

Freqüentaram o curso diplomatas encarregados dos Setores de Promoção Comercial (SECOM) de 21 Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil. 0 programa incluiu palestras dos Ministros de Estado da área económica e seminários sobre técnicas de promoção comercial, com a participação de especialistas do International Trade Center UNCTAD/GATT, de Genebra, e representantes da CACEX e de entidades de classe da área de exportação.

A aula inaugural foi proferida pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, no auditório do Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de julho de 1975. Os alunos do curso viajaram aos principais centros produtores e exportadores do Brasil, para entrar em contato mais estreito com a realidade económica do País.

Como os dois cursos anteriores, efetuados em 1972 e 1973, o deste ano integrou-se ao programa do Ministério das Relações Exteriores de racionalizar suas atividades no campo da promoção comercial em países estrangeiros, procurando melhorar sua eficiência.

técnicos em promoção de exportação

O Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Planejamento Económico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, firmaram em 9 de setembro de 1975 um convénio para a execução de um programa de Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE).

Tais ciclos terão início a cada seis meses e incluirão seleção de candidatos em âmbito nacional, treinamento intensivo no Brasil, treinamento nos Setores de Promoção Comercial (SECOM) instalados em Embaixadas e Consulados brasileiros, e reintegração no mercado nacional de trabalho.

A iniciativa visa à formação de recursos humanos na área do comércio exterior, onde há grande carência de pessoal qualificado face às necessidades criadas pelo impulso dado nos últimos anos às exportações brasileiras. Pretende, também, estabelecer mecanismos de cooperação mais estreita e proveitosa entre o Itamaraty, a iniciativa privada e organismos com atuação na área do comércio exterior.

0 IPEA participará dos CITRE por intermédio do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Económico (CENDEC) e em várias fases de cada ciclo: recrutamento (fase 1), seleção (fase 2) e curso intensivo de treinamento no Brasil (fase 3, parte a).

Em condições que serão acordadas em cada caso específico, o convénio prevê que o IPEA colaborará igualmente com o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty em atividades de orienta-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

ção e avaliação das demais fases: estágio no Departamento de Promoção Comercial (fase 3, parte b), treinamento em serviço nos SECOM (fase 4) e reincorporação dos participantes no mercado nacional de trabalho (fase 5).

Os candidatos aos CITRE devem ser brasileiros, maiores de 21 anos e menores de 35 anos. É exigido diploma de graduação em curso superior de Economia ou Administração. As inscrições para o I CITRE — feitas mediante a apresentação da carteira de identidade — ficaram abertas de 16 a 26 de setembro de 1975, nos seguintes locais: **Brasília** — Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Económico (CENDEC), Campus da Universidade de Brasília,- **Rio de Janeiro** — Palácio Itamaraty, Seção de Assuntos Comerciais, Av. Marechal Floriano, 196, 3.° andar; **São Paulo** — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Viaduto Dona Paulina, 80, 6.° andar; **Porto Alegre** — Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERG), Travessa Leonardo Truda, 40, 20.° andar,- **Belo Horizonte** — Associação Comercial de Minas Gerais, Avenida Afonso Pena, 372; **Salvador** — Promoexport Bahia, Rua Torquato Bahia, 4, sala 208; Recife — Superintendnêcia do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Av. Professor Morais Rego, Cidade Universitária; **Fortaleza** — Banco do Nordeste do Brasil, Rua Major Facundo, 500; **Belém** — Superintendência do Desenvolvimento da Amazónia (SUDAM), Avenida Almirante Barroso, 426.

O processo de seleção terá duas etapas. A primeira será realizada em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, com provas de Noções de Matemática e Noções de Estatística no dia 4 de outubro de 1975; e de Noções de Economia e Idiomas Estrangeiros, no dia seguinte. Essas provas, em nível de graduação de curso superior, serão classificatórias: os primeiros 70 colocados irão aos exames da outra etapa.

A segunda etapa da seleção será realizada apenas em Brasília nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 1975. Os candidatos aprovados na primeira etapa farão entrevistas, provas de redação de Português e exames orais de línguas estrangeiras. Os selecionados fora de Brasília receberão passagens para viajar ao Distrito Federal, assim como ajuda de custo para alimentação e hospedagem.

Os aprovados passarão por estágio de treinamento de cinco meses no CENDEC e no Itamaraty, em Brasília, durante os quais ganharão bolsas-de-estudo. Os provenientes dos estados e territórios perceberão também auxílio-moradia.

Uma vez concluído com êxito o estágio em Brasília, os aprovados serão encaminhados para treinamento nos Setores de Promoção Comercial em Embaixadas e Consulados, onde permanecerão dois anos na condição de técnicos-estagiários. Receberão passagens de ida e volta, ajuda para instalação e bolsa de manutenção compatível com o custo de vida no país em que se processar o treinamento.

Em seguida, regressarão ao Brasil, para reincorporar-se ao mercado nacional de trabalho. Quaisquer informações sobre o I CITRE — e os que serão organizados em futuro — podem ser obtidas nos locais de inscrição ou na Divisão de Programas de Promoção Comercial, no Palácio Itamaraty de Brasília .

brasil mostra produtos de couro em paris

0 Brasil participou da XXIII Semana Internacional do Couro realizada em Paris, no Pare des Expositions, de 6 a 9 de setembro de 1975, com um pavilhão de 405 metros quadrados, em que foram expostos produtos de 62 empresas brasileiras do setor de calçados e couros, e de 20 outras do setor de curtume.

Coordenada pela Divisão de Feiras e Turismo, do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, a seção brasileira expôs calçados sociais e esportivos (masculinos e femininos), bolsas, cintos, sandálias, tamancos, mocassins, malas, pastas de couro, chapéus, objetos de decoração, casacos de pele, componentes metálicos para a indústria de couro e bolas de futebol, voleibol, basquete, futebol de salão e rúgbi.

Com o sucesso comercial registrado nas duas últimas exposições, quando produtores brasileiros fizeram negócios no valor de 30 milhões de dólares, a participação brasileira neste ano teve grande repercussão, pois os importadores europeus mostraram-se muito interessados pelos produtos nacionais.

A Semana Internacional do Couro integra a lista de feiras e exposições internacionais de que o Brasil participa, de acordo com o programa anual do Itamaraty.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

"O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos" — Azeredo da Silveira.

itamaraty firma acordo com rádio e televisão de são paulo

Acordo entre o Itamaraty e a Fundado Padre Anchieta, assinado em Brasília, em 9 de julho de 1975, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, e pelo Presidente da Fundação Padre Anchieta, Rui Nogueira Martins, e rubricado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, Ney Amynthas de Barros Braga, pelo Ministro de Estado das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, e pelo Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, José E. Mindlin.

0 Ministério das Relações Exteriores, representado pelo Senhor Ministro de Estado, Embaixador António F. Azeredo da Silveira, de ora em diante referido neste Acordo como Ministério, e a Fundação Padre Anchieta — Centro Paulista de Rádio e TV Educativa, representado por seu Diretor-Presidente, Dr. Rui Nogueira Martins, de ora em diante denominada como Fundação,-

Considerando a importância do rádio e da televisão como veículos de informação internacional;

Atentos à necessidade de serem esses meios de comunicação utilizados para o melhor conhecimento dos povos,-

Objetivando a racionalização de um crescente intercâmbio de programas culturais, científicos e informativos,-

Desejosos de promover o desenvolvimento do nível técnico-profissional do rádio e da televisão brasileiros;

Tendo em vista, ainda, o Convénio Cultural celebrado entre o Estado de São Paulo e o Ministério das Relações Exteriores, em 26-01-72, cuja finalidade é tornar real a presença do Brasil no exterior, sob o aspecto cultural;

Resolvem firmar o presente Acordo,

O qual vai também rubricado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura, Senador Ney Braga,- pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Capitão-de-Mar-e-Guerra Euclides Quandt de Oliveira e pelo Senhor Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Dr. José E. Mindlin, Presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta — Centro Paulista de Rádio e TV Educativa.-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Artigo I

0 Ministério prestará à Fundação, no âmbito de suas atribuições, toda a colaboração necessária para que a Rádio e TV-2 Cultura daquela última celebrem acordos operacionais com emissoras de rádio **e** televisão estrangeiras.

Artigo II

Os acordos a que se refere o Artigo I serão negociados em comum entendimento com o Ministério e terão por objetivos:

a) o intercâmbio de programas culturais e científicos;

b) o fornecimento recíproco de programas jornalísticos;

c) a realização de co-produções; e

d) a organização de estágios de aperfeiçoamento de pessoal das emissoras de rádio e televisão contratantes.

Artigo III

Dentro de suas possibilidades orçamentarias e programáticas, a Fundação incumbir-se-ó, por recomendação do Ministério, da produção de material radiofónico e de televisão que contribua para o melhor conhecimento entre os povos.

Artigo IV

O Ministério e a Fundação designarão representantes com a finalidade de se reunirem, pelo menos duas vezes ao ano, para avaliar a aplicação do presente Acordo.

Artigo V

0 presente Acordo será válido por prazo indeterminado, podendo ser modificado por consenso de ambas as Partes, ou denunciado por qualquer delas.

Parágrafo único. A denúncia tornar-se-á efetiva decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua comunicação formal à outra Parte.

técnicos alemães em agricultura e pecuária

Brasil e República Federal da Alemanha trocaram Notas — formalizando Ajustes — relativas ao envio de um consultor governamental para a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais e à promoção da economia de pastos em Santa Catarina. Os Ajustes foram formalizados no Palácio Hamaraty de Brasília, em 25 de julho de 1975, pelo Chanceler Azeredo da Silveira e pelo Encarregado de Negócios a.i. da RFA no Brasil, Wolfgang Wimmers.

ajuste brasil-rfa, por troca de notas, referente ao envio de um consultor governamental para a secretaria da agricultura do estado de minas gerais

Ao Senhor Wolfgang Wimmers
Encarregado de Negócios a.i. da
República Federal da Alemanha.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.° EH 445/107/418/75, datada de hoje, cujo teor, em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCT/278/644(B46) (F36), de 17 de dezembro de 1974, do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, bem como no quadro do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste referente ao envio de um consultor governamental para a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais-.

1. 0 Governo da República Federal da Alemanha enviará, a suas expensas, por um período de até três anos, um assessor como consultor governamental para a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

2. 0 assessor terá a incumbência de:

   (1) apoiar a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais na formação de uma equipe técnica para o cultivo e aproveitamento racional das baixadas irrigáveis no Norte e Nordeste do Estado, bem como

   (2) *aluar* em estreita colaboração com a referida equipe técnica nos seguintes setores:

      a) assessoramento na irrigação e drenagens de baixadas;

      b) assessoramento no cultivo de culturas existentes e novas;

      c) introdução do aproveitamento das baixadas durante todo o ano;

      d) providências para minorar a erosão e melhorar o aproveitamento das áreas cultivadas;

      e) assessoramento no emprego de meios modernos de produção agrícola;

      f) formação de cooperativas.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

3. O Governo da República Federal da Alemanha fornecerá, a suas expensas, CIF porto de desembarque, ou adquirirá, a suas expensas, no Brasil:

1 automóvel;

1 camioneta;

meios de produção (adubo mineral);

máquinas e instrumentos agrícolas.

4. O equipamento referido no item 3, quando da sua chegada no porto de desembarque no Brasil ou quando da aquisição no país, passará ao património da República Federativa do Brasil, sob a condição de que fique ao inteiro dispor do assessor alemão, durante o período de suas atividades no projeto.

5. O Governo da República Federal da Alemanha custeará a formação de dois agrónomos brasileiros diplomados na República Federal da Alemanha, por um período máximo de dois anos cada um, para que estejam em condições de continuar independentemente das medidas iniciadas, depois da partida do assessor alemão. A escolha dos especialistas a serem formados será feita de comum acordo com o assessor alemão.

6. 0 Governo da República Federativa do Brasil:

a) isentará o equipamento referido no item 3, caso for adquirido fora do país, de taxas portuárias e alfandegárias, emolumentos de importação e demais gravames e taxas fiscais;

b) cuidará do transporte do referido equipamento do porto de desembarque ou lugar de aquisição, dentro do país, ao local de destino, encarregando-se das despesas daí decorrentes,

c) cuidará da manutenção e do funcionamento dos veículos, máquinas e instrumentos agrícolas, fornecidos conforme o item 3, encarregando-se das despesas correlatas.

7. 0 Governo da República Federativa do Brasil:

d) colocará à disposição do assessor alemão, a suas expensas, um número suficiente de especialistas e auxiliares;

b) apoiará o assessor alemão na execução de suas tarefas, concedendo-lhe acesso aos respectivos documentos,-

c) arcará com as despesas de viagens de serviço do assessor alemão, pagando-lhe, além da passagem, uma diária adequada;

d) colocará gratuitamente à disposição do assessor alemão salas e material de escritório suficientes.

8. De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a Cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 8, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, exprimindo a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência .

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mui distinta consideração.

António F. Azeredo da Silveira

ajuste brasil-rfa, por troca de notas, referente à promoção da economia de pastos em santa catarina

Ao Senhor Wolfgang Wimmers
Encarregado de Negócios a.i. da
República Federal da Alemanha.

Senhor Encarregado de Negócios,
Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n.° EH 445/32/417/75, datada de hoje, cujo teor, em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCT/DE-I/13/644(B46) (F36) de 28 de janeiro de 1975, do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste referente à promoção da economia de pastos em Santa Catarina:

1. 0 Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão conjuntamente um projeto que visa a promoção da economia de pastos no Estado de Santa Catarina. A Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina em Florianópolis assumirá a responsabilidade pela execução do projeto.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

2. O Governo da República Federal da Alemanha enviará, às suas expensas, por um período de até dois anos:

a) um perito em economia de pastos,-

b) um perito em experimentação e assistência agrícola; e, caso necessário,-

c) um técnico de laboratório.

3. a) Os peritos mencionados no item 2 terão a tarefa de realizar pesquisas e prestar assistência no setor da economia de pastos, dentro do planejamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em colaboração com os peritos do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária Sulino.(IPEAS) e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC).

b) As pesquisas deverão estender-se a todas as regiões do Estado de Santa Catarina, importantes para a criação e manutenção de gado bovino e abranger especificamente:

i. a determinação de plantas forrageiras, apropriadas para as diversas regiões;

ii. a determinação de quantidades económicas de fertilizantes para cada unidade de superfície;

iii. a elaboração de métodos para a melhoria dos pastos nativos;

iv. a elaboração de métodos para o aproveitamento de áreas não cultivadas para a produção de forragem;

v. o apoio ao serviço de assistência agrícola em questões relativas à economia de pastos.

4. O Governo da República Federal da Alemanha fornecerá, às suas expensas, CIF porto de desembarque, ou adquirirá, às suas expensas, no Brasil:

a) máquinas e instrumentos para a implementação de pastos experimentais e realização de pesquisas,-

b) aparelhos de laboratório para o exame de plantas, adubos químicos, pesticidas e sementes;

c) livros especializados.

5. O equipamento referido no item 4, quando da sua chegada ao porto de desembarque no Brasil, ou quando da sua aquisição no Brasil, passará ao património da República Federativa do Brasil, sob a condição de que seja aplicado no mencionado projeto e fique à disposição dos peritos, durante a execução do projeto.

6. O Governo da República Federal da Alemanha obrigar-se-á a custear as despesas de formação de um agrónomo brasileiro diplomado, por um período de até 2 anos. A formação poderá ser proporcionada na República Federal da Alemanha ou em centros de formação apropriados, em outros países. Após seu regresso, este agrónomo deverá dar prosseguimento, autonomamente, às medidas iniciadas pelos peritos alemães. A seleção do especialista a ser formado será realizada de comum acordo com os peritos alemães.

7. 0 Governo da República Federativa do Brasil abrigar-se-á a:

a) isentar o equipamento referido no item 4 — caso seja adquirido fora do país — de taxas portuárias, alfandegárias e de importação, bem como dos demais encargos e gravames fiscais,-

b) cuidar do transporte do equipamento do porto de desembarque ou do lugar da aquisição dentro do país ao local de destino e arcar com as despesas daí decorrentes;

c) cuidar da manutenção e funcionamento das máquinas fornecidas conforme o item 4 e arcar com as despesas daí decorrentes;

d) proporcionar todos os outros equipamentos, conquanto não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha, de acordo com o item 4; nesses equipamentos estão incluídos os veículos destinados ao pessoal alemão junto ao projeto, os quais ficarão sempre e sem restrições à disposição do referido pessoal para o cumprimento de suas tarefas, em conformidade com o item 3.

8. O Governo da República Federativa do Brasil obrigar-se-á, outrossim, a:

a) colocar à disposição dos peritos alemães a necessária mão-de-obra especializada e auxiliar;

b) prestar aos peritos alemães o apoio necessário ao cumprimento de suas tarefas e conceder-lhes acesso aos documentos escritos especializados para tanto necessários,-

c) custear as despesas das viagens de serviço dos peritos alemães e pagar-lhes, além das despesas de viagem, uma diária adequada;

d) colocar à disposição salas e material de escritório suficientes.

De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de Cooperação Téc-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

nica de 30 de novembro de 1963, inclusive a Cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as disposições contidas nos itens 1 a 8, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, exprimindo a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mui distinta consideração.

António F. Azeredo da Silveira

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos promulgados

Emendas aos Artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial da Saúde, adotadas pela Resolução 20/36 da XX Assembleia Mundial de Saúde. (Decreto n.° 62/12-8-75).

Tratado da Antártida, celebrado em Washington, a 1.° de dezembro de 1959, ao qual o Brasil aderiu a 16 de maio de 1975. (Decreto n.° 75.963, de 11-7-75).

Protocolo que insere uma Parte IV, relativa ao comércio e desenvolvimento, no Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. (Decreto n.° 76.032, de 25-7-75).

instrumentos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda, firmada com o Governo da Espanha, em Brasília, a 14 de novembro de 1974. (Decreto Legislativo n.° 62/12-8-75).

Convenção que cria o Centro Internacional de Cálculo, concluída em Paris a 6 de dezembro de 1951. (DL n.° 63/13-8-75).

Modificações introduzidas no Artigo II, Seção 1 (b) e no Artigo IV, Seção 3 (b), do Convénio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que permitem a admissão de novos países. (DL n.° 64/13-8-75).

Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio e Protocolo de Expansão Comercial com o Uruguai, concluídos em Rivera a 12 de junho de 1975. (DL n.° 67/12-9-75).

Acordo sobre Transportes Fluviais e Lacustres, firmado entre Brasil e Uruguai em 12 de junho de 1975. (DL n.° 68/23-8-75).

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica com o Uruguai, firmado em Rivera a 12 de junho de 1975. (DL n.° 76/12-9-75).

Acordo sobre Transporte Marítimo, firmado com o Governo do Uruguai em 12 de junho de 1975. (DL n.° 78/15-9-75).

Acordo de Cooperação Técnica concluído entre o Brasil e o Canadá. (DL n.° 82/1.°-10-75).

Aquisição de imóveis, por Governos Estrangeiros no Distrito Federal. (Lei n.° 6.235/8-9-75).

atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional

Acordo de Cooperação Económica e Técnica com o Governo da Arábia Saudita, firmado em Jeddah a 2 de abril de 1975.

Atas Finais da Conferência Administrativa Mundial de Telegrafia e Telefonia, da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Genebra, de 2 a 11 de abril de 1973.

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, com a Áustria, concluída em 23 de maio de 1975.

Acordo de Comércio com a Grécia, firmado a 9 de junho de 1975.

Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, com a República Federal da Alemanha, concluído em Bonn a 27 de junho de 1975.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

comunicados e notas comunica

assistência a brasileiros repatriados de angola

Nota do Itamaraty divulgada à imprensa, em 12 de julho de 1975, sobre o repatriamento de brasileiros residentes em Angola:

"Chegou hoje ao Porto do Rio de Janeiro **o** navio Cabo Orange, do Lloyd Brasileiro, trazendo vinte e quatro brasileiros retirados de Luanda, em conseqüência dos últimos conflitos em Angola.

2. A operação pôde ser realizada, pela estreita coordenação e cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores, que, através de seu Consulado em Luanda, contatou os brasileiros que de lá desejavam sair, e o Ministério dos Transportes, que determinou que o cargueiro do Lloyd transportasse tais passageiros.

3. Para a completa assistência aos vinte **e** quatro brasileiros chegados, o Ministério das Relações Exteriores coordenou com órgãos internos, entre os quais o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda, o do Trabalho, o da Saúde e o do Interior, as providências necessárias para desembarque, liberação de bens e alojamento provisório dessas famílias.

4. A relação dos passageiros é a seguinte: Oswaldo Cardoso, esposa e três filhos; Olinda Guizzo; Laura Gomes dos Santos,- Maria de Lourdes Ferecini; Isaura de Jesus Lopes de Almeida e marido,- António do Nascimento Meireles; Zelina Lopes Barrocas, marido **e** filha,- Maria José da Silva,- Maria Gabriela Nogueira de F. Neves, filha e mãe,- e Anabela Freitas Branco e três filhos. Acompanharam esses nacionais em sua viagem de volta, dois funcionários do Consulado em Luanda, Hilton Serres da Silva e Ivete Valladares.

5. A colónia brasileira em Angola não é grande e até poucos dias atrás, quando da saída do Cabo Orange de Luanda, haviam contatado o Consulado do Brasil apenas mais trinta e um brasileiros, que, no entanto, não desejaram voltar para o Brasil.

6. A fim de prevenir a possibilidade de uma emergência que **a** situação em Luanda venha **a** requerer, estão sendo coordenados os órgãos internos capazes de fornecer meios para uma eventual retirada desses brasileiros que lá permaneceram, de forma **a** não deixá-los sem recursos de transporte".

notícia de agência é desmentida

Comunicado do Itamaraty à imprensa em 14 de julho de 1975:

"Despacho de uma agência noticiosa, publicado nas "Glosas" do Deputado e jornalista venezuelano Luis E. Rey, hoje em Caracas, diz que a razão principal pela qual o Brasil não aderiu definitivamente ao Sistema Económico Latino-Americano (SELA) "é pela possibilidade de que a atitude desoriente **e** antinorte-americana da política exterior da Venezuela poderia refletir-se na criação do SELA".

Nem o Governo brasileiro, nem o Chanceler Azeredo da Silveira ou um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores poderia ter feito semelhante afirmação.

Com efeito, o titular do Ministério das Relações Exteriores brasileiro conhece perfeitamente qual é **a** política exterior da Venezuela, que merece seu apreço e sua confiança, havendo entre as Chancelarias brasileira e venezuelana pleno entendimento".

brasil recebe imigrantes portugueses

Nota do Itamaraty à imprensa, em 14 de agosto de 1975, referente à imigração de portugueses:

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

"De acordo com as normas legais e regulamentares próprias, a imigração portuguesa para o Brasil, procedente de Portugal, Angola, Moçambique ou outras áreas tem-se processado tanto através da obtenção do visto permanente na origem quanto através da transformação de visto e legalização de permanência.

2. O Ministério das Relações Exteriores determinou às Repartições consulares brasileiras aplicarem aos pedidos de visto permanente por cidadãos portugueses o mais amplo grau possível de facilitação permitido pela legislação brasileira, conforme já divulgado à imprensa.

3. Nesse sentido, foi concedida aos Consulados brasileiros a necessária flexibilidade para outorga do visto permanente.

4. Tais medidas fizeram com que o número de portugueses radicados no Brasil em 1975, de janeiro a julho, alcançasse 2.600 pessoas, ultrapassando o total de 1.500 indivíduos, registrados em todo o ano de 1974. Àqueles 2.600 portugueses já radicados no Brasil devem-se acrescentar milhares de indivíduos, que requereram junto às repartições competentes do Ministério da Justiça a transformação de sua condição de turistas para a de residentes permanentes. Se mantida até o fim do ano a progressão observada no período de abril a julho de 1975, deverão obter permanência no Brasil um número adicional de cerca de 15.000 portugueses".

geisel convidado a visitar os eua

Nota divulgada pelo Itamoroty, em 4 de setembro de 1975:

"A propósito de notícia veiculada pela imprensa, ontem, sobre uma visita oficial do Presidente Ernesto Geisel aos Estados Unidos da América, o Itamaraty informa que, de fato, o Presidente Gerald Ford convidou o Presidente Ernesto Geisel a visitar oficialmente aquele país ainda em 1975.

0 Presidente Ernesto Geisel aceitou prazerosamente o convite. Devido à impossibilidade de realizar a visita ainda este ano, a data para a viagem do Presidente Ernesto Geisel será oportunamente acordada entre os dois Governos."

negociações comerciais com o peru

Comunicado Conjunto assinado em Lima, em 10 de setembro de 1975, pelo Secretário Geral do Ministério da Indústria e do Comércio do Brasil, Paulo Vieira Belotti, e pelo Vice-Ministro do Comércio do Peru, Enrique Eftremadoyro dei Campo:

"Nos dias 8 e 9 de setembro reuniram-se em Lima as Delegações de alto nível do Brasil **e** do Peru para iniciar negociações sobre o comércio de cobre entre os dois Países, de acordo com um programa **a** longo prazo e em nível governamental.

A Delegação brasileira confirmou a determinação política do seu Governo, incentivado pelo espírito **de** integração económica latino-americana, de suprir entre 50 **e** 70% de suas necessidades **de** importação de cobre no mercado sul-americano.

Durante as conversações mantidas entre o Senhor Vice-Ministro do Comércio, o Chefe da Missão brasileira e funcionários peruanos e brasileiros, foram analisadas as possibilidades de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois Países, assim como o mútuo interesse em subscrever um Acordo de fornecimento de produtos a longo prazo e a assinatura de contratos de compra e venda de produtos peruanos e brasileiros, que serão objeto de estudo no quadro da terceira reunião da Comissão Mista Peruano-Brasileira, a realizar-se proximamente em Lima.

Ambas as partes trocaram informações sobre os produtos de interesse mútuo, salientando-se da parte peruana sua intenção de vender cobre, zinco **e** outros minerais, assim como farinha de peixe, com assessoramento de tecnologia para a elaboração de alimentos balanceados. Por outro lado, **a** parte brasileira manifestou seu interesse em vender ao Peru soja em grão, óleo de soja não-refinado, milho, sorgo e carne bovina, tudo contribuindo para um substancial aumento do fluxo de comércio peruano-brasileiro.

Com relação ao abastecimento de cobre peruano ao Brasil, a Delegação brasileira manifestou que seu Governo estabelecerá em seu território um depósito franco à disposição do Governo peruano, que facilitará aos importadores privados brasileiros a aquisição de cobre de procedência peruana **e** que tomará ém consideração, como parte de suas necessidades, concentrados de cobre.

0 Governo brasileiro, respeitando seus compromissos internacionais referentes a preferências tarifárias **e** não-tarifárias, compromete-se a fomentar legalmente a colocação do cobre peruano em seu mercado.

A Delegação peruana, por sua parte, compromete-se a estabelecer no Brasil um escritório da empresa pública de comercialização de produtos minerais (Minero Peru Comercial), para o qual o Governo brasileiro oferecerá todas as facilidades pertinentes.

Finalmente, considerando as crescentes importações de produtos metal-mecânicos (especialmente na área automotriz) provenientes do Brasil, a Delegação peruana passou á Delegação brasileira **a** oferta exportável de produtos não-tradicionais para estudo **e** divulgação junto aos seus setores produtivos, compromisso que foi aceito pela parte brasileira".

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

importação de cobre chileno

Declaração Conjunta Brasil-Chile, assinada em Santiago do Chile, em 12 de setembro de 1975, pelo Subsecretário de Minas do Chile, Coronel Ruben Schindler Contardo, e pelo Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio do Brasil, Paulo Vieira Belotti:

"Entre os dias 10 e 12 de setembro do presente ano realizaram-se em Santiago reuniões entre representantes governamentais do Brasil e Chile com a finalidade de estudarem medidas que, dentro de um quadro de um programa a largo prazo e a nível governamental, aumentem o fluxo de importações pelo Brasil de cobre metálico chileno, bem como de investigarem possibilidades relacionadas com vendas ao mercado brasileiro de concentrados de cobre provenientes do Chile.

A Parte brasileira afirmou a determinação de seu Governo, dentro do quadro de sua política de efetiva complementação económica continental, em reservar aos países latino-americanos de 50 a 70% de suas necessidades de importação de cobre.

A Parte brasileira, além disso, forneceu informações detalhadas sobre seu mercado interno de cobre, bem como sobre a projeção do crescimento estimado de suo demanda interna e sobre os planos para este setor, contemplados por seu Governo, com base nas Diretivas do programa nacional de desenvolvimento de metais náo-ferrosos. Dentro desse contexto, a Delegação brasileira manifestou o interesse de seu Governo em desviar para o Chile, de acordo com as especificações técnicas exigidas pelo mercado brasileiro, a aquisição das seguintes quantidades de cobre metálico:

ano	toneladas métricas
1976	40.000
1977	50.000
1978	50.000
1979	60.000
1980	60.000

A Delegação chilena expressou sua satisfação e interesse em participar, dentro de suas possibilidades, do abastecimento das necessidades de cobre metálico **do Brasil, de acordo com suas disposições legais vigentes e dentro do espírito de ampla cooperação que** tem caracterizado as relações entre ambos os Países.

Ambas as Delegações reconheceram a conveniência de intensificar ainda mais o intercâmbio de bens e serviços entre o Brasil e o Chile, visando o que, concordam em recomendar a seus respectivos Governos medidas tendentes a incrementar o intercâmbio comercial recíproco, utilizando os mecanismos já estabelecidos, especialmente a Comissão Especial de Coordenação Económica Chileno-Brasileira.

A Delegação brasileira manifesta as possibilidades de seu País para abastecer substancialmente o mercado chileno de produtos agrícolas.

A Delegação do Chile tomou nota do interesse brasileiro, fazendo notar que esta matéria deve ser considerada nas reuniões da Comissão Especial de Coordenação Económica. Além disso, dará conhecimento do assunto à missão empresarial chilena que viajará proximamente ao Brasil.

A Delegação brasileira indicou que, como medida para facilitar a colocação do cobre chileno no Brasil, estabelecer-se-iam depósitos francos em seu território, os quais seriam colocados à disposição do Governo chileno para que este os utilize e os opere. Com respeito a essa matéria, a Delegação chilena declarou que tomou devida nota do oferecimento brasileiro e que estudará a conveniência de utilizar essa facilidade.

0 Governo brasileiro, sempre respeitando seus compromissos internacionais no que diz respeito a preferências tarifárias e não-tarifárias, compromete-se **a** facilitar, de acordo com sua legislação, a colocação do cobre importado do Chile em seu mercado interno.

A Delegação brasileira assinalou que seu Governo contempla, a partir de 1980, suprir parte de suas necessidades de cobre, importando esse metal em forma de concentrados. A Delegação chilena assinalou que atualmente não dispõe de uma produção de concentrados que permita que sejam oferecidos dentro dos termos de um abastecimento a largo prazo, mas que, no caso de se produzirem excedentes desse produto, os mesmos serão oferecidos ao Governo brasileiro.

Finalmente, ambas as Partes puseram-se de acordo em que as matérias tratadas durante o curso destas conversações exploratórias 'fossem consideradas na próxima reunião da Comissão Especial de Cooperação Chileno-Brasileira".

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

excertos e ênfases excertos e ênfa

condecoração do chanceler venezuelano

Do discurso do Chanceler Azeredo da Silveira por ocasião da entrega das insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Ministro de Estado das Relações Exteriores da Venezuela, Ramón Escovar Salom, em Brasília, em 14 de julho de 1975

"Com essa distinção, quis o Governo do Brasil não apenas ressaltar a importância das relações entre os nossos países, a cordialidade existente entre nossas Chancelarias, e o alto significado de sua visita, mas homenagear, sobretudo, a pessoa de Vossa Excelência".

"Vossa Excelência chegou à Pasta das Relações Exteriores do seu nobre país precedido da reputação de pertinaz estudioso dos problemas do Continente e de estadista infatigável. Essas mesmas qualidades têm caracterizado sua atuação, da qual se beneficia não apenas a Venezuela mas as relações interamericanas".

"Estou seguro de que serão mutuamente vantajosas para nossos países as conversações que manteremos em Brasília".

despedida do embaixador da costa rica

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, em banquete de despedida oferecido ao Embaixador da República da Costa Rica, Humberto Nigro Borbón, condecorado, na ocasião, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de julho de 1975

"Importantes acontecimentos assinalaram as relações entre o Brasil e a Costa Rica durante **a** sua longa e profícua missão. Os Chanceleres dos nossos dois países trocaram visitas em 1971 e 1972. Em 1973, aqui esteve o Ministro da Agricultura da Costa Rica e em 1974 visitou San José o Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil. Essas visitas oficiais culminaram com a vinda a Brasília do Presidente da Costa Rica, o eminente estadista Don José Figueres Ferrer, em abril de 1974.

Estes últimos anos viram também a criação da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, com a finalidade de ampliar o intercâmbio comercial entre os dois países; a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica,- a inauguração de uma linha regular de navegação do Lloyd Brasileiro para porto costarriquense, e a instalação do Centro de Estudos Brasileiros em San José.

Este quadro geral, sucintamente esboçado, bem revela a dinamização das relações entre o Brasil **e** a Costa Rica nos anos recentes, para o que muito contribuiu a Embaixada da Costa Rica em Brasília".

Do discurso de agradecimento do Embaixador da Costa Rica, Humberto Nigro Borbón (que deixou suas funções no Brasil), por ocasião do almoço de despedida que lhe foi oferecido no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de julho de 1975, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira

"Cuando llegué ai Brasil, se me preguntó en el Aeropuerto cuales eran los proyectos o planes que traía de trabajo, la respuesta fué una sencilla forma que tiene ahora profunda significación, que tiene para mi 6obierno el realismo de la armonia existente entre dos Naciones y que significa para el Pueblo de Costa Rica parte de su destino común con los Pueblos hermanos de América. "Vengo unicamente a estrechar, más aún si cabe, los vínculos felices que unem sólida y fraternalmente a los Pueblos de Costa Rica y de Brasil".

"Ya tenía, ai Negar a Brasil hace cuatro años y médio, un cariño profundo por esta Nación extraordinária, tanto por la belleza de su geografia como por las

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

cualidades de su noble Pueblo. Ya conocía y queria a Brasil. Era por segunda vez que venía a dirigir la misión diplomática costarricense en esta tierra bendita. Y habían pasado catorce años desde el dia en que me había despedido, siempre con un hasta luego, de este Brasil muy querido para mi. Habían pasado catorce años que desaparecieron inmediatamente que toque tierra brasileña, — en ese tiempo, honestamente puedo manifestado, no transcurrió un solo dia, sin que mi pensamiento, por una razón u otra no volviera, con saudades, a la imagem de este país hermano".

"Sin embargo encontre un Brasil cambiado positivamente, el desarrollo extraordinário, el Pueblo alegre y con una absoluta certeza y seguridad en su presente y su futuro glorioso encontre un magnífico ejemplo de lo que es un Pueblo".

"La satisfacción natural que a cualquiera produce el que se le otorgue tan alta condecoración, se ye incrementada, en mi caso, por ei hecho de recibirla de manos dei actual Canciller de Brasil. Porque adernas de los vínculos de amistad que honrosamente me unem ai Señor Ministro Azeredo da Silveira, es él una de las figuras más importantes en el concierto de las naciones. En menos de dos años de ejercicio como Jefe dei Ministério de Relaciones Exteriores de su país, el Embajador Azeredo da Silveira se ha ganado el respeto internacional. Todos reconocen en él ai diestro y vali ente conductor de la acertada política exterior dei Ilustre Presidente de la República Federativa de Brasil Su Excelência, el General Don Ernesto Geisel".

ordem do cruzeiro do sul para o embaixador libanês

Do discurso do Chanceler Azeredo da Silveira! em 28 de agosto de 1975, no Palácio Itomaraty de Brasília, ao condecorar com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul o Embaixador do Líbano, Jean Hadii-Thomas, que deixou suas funções no Brasil

"É com tristeza que vejo encerrar-se a missão de Vossa Excelência no Brasil, após quase quatro anos de atividade constante e fecunda como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Libanesa".

"Com efeito, durante a permanência do eminente Diplomata entre nós, intensificou-se extraordinariamente o relacionamento do Brasil com o Líbano em todos os campos, bastando, apenas, como exemplos de maior expressividade, ressaltar a realização da I Exposição Industrial Brasileira em Beirute; a visita ao Brasil do então Chanceler Fouad Naffah, em missão especial da Liga dos Estados Árabes,- a vinda ao Brasil de missão de empresários árabes, chefiada pelo Senhor Lucien Daddah, proeminente personalidade libanesa do mundo dos negócios; e a abertura de Agência do Banco do Estado de São Paulo na cidade de Beirute. As estatísticas estão aí para registrar, no período, um crescimento, no valor do intercâmbio comercial, nos dois sentidos, de cerca de 9 milhões de dólares em 1972 para 44 milhões em 1974".

"Em sinal de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados às relações entre o Brasil e o Líbano, incumbiu-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República de impor a Vossa Excelência as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, conferida somente a Ministros de Estado e a Embaixadores de nações amigas que, a nosso ver, se tenham sobressaído no desempenho de suas funções. Ao ter **a** honra de assim proceder, é-me grato formular **a** Vossa Excelência e ò Senhora Hadji-Thomas os meus melhores e mais sinceros votos de saúde, felicidade e êxito em seu próximo posto".

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

mensagens mensagens mensagens

independência de cabo verde

Do Presidente Ernesto Geisel ao Primeiro-Ministro Pedro Pires, de Cabo Verde, em 5 de julho de 1975

A Sua Excelência o Senhor
Primeiro-Ministro Pedro Pires
Praia — Cabo Verde.

Por ocasião da independência de Cabo Verde, expresso a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, nossas sinceras congratulações, bem como os votos pelo bem-estar pessoal **e** pela prosperidade do povo cabo-verdiano, na certeza de que, sob a inspiração das afinidades existentes, se estabeleça prontamente amistosa e frutífera cooperação entre nossos países.

Cordiais saudações.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

Do Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde ao Presidente Ernesto Geisel, em 15 de julho de 1975

Muito sensibilizado com a amável mensagem dirigida ao nosso Governo, por ocasião da independência, tenho a honra de exprimir a Vossa Excelência nossa determinação de agir no sentido do estabelecimento e desenvolvimento de relações de frutuosa e fraternal cooperação entre nossos países irmãos.

Saudações cordiais.

Pedro Pires
Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde

aniversário do pontificado de paulo vi

Do Presidente Ernesto Geisel a Sua Santidade o Papa Paulo VI, em 9 de julho de 1975

A Sua Santidade o Papa Paulo VI
Cidade do Vaticano.

Por ocasião do aniversário da coroação de Vossa Santidade, em nome do povo brasileiro **e** no meu próprio, apresento-lhe minhas sinceras felicitações, bem como os votos que formulo pela felicidade de seu pontificado. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Santidade os protestos da minha alta consideração.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

De Sua Santidade o Papa Paulo VI ao Presidente Ernesto Geisel, em 9 de julho de 1975

Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel,
Presidente da República Federativa do Brasil.

Agradecemos penhorado a Vossa Excelência as deferentes felicitações que nos apresentou em seu próprio nome e no do povo brasileiro por ocasião do 12.° aniversário do nosso pontificado. Em retribuição, formulamos também votos de prosperidade para Vossa Excelência e para todos os filhos do querido Brasil sob as graças e bênçãos celestiais.

Paulus PP VI

independência de são tomé-e-príncipe

Do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente da República de São Tomé-e-Príncipe, em 11 de julho de 1975

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

A Sua Excelência o Senhor
Presidente Manuel Pinto da Costa
São Tomé — São Tomé-e-Príncipe.

Na data da Independência de São Tomé-e-Príncipe, é-me grato expressar a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, congratulações muito sinceras. Ao formular, ao mesmo tempo, votos por seu bem-estar pessoal e pela prosperidade do povo são-tomense, auguro que amistosa cooperação se estabeleça entre nossos países, ligados por tantas afinidades.

Cordiais saudações.

Ernesto Geisei
Presidente da República Federativa do Brasil

Do Presidente da República Democrática de São Tomé-e-PrIncipe ao Presidente Ernesto Geisei, em 19 de agosto de 1975

A Sua Excelência Ernesto Geisei,
Presidente da República Federativa do Brasil.

Em nome do povo de São Tomé-e-Príncipe, do Governo, do Bureau Político do Movimento de Libertação de São Tomé-e-Príncipe (MLSTP) e em meu nome pessoal, endereço a Vossa Excelência os mais cordiais agradecimentos pelo reconhecimento da nossa República **e** pelas felicitações que nos enviaram quando da data histórica da nossa Independência. Esperamos desenvolver estreitamente relações de cooperação entre nossos dois países.

Alta e fraternal consideração.

Manuel Pinto da Costa
Secretário Geral do MLSTP
Presidente da República Democrática de
São Tomé-e-Príncipe

convite a geisei para visitar a frança

Do Presidente francês Giscard D'Estaing ao Presidente Ernesto Geisei, em 6 de agosto de 1975

Paris, 6 de agosto de 1975

Senhor Presidente,

Os últimos anos testemunharam um desenvolvimento particularmente rápido das relações entre nossos dois países, em campos cada vez mais numerosos, tais como o do intercâmbio comercial, da cooperação económica, dos investimentos e das relações culturais; e isto muito me regozija. O agravamento das dificuldades económicas e financeiras internacionais, decorrente da alta brutal dos preços do petróleo e de flutuações monetárias desordenadas, levou nossos Governos a estabelecer um diálogo ativo e amigável com vistas a aproximar nossas análises da situação atual e examinar as possibilidades de remediá-la. A participação do Brasil na reunião preparatória da Conferência Económica por mim proposta, realizada em Paris em abril último, propiciou o aprofundamento deste diálogo.

Nosso comum desejo de fortalecer nossas relações em nível governamental deverá proximamente se concretizar mediante troca de visitas entre nossos Ministros das Relações Exteriores.

Hoje, faço votos de que nosso firme propósito de aproximação possa receber a consagração solene e o impulso decisivo que traz um encontro entre Chefes de Estado.

Muito me agradaria, portanto, que Vossa Excelência visitasse oficialmente a França em 1976. Esta visita retribuiria a do General de Gaulle em 1964. Caso Vossa Excelência aceite, em princípio, este convite, nossos Ministros das Relações Exteriores poderiam, por ocasião de seu próximo encontro, estudar os pormenores da visita.

Esperando com empenho ter o prazer de recebê-lo, rogo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitar os protestos da minha mais alta consideração **pessoal.**

Valéry Giscard D'Estaing
Presidente da República Francesa

Do Presidente Ernesto Geisei ao Presidente da França, Valéry Giscard D'Estaing, em 3 de setembro de 1975

A Sua Excelência o Senhor
Valéry Giscard D'Estaing
Presidente da República Francesa.

Senhor Presidente,

Causou-me particular agrado receber, das mãos do Embaixador da França em Brasília, a carta de 6 de agosto de 1975, na qual Vossa Excelência se referiu, de forma expressiva, ao crescente estreitamento das relações entre o Brasil e a França. Minha avaliação dessas relações coincide — é-me grato manifestá-lo — com a de Vossa Excelência.

Diversas iniciativas têm, na verdade, marcado, de maneira especial, a cooperação brasileiro-francesa no passado recente, e o último trimestre do ano em curso testemunhará sua consolidação ainda maior, através das visitas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Paris e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França ao Brasil.

Teve Vossa Excelência a gentileza adicional de, em sua carta, recordar a visita, sempre tão grata ao povo brasileiro; do Presidente Charles de Gaulle ao Brasil, em 1964, e de, nesse contexto, transmitir convite, para mim muito honroso, para que eu visite a França no curso de 1976. Tenho grande prazer em aceitá-lo, em princípio, ao mesmo tempo em que, com meus agradecimentos, manifesto-lhe minha concordância em que os Ministros Azeredo da Silveira e Sauvagnargues, quando de seu próximo encontro, examinem as respectivas modalidades.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração, com que me subscrevo,

de Vossa Excelência

Ernesto Geisei
Presidente da República Federativa do Brasil

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

participação do brasil na formação do sela

Do Encarregado de Negócios da Argentina no Brasil, Ministro Ruben A. Vela, ao Chanceler António F. Azeredo da Silveira, em 11 de agosto de 1975, a propósito da ação conjunta desenvolvida pelo Brasil e Argentina, na Reunião do Panamá, sobre o SELA

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigir me a Vuestra Excelência con el objeto de hacerle saber y a la vez transmitir por su alto intermédio ai Gobierno de la República Federativa de Brasil, la complacência dei Gobierno argentino por la acción conjunta desarrollada por ambos Gobiernos en la Reunión de Panamá sobre el Sistema Económico Latinoamericano (SELA).

Esa coincidência revela, una vez más, las excelentes relaciones existentes entre nuestros países y las amplias posibilidades de cooperación para el interés de ambos y de la integración latinoamericana.

Saludo a Vuestra Excelência con mi más alta y distinguida consideración.

Do Ministro de Estado Azeredo da Silveira ao Encarregado de Negócios da Argentina, Ministro Ruben A. Vela, em 19 de agosto de 1975

Senhor Encarregado de Negócios,

Acuso recebimento da Nota n.° 157, de 11 de agosto corrente, pela qual Vossa Senhoria me dá conta da satisfação do Governo argentino em face da ação conjunta desenvolvida com o Brasil na Reunião do Panamá sobre o Sistema Económico Latino-Americano.

Em resposta, tenho a honra de manifestar, por seu intermédio, ao Governo da República Argentina que muito me regozijo por essa oportunidade de intima cooperação entre nossos países, não só pela contribuição que a mesma levará ao bom êxito do projetado organismo, mas, principalmente, como testemunho, que significa, da crescente convergência de nossos interesses comuns.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha distinta consideração.

António F. Azeredo da Silveira
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Do Presidente da República do Panamá, General Omar Torrijos Herrera, ao Presidente Ernesto Geisel, em 29 de agosto de 1975

Cumprimentamos cordialmente Vossa Excelência **e** manifestamos-lhe nosso especial agrado pela reunião de nível ministerial de criação do SELA. Tratou-se de excepcional trabalho conjunto, obtendo-se unanimidade de critério latino-americano para a criação do SELA, de acordo com procedimento de trabalho adequado e realista. Estamos muito agradecidos pela participação de seu Governo e felicitamo-lo pela alta qualidade de sua Delegação. Esperamos com grande prazer nova participação do Governo de Vossa Excelência na reunião de peritos, a iniciar-se **a** 15 de setembro, como também na continuação da reunião ministerial, a partir de 15 de outubro. Renovamos **a** Vossa Excelência os agradecimentos pela participação de seu Governo na reunião inicial de criação do SELA **e** expressamos-lhe os sentimentos de nossa mais distinta consideração.

Omar Torrijos Herrera
Chefe de Governo

adiamento da visita ao brasil do chanceler indiano

Do Ministro das Relações Exteriores da índia, Shri Yoshwantrao Balwantrao Cbavan, ao Chanceler Azeredo da Silveira, em 18 de agosto de 1975

Excelência,

Lamento profundamente que certos acontecimentos, sem dúvida de seu conhecimento, me obriguem a adiar com relutância, minha visita ao Brasil, **a** iniciar-se a 19 de agosto em curso.

Já antevia nossos encontros e nossas conversações sobre assuntos de interesse mútuo e, assim, muito me desaponta não poder realizá-los nesta ocasião.

Estou procurando reorganizar minha agenda futura, na esperança de que me seja possível ir ao Brasil em outra data de nossa mútua conveniência.

Mais uma vez lamento profundamente qualquer inconveniente que este adiamento haja porventura causado.

Asseguro a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Cordialmente

Y. B. Chavan
Ministro das Relações Exteriores da fndia

153.° aniversário da independência do brasil

Do Presidente americano Gerald Ford ao Presidente Ernesto Geisel, em 5 de setembro de 1975

A Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel,
Presidente da República Federativa do Brasil.

Em meu próprio nome e no do povo dos Estados Unidos da América, apresento minhas cordiais saudações por ocasião do aniversário da Independência do Brasil. Queira aceitar os meus mais sinceros votos pela con-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

tínua prosperidade e **progresso do povo e Nação brasileiros.**

Sinceramente,

Gerald R. Ford
Presidente dos Estados Unidos da América

Do Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, ao Chanceler Azeredo da Silveira, em 5 de setembro de 1975

A Sua Excelência o Senhor Embaixador
Antonio Francisco Azeredo da Silveira,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Queira aceitar os meus mais sinceros votos por ocasião **das comemoraçÕes** dQ DeclaraçÕ<> de Inde P endência do **Brasil.**

Saudações cordiais,

Henry A. Kissinger
Secretário de Estado dos Estados Unidos da América

aqradecilTientO

de ministro português

Do Mini dos Negócios Estrangeiros de Por T ial, Mário R £ ao Embaixador do Brasil em Lisboa
Carlos Alberto da Fontoura, em 11 de setembro de 1975

Agradeço reconhecido a carta que Vossa Excelência teve a amabilidade de me endereçar por ocasião da minha nomeação para Ministro dos Negócios Estran-*9ehos* e peço-lhe que seja intérprete junto ao Chanceler de meu desejo em contribuir para o reforço da amizade luso-brasileira.

Mário Ruivo
Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

notícias notícias notícias notícias

bandeira de são tomé-e-príncipe hasteada no itamaraty

A bandeira da República Democrática de São Tomé-e-Príncipe foi hasteada ao lado do Pavilhão Nacional no Palácio Itamaraty de Brasília em 12 de julho de 1975, dia em que esse novo país africano — lusófono — proclamou sua independência. A cerimónia, realizada às llh30m, contou com a presença de autoridades da Chancelaria brasileira.

brasil e méxico ratificam acordo sobre transporte marítimo

O Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e o México, firmado em junho de 1974, durante a visita ao Brasil do Presidente mexicano Luiz Echeverría Alvarez, teve seus instrumentos de ratificação assinados em 31 de julho de 1975, no Palácio Itamaraty de Brasília, pelo Chanceler brasileiro Azeredo da Silveira e pslo Embaixador mexicano Victor Alfonso Maldonado. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil pronunciou o seguinte discurso:

"Esta cerimónia de troca dos instrumentos de ratificação do Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e o México tem um alto significado para as relações entre nossos países.

Por muito tempo a bandeira mexicana esteve ausente no transporte marítimo entre os portos brasileiros e outros portos latino-americanos. Essa situação, que não estava de acordo com os interesses de nossos dois países, nem se ajustava ao dinamismo de nosso intercâmbio, trataram os dois Governos de corrigir através do Acordo sobre Transportes Marítimos, firmado em 1974. Por esse Acordo, o primeiro, aliás, dessa natureza firmado pelo México, os dois Governos regularam o tráfico marítimo entre as duas partes, no benefício de ambas, e concertaram medidas de cooperação no mercado de fretes marítimos em geral.

Sem esperar por sua vigência formal, que resultará do ato que agora celebramos, iniciou-se logo a cooperação entre nossos países nos termos e no espírito do Acordo. Esta cerimónia tem, pois, assim, a natureza de uma confirmação.

Senhor Embaixador,

Sinto-me feliz de poder participar deste ato com Vossa Excelência. Estou certo de que ele marca mais uma etapa na longa história de cooperação e de entendimento que caracteriza as relações entre os nossos países. Sejam nossos votos os de que ele contribua ainda mais para fortalecer os tão frutuosos vínculos que unem os nossos povos".

O texto do Acordo encontra-se na **Resenha de Política Exterior do Brasil,** ano I, n.° II, página 59.

morte do poeta murilo mendes

O poeta Murilo Mendes, que durante muito tempo prestou serviços ao setor cultural da Embaixada do Brasil na Itália, faleceu em 13 de agosto de 1975 em Lisboa, onde foi sepultado dois dias depois. Um dos principais poetas brasileiros, Murilo Mendes contribuiu de forma notável para a projeção da nossa literatura no exterior.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

discursos sobre relações exteriores

Os discursos citados encontram-se, na íntegra, no **Diário** do **Congresso Nacional** (DCN).

senado federal

José Sarney (ARENA/Maranhão) — Angústias e apreensões do povo brasileiro, diante dos últimos acontecimentos políticos em Portugal. **Diário do Congresso Nacional** n.° 80/5-8-1975/Seção II.

Roberto Saturnino (MDB/Rio de Janeiro) — Registra a declaração do Presidente da Venezuela, feita na Bolívia, referente à posição do Brasil na América Latina; e o diálogo havido entre o Presidente Ernesto Geisel e o novo Embaixador da Argentina no Brasil. DCN n.° 84/12-8-1975/Seção II.

Danton Jobim (MDB/Rio de Janeiro) - 0 momento político português. O Senador apresenta seu ponto-de-vista em relação ao comportamento dos asilados portugueses no Brasil. DCN n.° 93/23-8-1975/Seção II.

Orestes Quércia (MDB/São Paulo) - Solicita esclarecimentos à liderança da ARENA sobre a posição do Governo Federal em relação à Convenção Internacional para Supressão e Punição do Crime de **Aparthtid.** DCN n.° 95/27-8-1975/Seção II.

Ray Santos (ARENA/Bahia) - Posição do Brasil sobre a política do **apartheid,** tendo em vista pronunciamento do Senador Orestes Quércia em torno do assunto. DCN n.° 97/29-8-1975/Seção II.

Virgílio Távora (ARENA/Ceará) - Reparos às declarações do Presidente da Comissão de Minas **e** Energia da Câmara dos Deputados sobre a participação dos Estados Unidos na celebração do Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha. DCN n.° 105/10-9-1975/Seção II.

Itamar Franco (MDB/Minas Gerais) — Comenta o discurso proferido pelo Chanceler Azeredo da Silveira por ocasião da VII Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas. DCN n.° 105/10-9-1975/Seção II.

Danton Jobim (MDB/Rio de Janeiro) — Política desenvolvida pelo Itamaraty visando a uma cooperação fraternal com os países vizinhos e, em particular, com a Argentina, DCN n.° 105/10-9-1975/Seção II.

Orestes Quércia (MDB/Sáo Paulo) — Aborda comentários do jornal **O Estado de São Paulo** sobre a concessão, pelo Governo brasileiro, de incentivos fiscais a empresas estrangeiras. DCN n.° 105/10-9-1975/Seção II.

Franco Montoro (MDB/Sáo Paulo) — Análise de aspectos de Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha. DCN n<> 111/18-9-1975/Seçáo II.

câmara dos deputados

Dyrno Pires (ARENA/Piauí) — Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha. Consumo de combustíveis líquidos no País. DCN n.« 78/8-8-1975/Seção I.

Nosser Almeida (ARENA/Acre) - Apelo ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de estudar a viabilidade da criação de um Consulado Privativo brasi-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

leiro na cidade de Pucalpa, localizada na fronteira do Peru com o Brasil. DCN n.° 75/9-8-1975/Seção conjunta.

António Bresolin (MDB/Rio Grande do Sul) — Mar territorial das 200 milhas. DCN n.° 84/19-8-1975/Seção I.

Florim Coutinho (MDB/Rio de Janeiro) — Necessidade da presença do Brasil na Antártida. DCN n.° 83/21-8-1975/Seção conjunta.

Siqueira Campos (ARENA/Goiás) — Artigo da Carta Económica, editada pelo Banco Real, sobre **a** Hidrelétrica de Itaipu. DCN n.° 83/21-8-1975/Seção conjunta.

Sylvio Venturolli (ARENA/São Paulo) - Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha. DCN n.° 83/21-8-1975/Seção conjunta.

Siqueira Campos (ARENA/Goiás) — Importação de arroz do Uruguai. DCN n<> 86/21-8-1975/Seção **I.**

Florim Coutinho (MDB/Rio de Janeiro) — Novas considerações sobre a necessidade da presença do Brasil na Antártida. DCN n.° 84/22-8-1975/Seção conjunta.

Aurélio Campos (MDB/São Paulo) — O Brasil deve auxiliar os que desejam sair de Luanda, Angola. DCN n.° 87/22-8-1975/Seção I.

Adhemar Santillo (MDB/Goiás) - Aplicação do AI-5. DCN n.° 87/22-8-1975/Seção I.

Aligsio **de Carvalho** (ARENA/Paraná) — Aproveitamento hidrelétrico a montante do Guaíra, no rio Paraná, trecho entre Ilha Grande e Jupiá. DCN n.° 87/22-8-1975/Seção **I.**

Airton Soares (MDB/São Paulo) — Infringência do Estatuto do Asilo pelo ex-Presidente português António de Spínola. DCN n.° 87/22-8-1975/Seção **I.**

Jorge Arbage (ARENA/Pará) — Política atómica do Brasil. Conveniência da instalação de uma usina nuclear na região amazônica. DCN n.° 87/22-8-1975/Seção **I.**

José Bonifácio (MDB/Rio de Janeiro) — Relações comerciais Brasií-Holanda. DCN n.° 90/27-8-1975/Seção I.

Jorge Arbage (ARENA/Pará) — Novas considerações sobre a conveniência da instalação de uma usina nuclear na região amazônica. DCN n.° 91/28-8-1975/Seção I.

João Gilberto (MDB/Rio Grande do Sul) — Criação de uma zona franca em faixa da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai. DCN n.° 92/29-8-1975/Seção I.

Joel Ferreira (MDB/Amazonas) — Participação de cientistas brasileiros no projeto decorrente do Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha. DCN n.° 93/30-8-1975/Seção **I.**

Adalberto Camargo (MDB/São Paulo) — Discurso do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, por ocasião do almoço que ofereceu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Zâmbia, Rupiah Banda. DCN n.° 94/2-9-1975/Seção **I.**

Aloísio Santos (MDB/Espírito Santo) — Discurso do Chanceler da Zâmbia, pronunciado em 1.° de setembro de 1975, no Ministério das Relações Exteriores. DCN n.° 92/5-9-1975/Seção conjunta.

António Ueno (ARENA/Paraná) — Resultados da visita do Vice-Primsiro-Ministro do Japão, Takeo Fukuda, ao Brasil. DCN n.° 97/9-9-1975/Seção I.

Claudino Sales (ARENA/Ceará) — Situação de estudantes brasileiros matriculados em universidades portuguesas. DCN n.° 99/12-9-1975/Seção **I.**

Airton Soares (MDB/São Paulo) — Transcurso do segundo aniversário da queda do ex-Presidente do Chile Salvador Allende. DCN n.° 103/13-9-1975/Seção conjunta.

J. 6. de Araújo Jorge (MDB/Rio de Janeiro) — Segundo aniversário da queda do Governo de Salvador Allende. DCN n.° 103/13-9-1975/Seção **I.**

Emanuel Waissmann (MDB/Rio de Janeiro) — Reatamento das relações diplomáticas e comerciais com Cuba. DCN n.° 100/17-9-1975/Seção conjunta.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

índice

síntese 3

adalberto pereira lembra a segurança económica coletiva
discurso do vice-presidente brasileiro durante almoço oferecido ao vice-presidente da guatemalo, mario augusto sandoval alarcon 5

o brasil em face da américa latina
conferência do chanceler azeredo da silveira na instalação do centro de documentação sobre a américa latina (cedal), da universidade de são paulo 7

venezuela: diálogo e solidariedade continental
discursos de azeredo da silveira e do chanceler da venezuela, ramón escovar salorn, em brasília
comunicado do itamaraty 15

convivência pacífica marca relações brasil-peru
discurso do chanceler brasileiro durante almoço em homenagem ao ministro das relações exteriores do peru, miguei angel de la flor valle
comunicado do itamaraty 21

fortalecimento dos vínculos com a argentina
discursos de azeredo da silveira e do chanceler argentino, angel federico robledo, em brasília 25

silveira propõe novas regras para o comércio norte-sul
discurso de azeredo da silveira na vii sessão especial da assembleia geral da onu 29

brasil insiste na reforma da ordem económica mundial
discurso do chanceler brasileiro na xxx sessão ordinária da assembleia geral da onu 35

latino-americanos devem agir coesos na onu
discurso de azeredo da silveira, em nova york, aos delegados dos países latino-americanos à xxx assembleia geral da onu 39

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

intensificar ainda mais o intercâmbio com os árabes
discurso do chanceler brasileiro a representantes dos poises árabes na xxx assembleia geral da onu 40

homenagem brasileira ao secretário geral da onu
discurso d« azeredo da silveira em almoço oferecido a kurt woldheim 41

restrição a exportações entrava o desenvolvimento
discurso do chanceler brasileiro no national foreign trade council, em nova york 42

ponteiros da história indicam mesmo destino à áfrica e ao brasil
discurso de azeredo do silveira aos representantes dos países africanos na xxx assembleia geral da onu 45

chanceleres da guiné-bissau e do lesotho no brasil
homenagem do itamaraty aos chanceleres da guiné-bissau e do lesotho
discurso de azeredo da silveira ao chanceler do lesotho, j.r.l. kotsokoane 47

a visita do chanceler da zâmbia
discursos do ministro de estado, interino, das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do chonceler da zâmbia, rupiah b. banda
comunicado do itamaraty 49

política externa brasileira é otimista
discurso do chanceler brasileiro ao paraninfar os bacharelandos de julho de 1975 da associação de ensino unificado do distrito federal 51

comunicação social nas relações internacionais
discurso de azeredo da silveira na assinatura do convénio com a fundação padre anchieta 57

vocação para o progresso une japão e brasil
discursos do chanceler brasileiro e do vice-primei ro-ministro do iapão, takeo fukuda 59

chanceler fala a comissões do senado
palavras de azeredo da silveira a três comissões do senado 63

homem, o fim último do desenvolvimento
discursos do ministro brasileiro das relações exteriores e do legado do papa paulo vi ao ix congresso eucarístico nacional, cardeal sebastiani baggio 69

crise mundial, talvez prenúncio de tempos melhores
discursos de azeredo da silveira e do vice-presidente da comissão da comunidade económica europeia, sir christopher soames 73

relações diplomáticas
brasil terá embaixador não-residente na irlanda 79
concessão de agrément 79
designação de embaixadores brasileiros 79
entrega de credenciais 80

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

intercâmbio cultural

méxico dá bolsas a brasileiros g]
pós-graduação e pesquisa no canadá **gi**

relações comerciais

diplomatas se aperfeiçoam em promoção comercial 33
técnicos em promoção de exportação 83
brasil mostra produtos de couro em paris **84**

tratados, acordos, convénios

itamaraty firma acordo com rádio e televisão de são paulo. acordo com a fundação padre anchieta 85

técnicos alemães em agricultura e pecuária

ajuste brasil-rfa, por troca de notas, referente ao envio de um consultor governamental para a secretaria da agricultura do estado de minas gerais 86

ajuste brasil-rfa, por troca de notas, referente à promoção da economia de pastos em santa catarina **87**

promulgação e aprovação de acordos

atos promulgados 89
instrumentos aprovados pelo congresso nacional 89
atos submetidos ao congresso nacional 89

comunicados e notas

assistência a brasileiros repatriados de angola 91
notícia de agência é desmentida 91
brasil recebe imigrantes portugueses 91
geisel convidado a visitar os eua 92
negociações comerciais com o peru 92
importação de cobre chileno 93

excertos e ênfases

condecoração do chanceler venezuelano 95
despedida do embaixador da costa rica 95
ordem do cruzeiro do sul para o embaixador libanês 96

mensagens

independência de cabo verde 97
aniversário do pontificado de pauto vi 97

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

independência de são tomé-e-príneipe 97
convite a geisel para visitar a frança 98
participação do brasil na formação do sela 99
adiamento da visita ao brasil do chanceler indiano 99
153.° aniversário da independência do brasil 99
agradecimento de ministro português 100

notícias

bandeira de são tomé-e-príncipe hasteada no itamaraty 101
brasil e méxico ratificam acordo sobre transporte marítimo 101
morte do poeta murilo mendes 101

congresso nacional

discursos no senado 103
discursos na câmara 103

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Impresso no Centro de Serviços Gráficos do IBGE, Rio de Janeiro — RJ.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).